

COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

**PATO BRANCO
SETEMBRO 2018**

COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO, PROFISSIONAL E NORMAL

Pato Branco, 20 de setembro de 2018

Se nada ficar [...] algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo, nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.

(Paulo Freire, 1987, p. 25)

Sumário

1.APRESENTAÇÃO.....	7
2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	10
2.1 LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	10
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	10
2.3 ESTRUTURA FÍSICA, MATERIAIS E ESPAÇOS PEDAGÓGICOS.....	20
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA INSTITUIÇÃO.....	20
2.5 RECURSOS HUMANOS.....	22
2.6 INSTÂNCIAS COLEGIADAS.....	27
2.7 PERFIL DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	27
2.8 OBJETIVO GERAL.....	34
3. DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO – MARCO SITUACIONAL.....	35
3.1 GESTÃO ESCOLAR.....	35
3.2 ENSINO E APRENDIZAGEM.....	39
3.3 ATIVIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS AO PÚBLICO ALVO EDUCAÇÃO ESPECIAL...42	
3.4 ARTICULAÇÃO ENTRE AS ETAPAS DE ENSINO.....	44
3.5 ARTICULAÇÃO ENTRE DIRETORES, PEDAGOGOS, PROFESSORES E DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO.....	45
3.6 ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO COM PAIS/RESPONSÁVEIS.....	46
3.7 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	46
3.8 ACOMPANHAMENTO E REALIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE.....	48
3.9 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO E CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DE TURMAS.....	49
3.10 INDICES DE APROVEITAMENTO ESCOLAR.....	49
3.11 RELAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DISCENTES.....	50
4. FUNDAMENTOS – MARCO CONCEITUAL.....	51
5. PLANEJAMENTO – MARCO OPERACIONAL.....	71
5.1 CALENDÁRIO ESCOLAR.....	75
5.2 AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS.....	76
5.2.1 Sala de Recursos Multifuncional.....	76
5.2.2 Sala de Apoio a aprendizagem.....	78
5.2.3 Atividade Complementares.....	79
5.2.4 Semana Literária.....	85
5.2.5 Cultura Gaúcha.....	86
5.2.6 Mostra de Ciências.....	89
5.2.7 Exposição de produções pedagógicas.....	91
5.2.8 Viagens de Estudos pedagógicos.....	92

5.2.9 Jogos Inter-salas.....	94
5.2.10 Festa Junina.....	96
5.2.11 CEPB na Comunidade.....	97
5.2.12 Projetos Educacionais em saúde.....	99
5.2.13 Projetos Curso de Informática.....	115
5.2.14 Projetos do Curso de Formação de Docentes.....	120
5.3 AÇÕES REFERENTES À FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO.....	124
5.4 PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.....	134
5.5 DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	137
5.6 O USO DE APARELHOS/EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM SALAS DE AULA.....	138
5.7 PRÁTICAS AVALIATIVAS.....	139
6. LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	145
6.1 LEI ESTADUAL Nº 17.335/2012.....	145
6.2 LEI ESTADUAL Nº 18.447/2015.....	145
6.3 LEI FEDERAL Nº 12.031/2009.....	145
6.4 LEI ESTADUAL Nº 18.118/2014.....	145
6.5 LEI ESTADUAL Nº 18.424/2015.....	145
7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	146
8. PERIODICIDADE DO PPP.....	149
9. DESAFIOS EDUCACIONAIS.....	150
9.1 SEXUALIDADE.....	150
9.2 VIOLENCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	155
9.3 USO INDEVIDO DE DROGAS.....	160
9.4 EDUCAÇÃO FISCAL/TRIBUTÁRIA.....	164
9.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	165
9.6 HISTÓRIA DO PARANÁ.....	167
9.7 MÚSICA.....	167
9.8 EDUCAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO DIGNO E SAUDÁVEL.....	168
9.9 HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA.....	171
9.10 HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA.....	173
9.11 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.....	174
9.12 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	176
9.13 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	179

10. REFERÊNCIAS.....182

1. APRESENTAÇÃO

O mundo contemporâneo denominado ora de sociedade pós-moderna, pós-industrial ou pós-mercantil, está marcado pelos avanços da comunicação, informática, transformações tecnológicas e científicas. Essas transformações intervêm em várias esferas, provocando mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, na sociedade e conseqüentemente na escola.

Na esfera econômica a globalização, a competitividade e as novas tecnologias afetam a organização do trabalho. Surgem novas profissões, desaparecem outras.

Na política, os interesses vão sendo subordinados às regras da mundialização da economia. Vão desaparecendo a ideia de nação, valores nacionais. Há uma redução de responsabilidades sociais em relação às políticas públicas para a educação, saúde, previdência. No campo ético o egoísmo e o individualismo estão se acentuando. Valem mais os interesses pragmáticos do que valores, princípios, coletividade.

Neste contexto, a educação deixa de ser direito e transforma-se em serviço, mercadoria, e acentua-se o dualismo educacional.

Uma teoria crítica da educação proporia um processo formativo abrangendo a totalidade do ser humano, nas suas dimensões física, afetiva, cognitiva e social. Assim, deve-se investir numa proposta de escola democrática que contemple conhecimentos, reflexões críticas e valores necessários para a atuação sobre a realidade de um modo transformador, apesar da complexidade da sociedade contemporânea.

Desta forma, a proposta de reformulação do Projeto Político-Pedagógico visa embasar as práticas educativas nos pressupostos básicos da educação emancipatória, quais sejam: autonomia, capacidade de autogoverno, decisão democrática, consciência crítica e libertadora e transformação. Para isso, a escola deve ser curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo, provocando a análise crítica e estando, portanto, comprometida com as causas dos seus sujeitos. Mas, e principalmente, a escola deve permitir que as pessoas que estão direta ou indiretamente envolvidas com a ação educativa

escrevam sua própria história, criando possibilidades de mudança e libertação de condicionamentos determinados.

Neste contexto, é indispensável reconstruir a proposta educacional junto com toda a comunidade escolar, partindo da utopia, para então juntos traçar grandes linhas de ação que tornarão possível a concretização dos sonhos. Para isso, é preciso incorporar a ideia de que o Projeto Político-Pedagógico é uma construção coletiva da identidade da escola, um processo qualitativo que visa uma educação fundamentada na democracia. Um projeto onde todos se comprometam despertará também o comprometimento coletivo no momento de sua total execução.

Tendo consciência da importância do Projeto Político-Pedagógico para a escola, partiu-se para a sua organização, o estabelecimento de um plano de ação e metas. Grupos de estudos foram organizados, para reflexão e debates em torno da análise de como está o colégio, o que se quer dele e o que será feito para atingir o que foi exposto como desejo e anseio da comunidade escolar, contemplando assim os marcos: situacional, conceitual e operacional que orientaram a elaboração deste documento.

O ponto de partida para a reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual de Pato Branco foi a análise, a crítica e o levantamento de sugestões de mudanças das dimensões pedagógicas, comunitária e administrativa da instituição. Este estudo contou com a participação de todos os elementos que compõem a comunidade escolar: alunos, pais, professores, funcionários, direção, equipe pedagógica.

Os métodos utilizados para este estudo incluíram questionários, mesa redonda, debates, discussões, reflexões e estudos teóricos voltados para uma educação que respeite a diversidade das minorias étnicas, a pluralidade de doutrinas, os direitos humanos, eliminando estereótipos e ampliando o horizonte de conhecimentos e visão de mundo. Enfatizando, deste modo, a escola enquanto espaço que ensina a ser o pleno cidadão, consciente de sua situação e vislumbrando possibilidades de mudança. Um espaço de esperança, de sonhos, de construção coletiva.

A construção do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual de Pato Branco tem como amparo legal a LDB nº 9394/96, em seu artigo 12, inciso I, embasado nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, sob a Deliberação nº

14/1999 – CEE e Deliberação nº 16/99 – CEE, as quais normatizam a elaboração do Projeto Político Pedagógico e delega aos Núcleos Regionais de Educação a competência de orientar e acompanhar a elaboração, reelaboração, analisar e verificar a legalidade.

2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

2.1 LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

O Colégio Estadual de Pato Branco – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, está localizado no Bairro Jardim Primavera, à Rua Argentina, nº 724, telefone (46) 3224-2483, e-mail pbpatobranco@seed.pr.gov.br, no município de Pato Branco, na Zona Oeste, distante um quilômetro do centro da cidade, tendo como acesso principal a Rua Pedro Ramires de Mello. Mantido pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, sob o código do Núcleo Regional de Pato Branco nº 23, código do Inep 41093518, código do município nº 1870 e código da instituição de ensino nº 00033

Por estar localizado próximo ao centro da cidade, atende alunos filhos de pequenos empresários, profissionais liberais, trabalhadores do comércio, da indústria, e pequenos proprietários rurais.

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

O colégio vem desenvolvendo atividades educativas desde 20 de fevereiro de 1978.

Até a década de 1970, o Ensino Médio público do municipal era atendido pelas escolas: Colégio Comercial Estadual de Pato Branco, que mantinha o curso de Técnico em Contabilidade, com funcionamento nas dependências físicas cedidas pela Escola Rocha Pombo; Colégio Estadual José de Anchieta, que mantinha o curso de Magistério, com funcionamento em prédio alugado pelo Estado, pertencente ao Educandário Nossa Senhora das Graças e o antigo Colégio Estadual de Pato Branco, que mantinha o curso do antigo 1º grau, de 5ª a 8ª séries e o antigo 2º grau, curso Científico, funcionando em instalações estaduais, cedido pela Escola Professor Agostinho Pereira, bastante precárias e insuficientes para atender a demanda de matrículas.

As matrículas para o Ensino Médio, do antigo Colégio Estadual de Pato Branco vinham crescendo acentuadamente a cada ano, muito além da capacidade física do prédio, a ponto de ser necessária a construção de salas de aula

improvisadas, de madeira, nos fundos da escola, com espaço reduzido e sem as mínimas condições de conforto. A falta de carteiras era muito expressiva, tornando-se necessário o improviso de bancadas e cadeiras com tábuas, dificultando muito as condições de ensino.

Trabalhando em tais condições, agravadas pela situação de conservação em que se encontrava o prédio cedido, com insuficiência de banheiros, telhado com goteiras, Secretaria e Biblioteca funcionando em adaptações feitas nos corredores e em espaços reduzidos, despertou nos professores da época o sonho de uma escola moderna, bem equipada, em prédio próprio e especificamente construída para atender alunos do Ensino Médio.

Aproveitando a presença do Secretário da Educação, Dr. Francisco Borsari Netto, na cidade, foi-lhe feito um convite para visitar a escola e verificar *in loco* a situação precária em que eram atendidos os alunos do Colégio Estadual.

Na ocasião, o Professor Dalto Antonio Pastro, Diretor do Colégio, juntamente com a Professora Liris G. Vedana, Inspetora Regional de Ensino de Pato Branco, solicitaram uma audiência com senhor Secretário na qual fizeram o pedido, em nome da comunidade, de um prédio próprio para o atendimento do 2º grau.

Após reconhecer as deficiências e dificuldades existentes, o Senhor Secretário da Educação ficou sensibilizado com o pedido e comprometeu-se a conseguir, junto ao Governo do Estado, a construção de um prédio para atender as necessidades de Pato Branco.

Passado poucos dias, veio a Pato Branco o Professor Ademar Hemann, representante da FUNDEPAR junto ao PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino), o qual informou que o programa “Aliança para o Progresso”, financiado pelo governo norte-americano do presidente Kennedy, estava destinando recursos para a construção, implantação e melhoria de escolas destinadas a atender o ensino profissionalizante na América Latina, através da ONU (Organização das Nações Unidas).

Informou, também, que através de um convênio entre a USAID e MEC (Ministério da Educação e Cultura), estavam sendo construídas e implantadas 265 escolas polivalentes de 2º grau, sendo que nove delas seriam no estado do Paraná e que havia uma grande possibilidade de Pato Branco ser contemplado com uma unidade.

Em reunião entre a Inspeção, Direção da escola e professores ficou evidente que Pato Branco não poderia perder a oportunidade de ter uma escola para atender ao Ensino Médio. Como todos estavam de acordo e comprometidos com a ideia, imediatamente foram iniciados os trabalhos para estudos de viabilização junto ao Governador do Estado, Jayme Canet Junior, contando com a valiosa interferência do Deputado Estadual Ivo Thomazoni, que incansavelmente interferiu junto ao mesmo e, com a ajuda do Professor Ademar Hemann, conseguiu-se que o Coronel Rodolpho da Paixão Netto, Gerente do PREMEN/PR, autorizasse a construção de uma unidade de 2º grau para Pato Branco.

A Professora Liris e o Professor Dalto ficaram encarregados de escolher um local para a construção do prédio. Após muitas pesquisas e análise de terrenos disponíveis, dentro dos padrões que atendessem as exigências do PREMEN, com uma área mínima de 30.000 m², decidiu-se pela localização no Bairro Jardim Primavera, cujo terreno foi de imediato desapropriado pela Prefeitura Municipal de Pato Branco.

Portanto, com recursos financeiros para construção da parte física, compra de equipamentos e de mobiliários, treinamento do pessoal docente e técnico-administrativo, oriundos do programa Aliança Para o Progresso, através da ONU, em convênio MEC/USAID, foram iniciadas, no ano de 1976, as obras de construção da nova escola.

O PREMEN, Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, foi criado pelo Decreto 70.067/72, com o objetivo de administrar os recursos oriundos da USAID, uma agência da ONU, para elaborar projetos arquitetônicos, equipar as unidades escolares com todo o mobiliário e equipamento didático necessário; treinar o pessoal docente e técnico-administrativo e dar todo o apoio administrativo pedagógico para a implantação das habilitações básicas programadas para as mesmas.

No ano de 1977, paralelamente à construção do prédio, deu-se o treinamento e aperfeiçoamento pedagógico e administrativo aos professores e pessoal técnico-administrativo que atuariam na nova escola, através de cursos ministrados pela UEPG, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

A nova escola criada para ocupar as instalações construídas pelo PREMEN, recebeu a denominação de COLÉGIO DE PATO BRANCO, resultante da

reorganização do antigo Colégio Estadual de Pato Branco e assumiu, até a sua extinção, o curso de segundo grau Científico, mantido pelo mesmo.

O Colégio de Pato Branco iniciou suas atividades letivas no dia 20 de fevereiro de 1978 e foi autorizado seu funcionamento pelo Decreto nº 5326/78, de 02/07/78. A sua inauguração deu-se no dia 08 de julho de 1978, com a presença do Governador do Estado, Jayme Canet Junior; do Secretário da Educação, Francisco Borsari Netto; Gerente do Premen, Coronel Rodolfo da Paixão Netto; do Deputado Estadual, Ivo Thomazoni e do Prefeito Municipal, Engenheiro Roberto Zamberlan.

A primeira Equipe Técnico-Administrativa estava assim constituída:

- Diretor: Professor Dalto Antonio Pastro
- Vice-Diretora: Professora Evinha Hass Formigheri
- Supervisora de Ensino: Professora Ieda M. Barvinski
- Secretária: Professora Belony Palma

Os primeiros professores a ministrarem aulas, treinadas pelo PREMEN, foram:

- Adria Brandes
- Carlos José Barancelli
- Dimas de Abreu
- Divercindo Colombo
- Dorvalino Sambugaro
- Edem Gomes da Silva
- Eny Umpierre dos Santos
- Genésio Koslinski
- João Afonso Braun
- João Agadir Pinto
- José Tondo
- Laudi Carlos Vedana
- Laurindo Tondo
- Maria Mochnacz Mattos
- Naura Silva Grison
- Nedy Maria Garbin
- Nery Machado
- René Barbinski

- Romão Vidal
- Sadi José Bertol
- Saul Scopel
- Tallita Clary Batiston

De imediato deu-se atenção especial à criação da Associação de Pais e Mestres quando foi elaborado e aprovado o Estatuto, logo em seguida foi eleita e empossada a primeira diretoria, assim constituída:

- Presidente: Sr. Itamar Ampessam
- Vice-Presidente: Sr. Levino Flandzer
- Secretária: Professora Adria Brandes
- 2º Secretário: Professor René Barvinski
- Tesoureiro: Sr. José Veloso

No segundo semestre do ano letivo foi fundado, pelos alunos, o Grêmio Estudantil do Premen, com a seguinte diretoria eleita:

- Presidente: Valmir Dallacosta
- Vice-Presidente: Acir Nunes Camargo
- Secretária Geral: Rejane Mary B. Caleffi
- Tesoureiro: João Davi A. Miguel
- 1ª Secretária: Elayne Gemelli
- 2ª Secretária: Gladis Bernardi

O Colégio de Pato Branco foi autorizado a implantar as habilitações básicas preconizadas no Parecer 76/75, do Conselho Federal de Educação, iniciando com a implantação das habilitações:

- Básica em Agropecuária;
- Básica em Construção Civil
- Básica em Crédito e Finanças;
- Básica em Saúde.

As Habilitações Básicas acima, foram autorizadas pelo Decreto 5326/78. No ano de 1981, pela Resolução 3057/81 foram reconhecidos todas as Habilitações Básicas implantadas no colégio. Ainda no ano de 1981, através da Resolução 3999/81, foram autorizados os cursos de:

- Habilitação Plena de Técnico em Edificações;
- Habilitação de Auxiliar de Escritório Técnico em Edificações.

No dia 23 de junho de 1983, pela Resolução 2358/83, o Colégio de Pato Branco passou a denominar-se COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO – Ensino de 2º Grau.

No ano de 1984, pela Resolução 6058/84, foram extintas as Habilitações Básicas em Agropecuária, Construção Civil, Crédito e Finanças e Saúde; também, neste mesmo ano, foi implantado o curso Propedêutico (Educação Geral/Preparação Universal), autorizado pela Resolução 3915/84.

Em 1985 foi reconhecido, pela Resolução 4672/86, o curso Propedêutico.

No ano de 1986 foram implantadas, pela Resolução nº 1042/86, as habilitações de:

- Auxiliar de Contabilidade/Técnico em Contabilidade.
- Magistério.

As habilitações de Auxiliar de Contabilidade / Técnico em Contabilidade foram reconhecidas pela Resolução 4672/86, 31/10/86.

No ano de 1987 foi implantado o de Primeiro Grau de 1ª a 4ª séries, autorizado pela Resolução 3305/87, de 21/08/87.

No ano de 1988, pela Resolução 3886/88, de 13/12/88, foi implantado o Primeiro Grau de 5ª a 8ª séries. No mesmo ano o curso Propedêutico passa a denominar-se Educação Geral / Preparação Universal.

Em 1991 foi implantada a Habilitação de Auxiliar de Enfermagem, autorizada pela Resolução 1731/91, de 16/03/91.

No ano de 1998 foi elaborada a Proposta do Ensino Médio.

No ano de 1999, foi implantado o Ensino Médio seguindo as determinações da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394. também, a

Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 1ª à 4ª foram municipalizados, passando a ser atendidos pela Secretaria Municipal de Educação.

No mesmo ano foi implantado o curso Pós Médio de Técnico em Informática e foram desativados os cursos de Auxiliar de Contabilidade / Técnico em Contabilidade e de Magistério.

A consulta para escolha dos diretores é realizada entre os meses de novembro e dezembro, por meio de voto por chapa. Podem ser candidatos os servidores que pertençam ao Quadro Próprio do Magistério, ao Quadro Único de Pessoal, ao Quadro de Funcionários da Educação Básica ou ao Quadro Próprio do Poder Executivo. Para se candidatar, será necessário ter curso superior com licenciatura e compor o quadro do estabelecimento de ensino desde o início do ano letivo da consulta. Deverá também apresentar plano de ação compatível com o projeto político pedagógico da escola e com as políticas educacionais da Secretaria da Educação. Outro requisito necessário é que os candidatos tenham participado de curso de gestão escolar específico em formação continuada, oferecido pela Secretaria de Estado da Educação, ou em parceria com outras instituições formadoras, ou ainda do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), na linha de estudo de Gestão Escolar, ou de Curso de Pós-Graduação, lato ou strictu sensu, com ênfase em gestão escolar, comprovado mediante diploma reconhecido pelo Ministério da Educação.

Abaixo a gestão dos diretores, desde a sua inauguração até os dias atuais:

De 1978 a 1983: Professor Dalto Antonio Pastro

- implantação do Colégio;
- treinamento do pessoal Técnico-administrativo;
- implantação das habilitações Básicas;
- criação da A.P.M.

De 1983 a 1987: Professor Saul Scopel

- Implantação do curso Propedêutico;
- Implantação do curso de 1º grau de 1ª a 4ª séries;
- Implantação do curso de Auxiliar em Contabilidade / Técnico em Contabilidade.

De 1988 a 1989: René Barvinski:

- Implantação do curso de 1º grau de 5ª a 8ª séries;
- Início da construção do Ginásio de Esportes (Fundamentos, estrutura metálica, telhado e contra-piso);
- Construção de seis salas de aula na ala leste;
- Implantação do curso de Educação Geral / Preparação Universal.

De 1990 a 1995: Umberto Paulo Amadori

- Término da construção do Ginásio de esportes
- Implantação do curso de Auxiliar de Enfermagem
- Construção dos banheiros externos
- Construção da sala do Laboratório de Enfermagem
- Colocação de lajotas na área coberta, no hall de entrada e nos corredores.

De 1995 a 2001: Oswaldo Vicenzi

- Elaboração do Projeto do Ensino Médio
- Implantação do Tempo Integral de 1ª a 8ª séries
- Construção e aquisição dos equipamentos do Laboratório de Informática
- Recebimento dos equipamentos de Informática do Proinfo
- Implantação do curso Pós Médio Técnico em Informática
- Municipalização do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries
- Reforma do prédio pelo Proen
- Reforma completa do refeitório e da cozinha, inclusive piso
- Reforma dos banheiros internos dos alunos
- Reforma do Ginásio de Esportes e pintura das quadras.
- Aquisição de equipamentos de Informática para a Secretaria
- Pintura das salas de aulas
- Recuperação de carteiras
- Aquisição de equipamento didático

- Aquisição de equipamento de som
- Ajardinamento da escola, com colocação de balaústres
- Construção dos passeios na rua do lado sul e do lado oeste do Colégio
- Iluminação do estacionamento da frente
- Construção, pela Prefeitura, do Núcleo de Qualidade.

De 2001 a 2003: Saul Scopel

- Implantação dos cursos Pós-Médio:
 - Técnico em Informática
 - Técnico em Gestão Empreendedora
 - Técnico em Enfermagem

De 2003 a 2005: Dalto Antonio Pastro

- Construção do barracão para depósito
- Instalação da rede de internet no Laboratório de Informática, Biblioteca, Sala dos Professores e Secretaria
- Projeto de recuperação de carteiras e salas, através de mutirão com alunos e professores
- Recuperação de pisos
- Pintura do prédio
- Instalação de poste de iluminação no quiosque
- Construção de passarela de acesso à Biblioteca
- Recuperação dos jardins
- Implantação dos cursos:
 - Subsequentes:
 - Técnico em Enfermagem
 - Técnico em Informática
 - Técnico em Administração
 - Integrados:
 - Técnico em Informática

- Formação de Docentes

- Projeto de coleta seletiva de lixo em parceria com a comunidade
- Projeto de valorização do estudante com certificação de Honra ao Mérito.

De 2006 a 2017: Luiza Kupchak

- Adequação da biblioteca e laboratório de química;
- Ampliação da sala dos professores;
- Aparelhos de ar condicionado em todas as salas;
- Aparelhos de DVD;
- Aparelhos de som;
- Aquisição de uma nova foto-copiadora;
- Cadeiras para auditório;
- Cobertura para chegar no ginásio;
- Equipamento de multimídia;
- Equipamentos de áudio e vídeo;
- Implantação do laboratório de matemática;
- Instalação de caixas de som em todas as salas de aula, para uma melhor comunicação;
- Laboratório de informática com conexão à Internet;
- Máquina fotográfica;
- Materiais didáticos para melhorar o acervo bibliográfico;
- Mesa de som com oito canais;
- Micro computador para a sala de hora atividade;
- Micro computador para o auditório;
- Micro computador para secretaria e equipe pedagógica;
- Notebook;
- Quatro caixas de som para auditório;
- Reestruturação da rede elétrica;
- Sala de coordenação dos cursos técnicos;
- Sala para hora atividade;
- Sala própria para atendimento dos alunos do Curso de Formação de Docentes;

- Reforma de todo o prédio;

2.3 ESTRUTURA FÍSICA, MATERIAIS E ESPAÇOS PEDAGÓGICOS

O Colégio Estadual de Pato Branco conta com 20 salas de aulas, equipadas com TV Multimídia, Tabela de química, mapa mundi e ar condicionado; 3 laboratórios de informática; um laboratório de ciências, biologia; um laboratório de enfermagem; um laboratório de física e química; laboratório de matemática; uma sala de multimídia, sala para hora atividade; sala de direção; biblioteca; cozinha, 5 banheiros para funcionários; 2 banheiros com acessibilidade, 24 banheiro para alunos; saguão com aproximadamente 445,59m²; ginásio de esportes com 4 banheiros, sala para professores e almoxarifado; campo de futebol e quadra ao ar livre. Todos os espaços encontram-se em boas condições de uso, sendo adequados para sua funcionalidade.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA INSTITUIÇÃO

Horário:

Matutino: 7h30m às 11h40m

Vespertino: 13h10m às 17h20m

Noturno: 19h às 23h

Ensino Fundamental: sistema seriado, modalidade anual.

Matutino:		Vespertino:	
6º ano	2 turmas	6º ano	2 turmas
7º ano	2 turmas	7º ano	3 turmas
8º ano	2 turmas	8º ano	3 turmas
9º ano	2 turmas	9º ano	2 turmas

Ensino Médio: sistema seriado, modalidade anual.

Matutino:		Vespertino:		Noturno:	
1ª Série	2 turmas	1ª Série	1 turma	1ª Série	1 turma
2ª Série	2 turmas	2ª Série	1 turma	2ª Série	1 turma

3ª Série	2 turmas	3ª Série	1 turma	3ª Série	1 turma
----------	----------	----------	---------	----------	---------

Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino

Fundamental: sistema seriado, modalidade anual.

Matutino:	
1ª Série	1 turma
2ª Série	1 turma
3ª Série	1 turma
4ª Série	1 turma

Técnico em Informática, Integrado ao Ensino Médio: sistema seriado, modalidade anual.

Matutino:		Vespertino:	
3ª Série	1 turma	1ª Série	1 turma
4ª Série	1 turma	2ª Série	1 turma

Técnico em Administração, Integrado ao Ensino Médio: sistema seriado, modalidade anual.

Vespertino:	
1ª Série	1 turma
2ª Série	1 turma
3ª Série	1 turma
4ª Série	0 turma

Técnico em Administração, Subsequente ao Ensino Médio: sistema seriado, modalidade semestral.

Noturno:	
1º semestre	1 turma
2º semestre	1 turma
3º semestre	1 turma

Técnico em Informática, Subsequente ao Ensino Médio: sistema seriado, modalidade semestral.

Noturno:	
1º semestre	1 turma
2º semestre	1 turma
3º semestre	0 turma

Técnico em Recursos Humanos, Subsequente ao Ensino Médio: sistema seriado, modalidade semestral.

Noturno:	
1º semestre	1 turma
2º semestre	1 turma

Técnico em Enfermagem, Subsequente ao Ensino Médio: sistema seriado, modalidade semestral.

Noturno:	
1º semestre	1 turma
2º semestre	0 turma
3º semestre	1 turma
4º semestre	1 turma

Programa Precuni

Voleibol

Sala de Apoio a Aprendizagem

Manhã e Tarde: Matemática e Português

Sala de Recursos Multifuncionais

Manhã e Tarde

Aulas Especiais de Treinamento Desportivo

Futsal

2.5 RECURSOS HUMANOS

AGENTE EDUCACIONAL I: São 19 funcionários

AGENTE EDUCACIONAL I	VÍNCULO	TURNO
01	QFEB	Manhã
08	QFEB	Manhã / Tarde
03	READ	Manhã / Tarde
01	QFEB	Tarde / Noite
05	QFEB	Manhã / Noite
01	READ	Tarde / Noite

AGENTE EDUCACIONAL II: São 13 funcionários

QUANTIDADE	VÍNCULO	TURNO
01	QFEB	Manhã
08	QFEB	Manhã / Tarde
02	QFEB	Manhã / Noite
02	QFEB	Tarde / Noite

EQUIPE DIRETIVA:

DIREÇÃO:

QUANTIDADE	VÍNCULO	TURNO
01	QPM	Manhã / Tarde

DIREÇÃO AUXILIAR:

QUANTIDADE	VÍNCULO	TURNO
01	QPM	Manhã / Tarde
01	QPM	Noite

EQUIPE PEDAGÓGICA:

QUANTIDADE	VÍNCULO	TURNO
02	QPM	Manhã
02	QPM	Manhã/Tarde
03	QPM	Tarde
02	QPM	Noite

COORDENADOR:

QUANTIDADE	VÍNCULO	TURNO
01	QPM	Manhã
01	QPM	Manhã / Tarde
03	QPM	Tarde
03	QPM	Noite

PROFESSORES:

QUANTIDADE	DISCIPLINA	VÍNCULO	TURNO
01	Sala de Apoio	QPM	Manhã
01	Sala de Apoio	QPM	Tarde
01	Arte	QPM	Manhã/Tarde
01	Arte	QPM	Manhã/Tarde/Noite
02	Arte	REPR	Manhã/Tarde
01	Arte	REPR	Manhã
01	Arte	REPR	Tarde
01	Ciências	QPM	Manhã/Tarde
03	Ciências	QPM	Tarde
01	Ciências	REPR	Manhã
01	Educação Física	QPM	Manhã/Tarde/Noite
02	Educação Física	QPM	Manhã/Tarde
01	Educação Física	QPM	Manhã/Noite
02	Educação Física	QPM	Tarde
01	Educação Física	REPR	Manhã/Tarde
01	Educação Física	REPR	Tarde
03	Administração	QPM	Tarde/Noite
01	Administração	QPM	Tarde
01	Administração	QPM	Noite
02	História	QPM	Manhã/tarde
01	História	QPM	Tarde
01	História	QPM	Manhã/Noite
01	Inglês	QPM	Manhã/ Tarde

01	Inglês	QPM	Manhã/ Tarde
02	Inglês	QPM	Manhã
02	Inglês	QPM	Tarde
01	Inglês	QPM	Manhã/ Noite
01	Inglês	REPR	Manhã/ Noite
01	Inglês	REPR	Manhã
02	Português	QPM	Manhã
03	Português	QPM	Tarde
04	Português	QPM	Manhã/ Tarde
02	Português	QPM	Tarde/Noite
02	Português	REPR	Manhã
01	Matemática	QPM	Manhã
02	Matemática	QPM	Tarde
04	Matemática	QPM	Manhã /Tarde
01	Matemática	QPM	Manhã /Tarde/Noite
01	Matemática	REPR	Manhã
01	Matemática	REPR	Tarde
01	Informática	QPM	Manhã /Tarde
01	Informática	QPM	Manhã /Tarde/Noite
04	Informática	QPM	Noite
02	Enfermagem	QPM	Noite/Integral
02	Enfermagem	QPM	Integral
03	Enfermagem	REPR	Noite/Integral
01	Enfermagem	REPR	Noite
08	Enfermagem	REPR	Integral
01	Biologia	QPM	Manhã
01	Biologia	QPM	Manhã / Tarde
01	Biologia	QPM	Manhã / Tarde/ Noite
02	Biologia	QPM	Noite

03	Formação Docentes	QPM	Manhã
02	Formação Docentes	QPM	Tarde
01	Formação Docentes	QPM	Manhã/ Tarde
01	Filosofia	QPM	Manhã
02	Filosofia	QPM	Manhã/ Tarde
01	Filosofia	QPM	Manhã/ Noite
01	Física	QPM	Manhã/ Tarde/ Noite
01	Física	QPM	Manhã/ Noite
01	Sociologia	QPM	Manhã/ Tarde/ Noite
01	Sociologia	QPM	Tarde
01	Sociologia	REPR	Manhã/ Tarde/ Noite
02	Sociologia	REPR	Manhã
02	Geografia	QPM	Manhã
01	Geografia	QPM	Tarde
01	Geografia	QPM	Manhã/ Tarde/ Noite
01	Geografia	QPM	Manhã/ Tarde
01	Geografia	QPM	Tarde/ Noite
01	Libras	QPM	Manhã
03	Química	QPM	Tarde
01	Química	REPR	Manhã
01	Química	REPR	Noite
01	Química	REPR	Manhã/ Noite
01	Ensino Religioso	QPM	Manhã
01	Ensino Religioso	QPM	Tarde
01	Professor Interprete	QPM	Tarde

01	Professor Interprete	REPR	Tarde
01	Professor Interprete	REPR	Noite
01	Suporte Técnico	QPM	Manhã/ Tarde
01	Suporte Técnico	QPM	Manhã/ Tarde/ Noite
02	Suporte Técnico	QPM	Noite
03	Ed. Especial - Apoio	QPM	Tarde
01	Ed. Especial - Apoio	REPR	Tarde
01	Professor Readap.	QPM	Manhã
01	Professor Readap.	QPM	Tarde
02	Professor Readap.	QPM	Noite
02	Professor Readap.	QPM	Manhã/Tarde

2.6 INSTÂNCIAS COLEGIADAS

O Colégio Estadual de Pato Branco conta com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários eleitos a cada dois anos pela comunidade escolar, tendo representantes de todas as esferas da comunidade escolar. O Conselho Escolar do Colégio é constituído por membros da direção, equipe pedagógica, professores, funcionários, pais, alunos, Grêmios estudantil, comunidade e instituições sociais, sendo realizado eleição a cada dois anos. Também possui o Grêmio Estudantil eleito a cada dois anos por meio de votos dos alunos.

2.7 PERFIL DA COMUNIDADE ESCOLAR

A sociedade brasileira é marcada por grandes diferenças sociais. A classe dominante, proprietária dos meios de produção é composta por uma minoria enquanto a grande maioria da população constitui a classe dominada, que possui apenas sua força de trabalho.

Com o avanço tecnológico os homens passaram a ser substituídos por máquinas no setor de produção, formando uma grande massa de desempregados, um contingente de excluídos, a “população trabalhadora excedente” (MARX, 1984, p. 465). Dessa forma, na mesma proporção em que aumenta o acúmulo de riqueza dos dominantes, a pobreza e a miséria se alastram entre os dominados.

A realidade mundial é contraditória em todos os seus setores. Em nenhum momento histórico houve tamanha produção e, apesar disso, nunca houve um número tão grande de mortes pela fome. A educação não fica a margem dessa sociedade, ao contrário, é parte integrante dela e determinada por suas relações.

Veiculado pelos meios de comunicação, integrantes daquilo que Adorno e Horkheimer (1991) denominam Indústria Cultural, o discurso dominante apregoa uma escola democrática e igualitária, entretanto, sabe-se que esta não é a realidade. A educação continua a ser dualista: há uma escola para os dominantes e uma para os dominados, porém, num falseamento da realidade (CHAUÍ, 1981) a ideologia dominante afirma existir igualdade na educação para ambas as classes sociais.

A escola na sociedade capitalista assumiu a função de formar a mão-de-obra necessária para a manutenção da ordem vigente e os conteúdos trabalhados são mínimos e não dão subsídios para a análise crítica das questões relacionadas ao modo de produção capitalista. Desta forma, os alunos tornam-se, alienados, passivos e sem um referencial que norteie a sua prática para a mudança.

Essa alienação não se restringe ao espaço escolar. Toda a sociedade sofre as consequências do sistema capitalista que objetiva sujeitos alienados, “domesticados” e passivos. A chamada “Sociedade do Conhecimento” trabalha com uma carga elevada de informações que, rapidamente, tornam-se obsoletas, deixando os seus membros sem fundamento teórico sólido. Neste sentido, as famílias dos alunos também não têm referência e, nesse processo, perdem-se valores morais e éticos, normas de comportamento e até mesmo as relações afetivas se comprometem. A desestruturação familiar é um fator que atinge de maneira significativa o processo educativo formal, visto que, não há colaboração entre família e escola.

Por se tratar de um trabalho democrático, os diversos setores que compõem a comunidade escolar colaboraram na elaboração deste documento, participando de

reuniões, discussões e debates e respondendo, ainda, a questionamentos sobre a realidade sócio educacional. Neste sentido, para melhor compreensão da situação vivenciada pela escola, apresentam-se os dados obtidos em questionamentos realizados com pais, alunos, professores e funcionários do Colégio Estadual de Pato Branco.

Para diagnosticar a realidade atendida pelo Colégio Estadual de Pato Branco, considerando a diversidade de alunos atendidos do Ensino Fundamental, Médio, Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes ao Ensino Médio - contemplando diversos perfis envolvidos recorreremos a uma pesquisa por amostragem, possibilitando recolher dados de todas as realidades envolvidas com o objetivo de reconhecer o público atendido.

Diagnóstico

A metodologia utilizada foi a de pesquisa por meio de questões objetivas, sendo que os questionários enviados aos pais foram impressos e planejados os resultados obtidos, os demais questionários respondidos por alunos, professores e funcionários em ferramenta automatizada (Google Formulários) que já totalizou os dados obtidos por questão realizada.

Resultados Obtidos – Pais/Responsáveis

O foco da pesquisa com os responsáveis foi sociocultural abrangendo desde questões a respeito da estrutura familiar e econômicas até hábitos culturais das famílias.

Quanto a moradia, a maioria das famílias reside em casas próprias e temos percentual de alunos em todas as regiões da cidade, sendo a maior concentração nos bairros mais próximos do colégio. As residências contam com uma média de 3,7 moradores por casa, sendo que são em média 2 trabalhadores por casa.

Os responsáveis trabalham em sua maioria no comércio e em seguida no setor de serviços, a renda informada pela maioria de 1 a 3 salários mínimos. A maior parte dos alunos vai ao colégio com transporte contratado, seguido de transporte próprio.

Quanto à escolaridade dos responsáveis, em maioria possuem ensino médio completo seguido por fundamental incompleto e superior completo – interessante

ressaltar que a maior porcentagem de responsáveis com ensino superior completo está nas famílias de ensino fundamental denotando um aumento na escolaridade dos responsáveis.

Os hábitos pesquisados revelam que a TV ainda predomina entre os hábitos, sendo a leitura e esporte menos frequente – interessante novamente ressaltar que entre as famílias de ensino fundamental o registro de hábito de leitura e esporte é maior comparada aos outros níveis de ensino. O cuidado com os hábitos de estudo dos alunos é mais frequente no ensino fundamental decaindo no ensino médio e subsequente. As famílias informam que não autorizam seus filhos a sair de noite desacompanhados, no entanto, entre as famílias de ensino médio o percentual de aceite para saída a noite aumenta significativamente.

A maioria possui atividades de lazer, viagens e participam de grupos, sendo as viagens apresentaram maior fator de participação.

Os responsáveis informaram dar muito valor aos estudos e que participam de reuniões escolares para acompanhamento da vida escolar dos filhos.

Resultados Obtidos – Alunos

O foco da pesquisa com os alunos foi estabelecer a relação dos mesmos com o colégio, professores, colegas e a produção de conhecimento.

A maioria dos alunos declara interesse em estudar e trabalhar assim que possível.

Quanto ao relacionamento com colegas, professores, coordenadores, funcionários e direção declaram ser bom e muito bom. Fazem amigos facilmente e sentem-se a vontade, reconhecem o ambiente como um espaço de aprendizagem que ensina a organizar nos estudos e os desenvolve enquanto cidadãos.

Enxergam a escola organizada, segura, com boas regras de convivência e um ensino muito bom, avaliando a equipe pedagógica como muito boa. Quanto a estrutura visualizam a limpeza, prédio, cantina, espaço escolar como bom e muito bom. Ao comparar com escola de amigos a maioria julga muito melhor.

A escola é vista pela maioria como importante e um terço a classifica como decisiva para o futuro.

Quanto aos hábitos de estudo a atenção aos professores ou perguntas de colegas ocorre de forma parcial na maioria, ou em algumas aulas os alunos sentem que não conseguem estudar direito. Na maioria das aulas os alunos respeitam as regras e procuram professores para dúvidas.

Em sala de aula acompanham a matéria e sentem-se a vontade para perguntar na maioria das vezes, apresentam conversa com colegas e sentem-se perdidos durante a explicação em algumas aulas. Discutem a avaliação com os professores algumas vezes e na maioria realizam as tarefas propostas pelos professores.

Na visão dos alunos, os professores os incentivam frequentemente, são disponíveis para dúvidas, dão oportunidade para exporem opiniões e mostram interesse pelo aprendizado. Relacionam-se bem e variam a maneira de apresentar matérias algumas vezes. Corrigem exercícios, demonstram domínio da matéria e cobram as tarefas de casa na maioria das vezes.

Os alunos declaram que chegam no horário, faltam a algumas aulas, costumam entregar bilhetes e comunicados aos responsáveis.

Algumas vezes frequentam a biblioteca, assistem a filmes relacionados a matérias, revisam os conteúdos trabalhados em sala, estudam aos finais de semana e estudam com colegas.

A maioria participa de atividades e projetos extraclasse. O tempo dedicado pela maioria ao estudo e desenvolvimento de atividades em casa é de aproximadamente uma hora, sendo a maior parte do tempo livre dedicado a navegar na internet.

Os hábitos de leitura são baixos apesar de declararem em ampla maioria que a escola os estimula a ler. Declaram ler livros de literatura algumas vezes e poesias nunca. Leitura de jornais e revistas esporadicamente.

Foram questionados a respeito das orientações e conversas com os pais/responsáveis as quais declararam existir conversas raras a respeito de sexo, questões políticas e sociais e conversas constantes a respeito da escola, estudos, amigos, futura profissão e vestibular.

Quanto a declaração de cor, segundo as categorias usadas pelo IBGE, a grande maioria se declara branca (71%) seguidos de indígena (16,4%), preta (7,6%) e oriental (5%).

Resultados Obtidos – Professores

O foco da pesquisa com os professores foi a satisfação dos mesmos em seu ambiente de trabalho, com o desenvolvimento de suas atuações profissionais, suas necessidades e costumes.

De acordo com as informações registradas pelos educadores do Colégio Estadual de Pato Branco, a maioria possui especialização sendo que cerca de 20% possuem mestrado, todos informam ter participado de formações continuadas nos últimos dois anos.

Em maioria atuam somente neste colégio e possuem mais de dez anos de docência atuando nesta instituição de ensino a mais de seis anos, sendo que alguns possuem outras atividades dentro e fora da área da educação. O vínculo da maioria é QPM.

Os professores declaram utilizar computadores, internet, equipamentos de vídeo, jornais e revistas, livros de consulta e literatura geral, livros didáticos, projetores, impressora e máquina copiadora no local de trabalho.

Quanto à atuação a maioria participa dos conselhos de classe e identificam como fatores dos problemas de aprendizagem detectados o meio que o aluno vive, diferenças entre os níveis culturais dos pais e dos alunos, a falta de assistência e acompanhamento nos estudos, desinteresse e falta de empenho por parte dos alunos e indisciplina.

Quanto à atuação da direção escolar os professores demonstram confiança profissional. Identificam que se sentem motivados e comprometidos com o colégio, sentem-se estimulados para atividades inovadoras, entendem que as questões de aprendizagem são valorizadas pela direção. As normas administrativas e as questões relacionadas à manutenção são prioridade. Informaram fazer parte das decisões relacionadas ao trabalho e declaram levar em consideração as opiniões dos colegas, sendo, portanto, o ensino ofertado influenciado pela troca entre os professores. Também declaram que todos colaboram para o bom funcionamento da escola.

Os docentes têm conhecimento dos índices do SAEB e também dos resultados da Prova Brasil.

Quanto aos problemas foram citadas algumas ocorrências sem impactos graves como falta de recursos financeiros, inexistência de professores para algumas disciplinas/turmas, falta de recursos pedagógicos, problemas disciplinares e citado a falta de professores e de alunos como um dos principais.

Quanto às questões de relacionamento os professores relatam não haver ameaça e agressões verbais ou físicas bem como furto ou roubo. Utilização de bebidas ou drogas ilícitas citadas como casos raros.

A escolha dos livros didáticos é realizada com o coletivo dos professores/disciplina.

Resultados Obtidos – Funcionários

O foco da pesquisa com os funcionários foi analisar a relação dos mesmos com o ambiente de trabalho e o coletivo escolar.

Quanto à escolaridade os funcionários apresentam proporcionalmente formação de ensino médio e ensino superior, sendo que todos participaram de formações continuadas nos últimos dois anos.

Quanto à ocupação não desempenham outras funções ou possuem outro trabalho e em sua maioria atuam a mais de dez anos no colégio e são concursados.

No ambiente de trabalho utilizam-se da internet, jornais e revistas, livros de consulta eventualmente.

Quanto à direção os funcionários demonstraram-se comprometidos e motivados confiando na direção como profissionais, sentindo-se estimulados em sua maioria para contribuir com atividades inovadoras. Sentem-se respeitados pela direção e percebem atenção especial por parte da direção com normas administrativas e a manutenção da escola.

Segundo as respostas os funcionários participam das decisões relacionadas ao trabalho deles e levam em consideração as contribuições dos colegas para tomadas de decisão.

A visão geral é que o coletivo escolar colabora para o bom funcionamento da escola.

Os problemas de falta de recursos e de pessoal foram detectados em alguns momentos, no entanto, sem gravidade.

Quanto ao relacionamento com os alunos a maioria declara boas condutas sem ameaças, agressões verbais ou físicas.

2.8 OBJETIVO GERAL

- Disponibilizar elementos para uma formação crítica centrada na formação geral e na cultura tecnológica e científica que possibilite ao cidadão interferir na realidade para transformá-la e criar condições para a inserção e participação social ativa, desenvolvendo atitudes democráticas e éticas.

3. DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO - MARCO SITUACIONAL

3.1 Gestão Escolar

É importante perceber que a escola, em cada momento histórico constitui uma expressão e uma resposta à sociedade na qual está inserida. Neste sentido, Gasparin (2003, p. 08) expõe que “ela nunca é neutra, mas sempre ideológica e politicamente comprometida”. Muitas vezes, observa-se que a escola não consegue acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade e que necessita ser modificada para enfrentar os desafios postos, compreendendo que estamos em constante transformação.

Considerando a realidade do Colégio Estadual de Pato Branco se propõe ações voltadas a efetivação de uma gestão escolar democrática que visa o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem contemplando a diversidade, a articulação entre família e escola. Neste sentido a gestão democrática apresenta-se como necessária, devendo ser construída ao longo do processo administrativo. Além da competência técnica para gerir, o diretor deve desenvolver a capacidade de articulação política, baseada no diálogo e na comunicação com o coletivo escolar.

Conhecimento, planejamento e democracia constituem-se elementos essenciais para efetivação do processo de gestão escolar, repercutindo positivamente para a qualidade do ensino/aprendizagem dos escolares.

O sucesso do processo diretivo é resultado do esforço articulador do gestor no sentido de trazer para participação do quadro decisório de todo o coletivo escolar.

Os dirigentes precisam ter uma visão integral de seu trabalho e das funções e importância de cada setor, para garantir o sucesso das suas ações na escola. A gestão escolar quando praticada com competência, habilidade e postura ética, provocam um avanço consistente na transformação das escolas e na melhoria do aprendizado dos alunos.

Para que a gestão democrática se concretize como ação real dentro da instituição é necessária que o gestor priorize:

- A criação de uma visão de conjunto associada a uma ação de cooperação;
- A promoção de um clima de confiança;

- O estabelecimento de demanda de trabalho centrada em ideias e não em pessoas;
- O desenvolvimento da prática de assumir responsabilidades em conjunto;
- A ênfase nas relações humanas;
- O acompanhamento contínuo das atividades escolares;
- A delegação de funções/ atividades;
- O compartilhamento de informações.
- Participação de diversos segmentos na escola, promovendo assim educação de qualidade e significativa, bem como promover o exercício da cidadania.
- A participação da família na escola, levando-os a acompanhar sistematicamente a formação do filho.

Para por em prática a gestão democrática é preciso abrir espaço para a participação do Conselho Escolar, da APMF, do Grêmio Estudantil e do Conselho de Classe, tendo respaldo no Regimento Escolar. Com o incentivo aos trabalhos dos órgãos colegiados e descentralização do poder assegura-se a autonomia da instituição escolar.

A APMF do Colégio Estadual de Pato Branco, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Colégio, não tendo caráter partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros.

A APMF tem como objetivos, no seu âmbito de ação discutir ações de assistência ao educando, de aprimoramento de ensino e integração família – escola – comunidade, enviando sugestões, em consonância com a proposta pedagógica; buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, representar os reais interesses da comunidade escolar; promover o entrosamento entre pais, alunos, professores e funcionários, gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que forem repassados através de convênios, colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações.

São órgãos da administração da APMF: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo Fiscal, Diretoria, e Assessoria Técnica.

A Diretoria da Associação de Pais, Mestres e Funcionários será composta de: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretario, Segundo Secretario, Primeiro

Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Primeiro Diretor Sócio-Cultural-Esportivo e Segundo Diretor Sócio-Cultural-Esportivo.

Os cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Tesoureiro serão privativos dos pais e/ ou responsáveis legais dos alunos matriculados com frequência regular, vedados aos Servidores Públicos Estaduais.

Os cargos de 1º e 2º Secretários e 1º e 2º Diretor Sócio-Cultural-Esportivo serão privativos de professores e funcionários do estabelecimento de ensino.

Para melhoria da qualidade de ensino se faz necessário uma APMF atuante que administre de acordo com o Estatuto. É isso que se espera da APMF, que tem representatividade dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar, e que é elemento fundamental para que a Gestão Democrática se efetive.

O Conselho Escolar do Colégio Estadual de Pato Branco – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, é constituído segundo as disposições contidas no Parecer nº 01/95.

É um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, não tendo caráter político – partidário, religioso, racial e nem lucrativo, não sendo remunerado seus Dirigentes e/ ou Conselheiros.

O Conselho Escolar tem por finalidade democratizar as relações no âmbito da escola; promover a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola; efetivar a gestão escolar, na forma de colegiado, constituindo-se como órgão auxiliar da direção da Instituição de Ensino.

Para atingir tais finalidades o Conselho Escolar será um fórum permanente de debates, articulações entre os vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e os encaminhamentos necessários à solução de problemas administrativos pedagógicos que possam interferir no funcionamento da mesma.

Para tal autonomia a atuação do Conselho Escolar será exercida com base nos seguintes compromissos: a legislação em vigor, as oportunidades de acesso, permanência e qualidade de ensino.

O Conselho Escolar representado por equipe pedagógica, corpo docente, agentes educacionais I e II, alunos, Grêmio Estudantil, comunidade, pais e instituições sociais, visa a qualidade do ensino através de uma educação transformadora que prepare o educando para o pleno exercício da cidadania. Vê os

seus sujeitos como autores da própria história e com condições de legislar sobre ela, bem como, de geri-la por conhecer a realidade e ser capaz de transformá-la.

Os estudantes constituem um setor da sociedade que, historicamente, tem conquistado espaço social e participado de decisões que mudaram os rumos da história global. Isso aconteceu porque os estudantes organizados decidiram participar para transformar a realidade na qual estavam inseridos.

O grêmio estudantil dentro da escola se efetiva como um local de participação ativa e de reivindicação dos alunos, uma garantia de representatividade nas decisões referentes ao colégio, além de se estabelecer como um espaço privilegiado de formação política.

O objetivo maior do grêmio estudantil é o de representar condignamente o corpo discente, defendendo os interesses do colégio. Compete ao grêmio, ainda, promover o debate cultural e artístico, realizando intercâmbios educacionais com outras instituições de caráter educacional. Além disso, o grêmio deve lutar pela garantia de democracia no interior das relações escolares.

O grêmio estudantil como instâncias deliberativas a Assembleia Geral de Estudantes; conselho de representantes de classe, Diretoria do Grêmio, Conselho Fiscal.

Todos os alunos regularmente matriculados são associados do grêmio estudantil podendo candidatar-se as funções diretivas dessa instância colegiada.

O grêmio torna-se, então, imprescindível na gestão da escola e na implementação do exercício democrático na prática educativa, levando os anseios da população estudantil e buscando solução junto às demais instâncias colegiadas.

A gestão democrática apresenta-se como necessária, devendo ser construída ao longo do processo administrativo. Para além da competência técnica, desenvolver a capacidade de articulação política, baseada no diálogo e na comunicação com o coletivo escolar. Assim, diálogo e comunicação são essenciais para a articulação entre os aspectos pedagógicos e administrativos.

Por entender a relação orgânica existente entre equipe diretiva e comunidade escolar e pela defesa da discussão e tomada de decisões publicamente, evidencia-se a concepção democrático-participativa que traz os fundamentos e princípios da gestão democrática preconizada neste estabelecimento de ensino.

3.2 Ensino e Aprendizagem

As ações pedagógicas são coletivas e integrais, com a finalidade de educar o aluno, através de preceitos essenciais para que essa ação coletiva aconteça harmoniosamente e produza resultados.

Nesse sentido, conhecimento, planejamento e democracia constituem-se elementos essenciais para efetivação do processo administrativos e pedagógico, repercutindo positivamente para a qualidade no ensino e aprendizagem.

Em todo o processo de organização do Colégio coloca-se como principal a garantia de uma educação de qualidade, neste sentido para a efetivação de bons resultados acadêmicos faz-se necessário o envolvimento e pertencimento do aluno quanto a sua vida escolar. Levando o aluno a cumprir e fazer cumprir a legislação que garante um ensino público de qualidade, com igualdade de condições, sendo respeitado em suas particularidades, garantindo sua formação integral.

O processo ensino e aprendizagem é pensado e repensado constantemente em reuniões pedagógicas, planejamento e formação continuada, sendo discutido as diversas possibilidades de práticas pedagógicas. As propostas metodológicas são registradas no plano de trabalho docente e acompanhada pela equipe pedagógica durante o processo, ocorrendo informação, orientação e intervenção Sempre que necessário. Durante o ano letivo são realizadas amostras dos trabalhos realizados.

O Conselho de Classe é um órgão de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didáticos – pedagógicos, com atuação restrita a cada classe da instituição, tendo por objetivo avaliar o processo ensino/ aprendizagem na relação professor aluno e os procedimentos adequados a cada caso. O Conselho de Classe tem por finalidade estudar e interpretar os dados da aprendizagem na sua relação com o trabalho do professor, na direção do processo ensino/ aprendizagem proposto pelo plano curricular; analisar os resultados da aprendizagem na relação com o desempenho da turma com a organização dos conteúdos e o encaminhamento metodológico e a utilização de procedimentos avaliativos que assegurem a não comparação dos alunos entre si. Compete ao Conselho de Classe emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo ensino/aprendizagem; analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamento metodológico e processo de avaliação que afeta o rendimento escolar, propor medidas que

viabilizem um melhor aproveitamento escolar, tendo em vista o respeito à cultura do educando, integração e relacionamento com os alunos da classe; estabelecer planos viáveis de recuperação de acordo com a Proposta Pedagógica; decidir sobre a aprovação ou reprovação do aluno que, após a apuração dos resultados finais, não atinja o mínimo solicitado, levando-se em consideração o seu desenvolvimento, mediante o parecer do professor da respectiva disciplina.

É preciso deixar claro que o Conselho de Classe constitui um espaço de pensar coletivo na tomada de decisões relativas aos encaminhamentos necessários, tendo em vista os resultados obtidos e a superação dos problemas diagnosticados.

O Conselho de Classe é um espaço de reflexão pedagógica em que pais, alunos, professores e gestores, situam-se no processo educativo para reorientar a ação pedagógica. Uma educação voltada para uma ação-reflexão-ação e para a garantia do direito de aprender entende o Conselho de Classe como participativo, ou seja, como estratégia para uma maior reflexão do processo educacional, abrindo espaços de diálogo entre todos que fazem a comunidade escolar. Assim O Conselho de Classe do Colégio Estadual de Pato Branco ocorre em três etapas: O Pré-Conselho, Conselho de Classe e o Pós-Conselho.

Primeira Etapa: O Pré-Conselho

Ocorre durante todo o trimestre e consiste em:

- Contato com os pais dos alunos que estão com dificuldade de aprendizagem ou desinteresse através da agenda escolar, por telefone, envio do termo de ciência sobre o desempenho escolar e nos casos mais graves a solicitação da presença dos pais no colégio;
- Conversa com os professores sobre possibilidade de mudança de metodologia e estratégia de ensino, discussão sobre o Processo Ensino e Aprendizagem nas Reuniões Pedagógicas;
- Análise, reflexão com os alunos sobre o processo ensino e aprendizagem, bem como comportamentos que possam interferir no desenvolvimento acadêmico, utilizando estratégias como: orientação individual; reunião onde os alunos através de um questionário respondem questões referentes a participação, compromisso com o estudo, metodologias que facilitam a aprendizagem, pontos positivos e negativos da turma, comportamentos e sua

relação com o desenvolvimento da aprendizagem;

- Após a realização do questionário, a equipe pedagógica faz a tabulação das respostas e apresenta no dia do Conselho de Classe para os professores com o objetivo de que, a partir do olhar dos alunos, ocorra a reflexão sobre a necessidade de mudar metodologias e estratégias de ensino.

Segunda Etapa: Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um espaço de reflexão pedagógica, onde professores, equipe pedagógica e gestores discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino aprendizagem. Para isso, por meio de análise e reflexão, os professores respondem questões semelhantes às respondidas pelos alunos na primeira etapa (pré-conselho) e antes da discussão no grande grupo, a Equipe Pedagógica apresenta a tabulação dos resultados do pré-conselho e o professor é levado a refletir sobre as semelhanças e diferenças nas respostas. Essa análise é o ponto de partida para a reflexão do que precisa mudar para o trimestre seguinte. Além disso, o professor, através de ficha própria informa a equipe pedagógica sobre a vida escolar de cada aluno que apresentou desempenho abaixo do esperado, esses dados servirão de subsídios para que a equipe pedagógica inicie o pós-conselho.

Terceira Etapa: O Pós-Conselho

- Entrega de boletins: Os alunos com notas acima da média recebem o boletim; os alunos com nota(s) abaixo da média recebem um termo de compromisso que deverá retornar assinado pelos pais/responsáveis, autorizando a entrega do boletim para o(a) filho(a) e se comprometendo a comparecer para conversar com os professores das disciplinas em que houve baixo rendimento, e juntos traçar estratégias de recuperação.

- Convocação da presença dos pais, quando o aluno apresenta casos graves de desenvolvimento educacional.

- Em sala de aula ou no auditório, a equipe pedagógica reúne os alunos por sala para dar o retorno dos assuntos discutidos com o colegiado de professores, o que os professores sugeriram como alternativas a fim de melhorar o

desenvolvimento da aprendizagem, também se faz orientação sobre os estudos no trimestre que está iniciando e conversas individuais quando o aluno necessitar.

Para um bom andamento dos trabalhos no Conselho de Classe são:

Atribuições da Equipe Pedagógica:

- Escolha de tema/ assunto para reflexão;
- Dados sobre a turma;
- Organização da pauta do Conselho;
- Retomada e avaliação dos Conselhos anteriores.

Atribuições da Secretaria da Escola:

- Disponibilizar dados e informações (notas, transferidos, desistências);
- Fazer a ata de registro do Conselho.

Atribuições do Professor:

- Retomar, avaliar os encaminhamentos do Conselho anterior: o que obteve de resultado; o que não foi viável; alternativa de atividades/ procedimentos que obteve êxitos.

- Ter registrado as notas obtidas durante o período para gerar a média trimestral.

O ano letivo para o Ensino Fundamental, Médio, Formação de Docentes e Técnico Integrado é organizado trimestralmente, já os cursos subsequentes são organizados bimestralmente, neste sentido o sistema de avaliação e o planejamento acontecem de acordo com esta organização.

O Plano de Trabalho Docente é construído pelo corpo docente refletindo os objetivos e intenções pedagógicas, norteando o que e como ensinar e aprender, permitindo assim o acompanhamento dos objetivos definidos pela disciplina e a intencionalidade do professor. O Plano de trabalho Docente é arquivado em pastas individuais do professor na coordenação pedagógica, sendo disponibilizado para reorganização sempre que necessário, tendo em vista que este documento está em constante construção.

3.3 Atendimento Educacional Especializado ao público-alvo educação especial

A educação inclusiva no projeto político pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece,

através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo. Há que se mobilizar pela garantia do acesso e da permanência do aluno na escola. Não basta esperar por soluções que venham verticalmente dos sistemas educacionais. Urge criar propostas que resultem de fato na construção de uma escola democrática e com qualidade social.

A escola está inserida num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais. Diante disso, desaparece aquela arrogante pretensão de saber de antemão quais serão os resultados, mas sim as possibilidades de intervenção.

Embora não seja de sua exclusiva responsabilidade, a escola tem papel fundamental na garantia do acesso à educação de qualidade aos alunos com deficiência.

Nessa perspectiva, cumpre à comunidade escolar, de maneira crítica e sistemática, conjugar esforços e desenvolver ações no sentido de criar condições que possibilitem o desenvolvimento educacional desses sujeitos.

Esse novo contexto de educação dos estudantes com deficiência teve como importante marco na esfera das políticas públicas, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, complementada por outros dispositivos legais e documentos orientadores, tais como: Decreto 3.298/99; Adaptações Curriculares - Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (1999); Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica (2001); Plano Nacional de Educação Lei 10.172/2001, e mais recentemente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada em janeiro de 2008.

Os alunos com deficiência em decorrência do comprometimento sensorial, físico ou intelectual, necessitam de que a escola a partir da compreensão de suas especificidades promova mudanças tais como: adaptações curriculares, estratégias diversificadas de aprendizagem, novos formatos de avaliação, estrutura física adequada oferecendo melhores condições de acessibilidade dentre outras que favoreçam o processo de escolarização desses estudantes.

Ao definir o quadro teórico que norteará a prática pedagógica, é importante que o projeto expresse um entendimento sobre a categoria inclusão, tematizando especificamente a realidade dos alunos com deficiência fundamentando-se na legislação.

Na proposta de ação, a escola apresenta seu posicionamento sobre o acesso dos estudantes com deficiência. Em virtude de possuírem determinadas especificidades esses educandos necessitam de intervenções pedagógicas diferenciadas, previstas na proposta de ação, que facilitem seu desenvolvimento educacional o que habilitará os professores, enquanto mediadores diretos do processo ensino-aprendizagem uma prática pedagógica, criando situações didáticas de modo a atingi-los, elaborando adaptações e flexibilizações curriculares com novas estratégias pedagógicas, novos formatos de avaliação condizentes com suas especificidades.

Nesse contexto, o Colégio Estadual de Pato Branco presta serviços de apoio pedagógico especializado no contexto da sala de aula e Sala de Recurso em contraturno, por meio da oferta de recursos humanos, técnicos, tecnológicos, físicos e materiais, com objetivo de possibilitar o acesso e a complementação do currículo comum ao aluno.

Nesta perspectiva, visa contribuir para o desenvolvimento integral do aluno incluso, no processo de ensino-aprendizagem favorecendo os aspectos: físico, mental, afetivo, emocional e sociocultural, buscando estar sempre condizente com sua realidade, favorecendo a todos o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, mediando junto aos alunos, capacidade de se utilizar desse conhecimento, tanto para a produção de novos conhecimentos, como para o exercício da cidadania.

3.4 Articulação entre as etapas de ensino

Existem inúmeros fatores que influenciam a adaptação do aluno em uma nova fase escolar, porém a mais significativa está relacionada com as etapas do desenvolvimento humano, que devem ser levadas em consideração pela escola. Algumas singularidades marcam essa fase da vida: as formas como as crianças se desenvolvem na interação social para aprender e relacionar-se com o mundo, a

dependência em relação ao adulto o que exige proteção e cuidado, o desenvolvimento da autonomia, o intenso desenvolvimento físico e motor, a ação simbólica sobre o mundo, o desenvolvimento de múltiplas linguagens, a construção de identidade, por meio do estabelecimento de laços sociais e afetivos. Dessa maneira é necessário que o aluno compreenda qual é seu papel de estudante e qual é a função da escola enquanto instituição de ensino. Entendemos que a realização de um trabalho de adaptação é indispensável para promover a tranquilidade ao aluno, pois quando recebe informação sobre o ambiente escolar, seu funcionamento e o que a escola espera dele sua adaptação ocorre de maneira natural.

O trabalho desenvolvido pelo Colégio estadual de Pato Branco visa oportunizar momentos de informação e integração na futura escola, a fim de que se sintam seguros e acolhidos, conscientizar a família no cumprimento das regras da instituição e sensibilizar sobre a importância do apoio dos responsáveis nas decisões do coletivo escolar. Para isso estabelecemos algumas estratégias com palestras sobre o funcionamento da escola, no início do ano letivo dar continuidade as orientações, reunião com os pais/responsáveis (parceria família x escola).

3.5 Articulação entre diretores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação

O espaço escolar é formado por diversos segmentos, atuando cada qual na sua função, buscando desenvolver ações em harmonia com o Projeto Político Pedagógico, tendo como concepção de que para tornar a escola um espaço especial e de construção de uma sociedade melhor é necessário desenvolver um trabalho em equipe, um trabalho solidário entre todos os que compõe o cotidiano escolar. Essa articulação acontece em diversos momentos na escola, em reuniões com Grêmio Estudantil, APMF, Conselho Escolar, formação continuada, reuniões pedagógicas, planejamento e replanejamento e no cotidiano escolar.

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação. Além disso, participa e intervém na organização do trabalho pedagógico; organiza a

construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico; orienta a elaboração do Plano de Trabalho Docente; organiza Pré-conselhos e conselhos de classe; promove a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social; cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

A Equipe Docente participa da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento; participa do processo de escolha dos livros e materiais didáticos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento; participa das reuniões, sempre que convocados pela direção; desenvolve atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno; avalia utilizando instrumentos diversificados previstos no Projeto Político-Pedagógico, promove a recuperação de estudos, com estratégias diferenciadas de acordo com o previsto no P.P.P. Mantém atualizados os Registros de classe, conforme orientação da equipe pedagógica e secretaria escolar; mantendo e promovendo relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar.

Os agentes educacionais II atuam na secretaria e biblioteca sob a coordenação do secretário cumprindo as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria; zelando pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e familiares; promovendo relacionamento cooperativo de trabalho com toda a comunidade escolar; cumprindo o que determina o Regimento Escolar. O profissional que atua na biblioteca busca organizar e fazer cumprir o Regulamento do uso da biblioteca, zelando pela preservação, conservação e restauro do acervo, receber, auxiliando na distribuição e recolhimento do livro didático.

O Agente Educacional I tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação escolar, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento. Além disso deve manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar. Exercendo suas atribuições de acordo com o Regimento Escolar.

3.6 Articulação da instituição de ensino com pais/responsáveis

Buscando a participação efetiva da família na escola são organizados momentos de diálogo com a família, em situações em que a equipe pedagógica e de docentes identifica baixo aproveitamento escolar, conflitos quanto a diversidade e de comportamento, exposição de projetos escolares, participação com experiências e conhecimentos; disponibilizado os documentos norteadores com o objetivo de levá-los a conhecer o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar e a partir deste conhecimento ter condições de exigir que o estabelecimento de Ensino cumpra sua função, respeitando e apoiando as normas do estabelecimento de acordo com a legislação vigente e as decisões tomadas nas assembleias de pais, comparecendo com frequência regular ao estabelecimento, sem que haja a necessidade de convocação, para averiguar o desenvolvimento escolar do filho, cumprindo a sua obrigação enquanto responsável pelo aluno, de acordo com a Constituição Federal.

3.7 Formação continuada dos profissionais da educação

Em relação a formação continuada e em consonância com o previsto na LDB – Lei 9394/96, a escola deve reservar um espaço que garanta a formação continuada aos professores. Deste modo o espaço escolar torna-se um ambiente de formação não apenas dos educandos, como também um ambiente privilegiado de formação de educadores.

Participação do corpo docente, equipe pedagógica e diretiva, agentes educacionais I e II nas Semanas Pedagógicas, em oficinas da Formação em Ação Disciplinar e Equipe Multidisciplinar e no PDE, sendo formações proporcionadas pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná.

Neste sentido, a proposta do Colégio Estadual de Pato Branco é a de qualificação contínua dos profissionais da educação pelo estabelecimento de:

- Grupos de Estudo que visem à formação da Equipe Pedagógica, Direção, Professores e Funcionários;
- Horas de estudo conjunto reservadas no calendário escolar;
- Projetos objetivando uma prática de trabalho interdisciplinar e contextualizada;

- Estudos e discussões acerca do Projeto Político-Pedagógico, com a finalidade de avaliá-lo e realimentá-lo;
- Momentos de discussão para a seleção e elaboração de materiais didático-pedagógicos, com reflexão sobre as suas possibilidades de uso;
- Discussões, análises e reflexões sobre textos referentes à educação nas horas-atividade;
- Análise de estratégias que possibilitem aos professores de uma mesma área do conhecimento realizarem juntos a hora-atividade.

Acompanhando o processo de formação continuada dos profissionais da educação devem ser estabelecidos momentos onde toda a comunidade escolar será convidada a participar de palestras e encontros visando à qualificação pessoal.

3.8 Acompanhamento e realização da hora-atividade

De acordo com a instrução 06/2017-SUED/SEED, a hora atividade constitui-se no tempo reservado aos (as) professores (as) em exercício de docência para estudos, avaliação, planejamento, participação em formações continuadas, preferencialmente de forma coletiva, devendo ser cumprida integralmente na instituição de ensino na qual o (a) profissional esteja suprido e no mesmo turno das aulas a ele (a) atribuídas. Quando o (a) professor (a) estiver suprido em mais de uma instituição de ensino, a hora-atividade deverá ser proporcional ao número de aulas de cada uma das instituições.

A hora-atividade poderá ser cumprida fora da instituição de ensino, excepcionalmente, em atividades ofertadas/convocadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

É de responsabilidade da equipe diretiva organizar a hora-atividade do coletivo de professores da escola, sendo um momento em que o professor organiza e reorganiza sua proposta de trabalho, avaliando os resultados obtidos e juntamente com a equipe pedagógica buscando alternativas para obter o melhor desempenho no processo ensino e aprendizagem, sendo portanto, mais uma ferramenta para o professor atingir seus objetivos.

3.9 Organização de tempo e espaço pedagógico e critérios de organização das turmas

As turmas são organizadas levando em consideração o número de salas e a ordem das matrículas.

Os laboratórios de informática e a sala de multimídia são agendados pelos professores na secretaria.

A biblioteca é utilizada por alunos e professores nos turnos de funcionamento do estabelecimento e também pela comunidade.

O Curso de Formação de Docentes possui duas salas de aulas exclusivas para o desenvolvimento da prática pedagógica do curso e são utilizadas em período contrário às aulas.

A sala de recursos e apoio pedagógico também possuem salas próprias.

A distribuição das aulas é feita de acordo com as instruções da SEED.

3.10 Índices de aproveitamento escolar (indicadores internos e externos/índices de abandono/evasão e relação idade/ano)

Em relação aos índices de aproveitamento escolar o Colégio Estadual de Pato Branco apresenta um bom desempenho. O IDEB é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, divulgado a cada dois anos. Na avaliação aplicada em 2017 a nota foi de 5,8, superando a meta estabelecida pelo Governo do Estado do Paraná. Esse desempenho se dá devido ao acompanhamento individualizado quanto ao processo ensino-aprendizagem, combate ao abandono e baixo índice de distorção idade série, sendo divulgado e analisado com todo o colegiado, em reuniões e formações, buscando superar os resultados obtidos. A equipe pedagógica realiza acompanhamento permanente quanto a frequência e aproveitamento escolar por meio de encaminhamentos pedagógicos dos professores, realizando intervenções junto ao aluno, família e professores. Em casos de infrequência ocorre acompanhamento da equipe, sendo encaminhado a rede de proteção.

Uma boa relação entre escola-aluno é condição para a efetivação do processo de aprendizagem, pois essa relação dinamiza e dá sentido ao processo

educativo. O respeito mútuo é a valorização da garantia de uma boa convivência e o estabelecimento de uma relação de confiança, independentemente da origem social, etnia, religião e sexo.

3.11 Relação entre profissionais da educação e discentes

O relacionamento humano é peça fundamental na realização comportamental e profissional. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor/aluno envolve interesses e intenções, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores éticos. Mediante esta concepção acreditamos que o relacionamento entre professor e aluno deve ser de amizade, de troca de solidariedade, de respeito mútuo, enfim, não se concebe desenvolver qualquer tipo de aprendizagem, em um ambiente hostil. A escola hoje, mais do que em qualquer outro tempo, é um espaço onde se constroem relações humanas, portanto, é de fundamental importância trabalhar não só conteúdos, mas também as relações afetivas, voltando-se para a qualidade das suas relações, valorizando o desenvolvimento afetivo, social e não apenas cognitivo como elementos fundamentais no desenvolvimento do sujeito como um todo.

4. FUNDAMENTOS - MARCO CONCEITUAL

Mas poderá haver sofrimento maior para uma criança ou adolescente que ser forçado a mover-se numa floresta de informações que não consegue compreender, e que nenhuma relação pode ter com a vida? (Rubem Alves, 1994, p.13).

OPÇÃO TEÓRICA

Limitando-se quase sempre a transmitir conhecimentos de relevância, por vezes questionados, de forma bastante rudimentar, as escolas foram distanciando-se da possibilidade de fazer com que seus alunos tivessem condições de compreender as transformações à sua volta ou de interpretar a massa de informações com que se deparam diariamente.

O Colégio Estadual de Pato Branco, assumindo uma postura diferenciada, busca formar um sujeito capaz de interferir criticamente no mundo para transformá-lo através de uma educação compreendida como um ato político e libertador, que busca o diálogo com todas as culturas e concepções de mundo, valorizando a equidade (busca a igualdade sem eliminar as diferenças), e desenvolvendo atitudes democráticas e éticas, pela compreensão da realidade e da possibilidade de recriá-la. Nesta perspectiva, considera-se os sujeitos envolvidos no processo educativo como seres ativos e capazes de decisões. Diante dessa descrição evidencia-se uma concepção teórica voltada para a Pedagogia Progressista.

Pautado nessa concepção, o Colégio Estadual de Pato Branco busca a construção de uma escola em que as pessoas possam dialogar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes. Onde há espaço para as transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e para a criatividade. Uma escola com autonomia, onde todos os envolvidos com a educação possam refletir sobre seu próprio processo de construção de conhecimento e ter acesso a novas informações.

Um programa inovador em educação deve ter uma sustentação legal e teórica clarificada, para que seus passos pedagógicos possam ser eficazes. Neste sentido, torna-se fundamental que se tenha clareza da concepção de educação que norteia a

prática pedagógica, para que esta não seja desvinculada dos fundamentos teóricos que permitem a análise reflexiva da educação.

O Colégio Estadual de Pato Branco apresenta prática pedagógica fundamentada na **Pedagogia Progressista**, buscando, portanto, seus fundamentos teórico-filosóficos na tendência pedagógica Histórico-Crítica.

A tendência pedagógica Histórico-Crítica fundamenta a proposta pedagógica por preconizar o contexto em que o aluno está inserido, voltado para a concepção psicológica sócio-histórica, concepção Filosófica a dialética, com base filosófica o materialismo histórico e teoria crítica. Concebe o homem como sujeito histórico, síntese de múltiplas relações sociais, buscando uma relação sujeito objeto e interação sujeito, objeto, mediatizadas pelas condições do contexto social e histórico. O conhecimento é uma produção histórico social. Sua apropriação está vinculada ao processo de ação e reflexão sobre a práxis social, a partir de sua problematização da análise e compreensão teórica dos elementos e suas interações. A produção de novos conhecimentos pressupõe a superação dos anteriores. O desenvolvimento como um processo histórico e social de humanização, construção e aprimoramento das funções psicológicas superiores. Depende das interações homem/natureza e homem/homem. A inteligência um conjunto integrado de funções psíquicas superiores responsáveis pela elaboração do pensamento, a partir das diversas interações com o meio cultural. A educação como meio para formar sujeitos conscientes de sua ação transformadora na construção de uma sociedade mais justa. Deve servir a construção de uma nova ordem social. Centrada na apropriação do saber elaborado como instrumento de luta social. A Escola espaço de instrumentalização científica para melhor compreensão da realidade social.

A Pedagogia Progressista propõe a integração entre conteúdo e realidade concreta, visando a transformação da sociedade e esse conteúdo é analisado como produção histórico-social dos homens.

Concepção de Educação

Para atingir tal objetivo se faz necessário ter uma concepção clara do tipo de **educação** que se deseja.

Esta educação deve defender e respeitar a diversidade, as minorias étnicas, a pluralidade de doutrinas, os direitos humanos, eliminando estereótipos e ampliando o horizonte de conhecimentos e de visões de mundo. Além disso, deve estar pautada no desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las, para isso se torna indispensável que o desenvolvimento dos conteúdos esteja pautado numa perspectiva interdisciplinar e contextualizada, superando a concepção “bancária” de educação, onde os alunos são vistos como depósitos para o conhecimento, seres vazios que devem ser enchidos de conteúdos (FREIRE, 1999).

Ao contrário, o que se espera da educação no Colégio Estadual de Pato Branco é a problematização, a transformação, a emancipação. Neste sentido, Freire (1999, p. 68) salienta que

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação ‘bancária’, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscente, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca que, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos.

Somente assim poder-se-á entender a premissa de Freire (1999, p. 68) de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Neste contexto a relação professor-aluno assume novo caráter, orientada para o diálogo e onde ao mesmo tempo em que se educa, se é educado.

Concepção de Homem (infância, juventude, adulto e idoso)

Considerando o momento histórico atual, este conceito pode parecer utópico, mas é na luta por uma sociedade melhor que a utopia passa a ser realidade, e o **homem**, enquanto sujeito ativo e crítico dentro da sociedade, é o principal responsável por tal mudança.

Tendo o homem um papel tão importante para a transformação social torna-se indispensável clarificar a concepção de homem que o Colégio Estadual de Pato

Branco defende. De acordo com Freire (1999, p. 72) os homens são seres históricos,

[...] seres que *estão sendo*, como seres inacabados, inconclusos, *em e com* uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. (grifos do autor)

Neste sentido, a educação transformadora atua sobre os homens como seres inacabados, trabalhando as contradições de maneira problematizadora. O homem é um ser social, determinado pelas relações sociais, mas ao mesmo tempo determinante delas, e é para essa possibilidade de atuação que a escola deve orientar sua prática. Sabe-se que há a necessidade de formar homens inovadores, com responsabilidade ética, profissional e pessoal, investidos de valores e atitudes de cidadania, envolvidos com as minorias e comprometidos com as transformações sociais.

As ferramentas indispensáveis para a formação do homem estão diretamente relacionadas com o conhecimento, à cultura e a educação.

Concepção de Mundo

A perspectiva da pedagogia histórico-crítica destacamos acerca das relações entre a formação da individualidade e do trabalho educativo, apontando a necessidade de uma concepção de mundo emancipatória, cuja finalidade seja a superação das relações sociais alienadas para o entendimento dos processos de formação e transformação da concepção de mundo de toda comunidade escolar

Concepção de Sociedade

Há milhares de anos o homem vem refletindo sobre a **sociedade** em que vive, procurando compreendê-la. A mitologia foi a primeira tentativa de explicar os fenômenos das forças sociais baseando-se na fantasia, imaginação e especulação. Tudo era atribuído aos deuses e heróis para explicar os fatos sociais.

Na Antiguidade e Idade Média, até o início da Idade Moderna, as tentativas de explicar a sociedade foram influenciadas pela Filosofia (Platão e Aristóteles) e

Religião (Santo Agostinho). Estabeleciam-se nessas explicações, normas para que o ser humano vivesse numa sociedade ideal.

Com o Renascimento surgem pensadores que abordavam os fenômenos sociais de forma mais realista. No século XIX a investigação dos fenômenos sociais ganhou um caráter científico.

Através deste breve histórico observa-se a necessidade desde os primordiais dos seres humanos buscar viver em uma sociedade melhor. A busca por este ideal é antiga e necessária para que hajam transformações sociais.

Diante disso a concepção de sociedade adotada pela escola espera uma organização social mais fraterna, livre, igualitária e com mais justiça social.

Concepção de Cidadania

Neste contexto o conceito de **cidadania**, está claro na escrita de Gilberto Dimenstein (apud OLIVEIRA, 2001, p. 53):

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometeu um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. Há detalhes que parecem insignificantes, mas que revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento está o respeito às coisas públicas.

Observa-se nas entrelinhas da citação que cidadania nada mais é do que o pleno exercício dos direitos e deveres amparados na Constituição Federal e tem em sua essência a idealização de uma sociedade mais justa e democrática. A formação deste cidadão exige um novo conceito de sociedade.

Concepção Formação humana integral

A formação integral do ser humano relaciona-se à compreensão da pessoa em sua totalidade, visando o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Neste sentido busca-se a formação do sujeito autônomo, responsável por si, pelo outro e pelo seu ambiente, capaz de transcender a mera adaptação social. Segundo o educador Paulo Freire (2011, p.53) "(...) minha presença no mundo não é a de quem

a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É oposição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história”. É uma formação orientada pela possibilidade de o indivíduo encontrar sentido e dar significado a sua aprendizagem no processo educativo que tem por finalidade o acesso a conhecimentos científico-tecnológicos básicos, imprescindíveis no desenvolvimento de competências e habilidades, mas que também desenvolva atitudes e valores vinculados a práxis da autonomia, da reflexão, da crítica para a promoção da integridade humana.

O ser homem é um ser consciente e responsável, com liberdade de escolha e que busca o sentido de vida num mundo pleno de sentido, constituído de razões, motivações pelo qual ele transcende a si mesmo, através de sua abertura para este mundo e que se realiza na comunidade, no convívio com o outro.

Deste modo, podemos considerar que “(...) se os homens são estes seres da busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a “educação bancária” pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação” (FREIRE, 2011, p. 86).

Concepção de Cultura

Sendo a **cultura** a vida total de um povo, a herança social que o indivíduo adquire de seu grupo, o conhecimento tem papel fundamental nesta transmissão. Um dos grandes desafios do Colégio Estadual de Pato Branco é respeitar as diferentes culturas que o constituem. A sociedade brasileira é formada por diferentes etnias o que contribui para características culturais bastante diversificadas, neste sentido a escola deve ser um espaço que alimente uma cultura de paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos, e no compromisso ético de contribuir com as transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa.

Concepção de Trabalho

Historicamente, o ser humano utiliza-se dos bens da natureza por intermédio do trabalho e, assim, produz os meios de sobrevivência e conhecimento. Neste sentido compreende-se que uma educação voltada para o trabalho como princípio educativo viabiliza ao sujeito o potencial da transformação social, capaz de

responder às exigências do mundo do trabalho, sendo a formação entendida e compreendida como um espaço para a ampliação de saberes e, ao mesmo tempo, para a rejeição de uma ordem social que tendo a excluir e marginalizar a cultura e os saberes do sujeito. Educar para o trabalho, para o exercício pleno da cidadania, para formas sujeitos autônomos, intelectuais, éticos, humanos, conscientes e socialmente produtivos. Neste contexto a educação abarca uma complexidade de fenômenos sociais, sendo necessário articular a teoria com a prática no enfrentamento das contradições sociais.

Tendo como pressuposto o trabalho como princípio formativo cabe citar Gramsci:

O ensino deve ser visto como um ato de libertação e deve ser percebida a sua eficiência em relação às camadas mais oprimidas da sociedade. Esse ensino [...] deve estimular o progresso intelectual, para que os trabalhadores, ao invés de reproduzirem palavras panfletárias, consolidem uma visão crítica do mundo onde vive e luta, e, nesta perspectiva, o processo educativo, em uma escola unitária é decisivo na formação humana (GRAMSCI, 2011, p.195).

Sendo a educação um direito social é preciso caminhar em direção a uma dimensão efetivamente humana, em que a poesia, a arte, a literatura, a política, a consciência crítica, a ciência e a cultura convergem para uma formação que só é possível quando se percebe o trabalho como princípio educativo.

Concepção de Escola

Nessa perspectiva a escola é vista como socializadora dos conhecimentos e saberes universais e, neste ato, existe a articulação entre o ato político e o ato pedagógico. A práxis educativa é entendida como uma ação política. O educador assume uma posição de extrema relevância dentro da Pedagogia Progressista, visto que é ele quem média as situações objetivas e o conhecimento, através de sua competência e da linguagem social. A educação assume, portanto, um caráter emancipatório, buscando libertar o homem através do desvelamento da realidade.

Nesta perspectiva, a concepção de **escola** assume um caráter inovador. A escola ideal, dentro desse contexto, deixa de ser uma agência transmissora de informações e transforma-se num lugar de análises críticas, reflexão, produção de conhecimento. Um espaço onde o conhecimento possibilita a atribuição de

significados à informação, proporcionando oportunidades de desenvolvimento, de uma flexibilidade intelectual, de sensibilidade e abertura para o novo, de criatividade face a situações desafiadoras, de atitudes críticas e construtivas.

Ela se torna um espaço aberto, transpõe seus muros e enriquece a cultura escolar. Transforma-se num lugar de estar, de fazer e de criar juntos, de dar e receber apoio, o aluno se torna sujeito de seu próprio conhecimento. Tornando possível a compreensão dos valores como a solidariedade, a democracia, a justiça, a convivência com as diferenças, o direito de todos à felicidade e a auto realização.

A escola é um lugar privilegiado, pois é um espaço onde o contato com a cultura é feito de forma sistemática, intencional e planejada, além disso, o professor e os colegas formam um conjunto de mediadores da cultura que possibilita um grande avanço no desenvolvimento do educando. O professor torna-se figura fundamental, o colega de classe um parceiro importante, o planejamento das atividades torna-se tarefa essencial, e a escola lugar de construção humana.

Concepção de Gestão Escolar

Tendo os fundamentos teóricos embasados nas teorias críticas da educação esta instituição adota como conceito de gestão, a **gestão democrática**, sinônimo de gestão participativa, onde há o envolvimento dos professores, funcionários, pais, alunos e qualquer outro representante da comunidade que estejam interessados no Colégio e na melhoria do processo pedagógico.

A organização e a gestão escolar têm influência direta sobre o processo de ensino-aprendizagem. É neste sentido que Libâneo (2001, p. 22) afirma que “organização e gestão são entendidas como práticas educativas, pois passam valores, atitudes, modos de agir, influenciando as aprendizagens de professores e alunos”.

O conceito de gestão democrática já pressupõe a ideia de participação, de trabalho associado, de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Neste sentido, no âmbito escolar os objetivos sócio-políticos pedagógicos devem ser decididos coletivamente, através da participação da comunidade escolar.

Sob a designação de participação entende-se uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social. Libâneo (2001, p. 79) explicita que a participação

(...) é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais.

Aos responsáveis pela gestão escolar compete promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena da sua equipe pedagógica, seus professores, seus funcionários, seus alunos e pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania.

A participação da comunidade escolar na tomada de decisões deve ser coordenada pelo gestor, que deve fazer a interlocução entre os anseios da escola e as determinações vindas de instâncias superiores e legislação. Desta forma entende-se que o diretor,

[...] coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais componentes do corpo de especialistas e técnicos administrativos, atendendo às leis, regulamentos e determinações dos órgãos superiores do sistema de ensino e às decisões no âmbito da escola assumida pela equipe escolar e pela comunidade (LIBÂNEO, 2008, p. 128.)

O diretor e seu auxiliar devem ter a consciência da sua função educativa dentro do espaço escolar, considerando-o um local aberto para inovações e transformações. Neste sentido o gestor “deverá ser comprometido consigo mesmo, com sua dignidade e com a dignidade do social como um todo. Deverá ser um inovador social, o agente da dialética dos contrários” (VIANNA, 2000, p.73), trabalhando, portanto, em prol da emancipação.

Concepção de Currículo

Diante de uma educação transformadora é preciso deixar claro o papel do **currículo** na formação humana. Todo o currículo reflete a cultura, o sistema de valores, as características históricas e políticas, além de uma determinada filosofia educacional. Trata-se do desdobramento do projeto pedagógico da escola e concretiza a posição desta em relação à cultura produzida pela sociedade (SACRISTÁN, 2000).

Neste sentido, o currículo deve levar em consideração a especificidade da escola, situando-a no contexto histórico-social. Sacristán (2000, p.15) afirma que “quando definimos o currículo estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-la num momento histórico e social determinado”.

Veiga (1995, p. 27) explicita ainda que “o currículo não pode ser separado do caráter social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado”. Uma concepção de educação libertadora deve, portanto, transcender o caráter fragmentado do conhecimento escolar, buscando trabalhá-lo em sua totalidade.

Conforme Frigotto (1993) o conhecimento em sua totalidade não é efetivado se não formos capazes de buscar, ir além da aparência, da fragmentação. O conhecimento é produto da realidade social, objetiva e concreta. Portanto, os chamados “**Desafios Socioeducacionais**” devem passar pelo currículo somente como condição de compreensão do conteúdo nesta totalidade, fazendo parte da intencionalidade do recorte do conhecimento na disciplina.

Os desafios socioeducacionais pressupõem um outro olhar sobre as questões sociais, culturais, ambientais e históricas. Não é possível negligenciar na escola tais desafios e o currículo deve expressar o projeto de educação e sociedade que se almeja.

Assim, o currículo deve propiciar ao aluno uma educação que o prepare para o futuro através da transmissão de conhecimentos e valores de uma cultura ao mesmo tempo em que desenvolve o espírito crítico, orientado para a emancipação.

Torna-se necessário que a elaboração do currículo leve em consideração a situação concreta da escola, da cultura local e ofereça diretrizes e formas de avaliar sua eficácia.

Concepção de Cuidar e educar

A infância destaca-se como etapa da vida humana construída historicamente. Algumas singularidades marcam esta fase da vida: as formas que as crianças se desenvolvem na interação social para aprender e relacionar-se com o mundo a dependência em relação ao adulto o que exige proteção e cuidado, o desenvolvimento da autonomia, o intenso desenvolvimento físico e motor, a ação simbólica sobre o mundo, o desenvolvimento de múltiplas linguagens, a construção da identidade por meio do estabelecimento de laços sociais e afetivos.

A adolescência no Brasil do ponto de vista jurídico é definida como uma etapa da vida entre 12 e 18 anos (ECA). Caracteriza-se como uma fase especial no processo de desenvolvimento, na qual, a confusão de papéis, as dificuldades para estabelecer uma identidade própria, tendências grupais, evolução sexual, atitude social reivindicatória, contradições sucessivas e constantes flutuações de humor a marcam como modo de vida entre a infância e a vida adulta.

Estas etapas do desenvolvimento humano devem ser levadas em consideração pela escola, a fim de reconhecer esses sujeitos como capazes de aprender os diferentes conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados como conteúdo pela escola. O ensino de nove anos configura-se como um direito e deve estar fundamentado num trabalho de qualidade no interior da escola, respeitando a especificidade da infância e adolescência nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais, sociais e cognitivos.

Concepção de Alfabetização e letramento

Nesse processo de aprendizagem é preciso considerar as múltiplas facetas do processo de alfabetização e letramento, levar em consideração os condicionantes sociais, econômicos e políticos para que a escola seja espaço de ampliação do acesso e permanência no mundo da escrita.

A aprendizagem da leitura e da escrita é um instrumento que permitirá ao aluno/sujeito ter acesso a informação, aquisição de conhecimentos historicamente acumulados pela sociedade e criação de novos saberes.

Conforme Soares (2006) para entrar e viver no mundo do conhecimento o aluno precisa ter domínio do uso dos códigos (o sistema alfabético e ortográfico) que se obtém por meio do processo de alfabetização e saber ler e escrever em diferentes situações e contextos, que se adquire no processo de letramento.

Dessa forma não basta simplesmente dominar a escrita como um instrumento é preciso considerar as possíveis relações dos códigos com os acontecimentos e posicionamentos sociais, políticos e econômicos é preciso leitura crítica das relações na sociedade. Nesse sentido o acesso ao mundo da escrita na escola é um momento de importância e responsabilidade, sendo um momento complexo e de múltiplas possibilidades.

Trabalhar a alfabetização na perspectiva do letramento é superar a ideia de alfabetização como aquisição e interpretação de códigos. O ato de ensinar a ler e escrever, além do domínio dos códigos deve criar condições de reflexão e produção de conhecimentos.

Concepção de Conhecimento

O **conhecimento** é construído e transformado coletivamente, ancorado na socialização e na democratização do saber deixando de ser visto numa perspectiva estática e passa a ser encarado como um processo dinâmico onde a construção do mesmo é condição essencial para a formação completa do educando. Trata-se de um produto das relações sociais cuja apropriação permite a análise da realidade, seja ela crítica ou não.

Vale afirmar que o conhecimento é antes de tudo uma construção histórica e social, na qual interferem fatores de ordem cultural, psicológica, entre outros, assim a escola deve estar atenta às diversas influências para que possa propor atividades de ensino que favoreçam a aprendizagem significativa.

Concepção de Educação inclusiva e diversidade

A educação inclusiva é um processo educacional em construção no mundo todo que implica no acesso e permanência de todos os alunos na escola, conjugando igualdade e diferença como valores inseparáveis das práticas

pedagógicas, e valorizando as potencialidades, possibilidades, conhecimentos e todos os alunos, sendo necessário uma educação voltada de “todos para todos” onde os ditos “normais” e os portadores de algum tipo de necessidades especiais poderão aprender uns com os outros, configurando-se um desafio a todos os profissionais de educação e família.

A inclusão e a diversidade no espaço escolar é uma tradução do direito à educação, compreendendo a construção de um espaço dialógico, no qual as diferenças se complementam, não dando espaço aos diversos fatores da exclusão, oportunizando a reflexão crítica sobre a história da minoria. A educação escolar, nesse contexto, ocupa um espaço de destaque na garantia da formação cidadã, oferecendo possibilidade de reflexão, respeito a diversidade e transformação da realidade.

Neste sentido a escola é um espaço que busca atender as necessidades individuais, pautada na concepção do direito às diferenças, “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos” (EDLER CARVALHO, 2004, p.26).

Concepção de Tecnologia

Além disso, não se pode esquecer do impacto que as novas tecnologias têm causado no processo ensino aprendizagem, e de que elas também deverão fazer parte do currículo, voltadas a prática pedagógica significativa, uma vez que a educação do cidadão não pode estar alheia ao novo contexto sócio-econômico-tecnológico. O currículo, que é um elemento ideológico precisa estar alerta ao fato de que ao mesmo tempo em que a **tecnologia** socializa com maior agilidade as informações, camufla as contradições existentes na sociedade, dentre elas, o acúmulo de riquezas e capital dos proprietários dos meios de produção, em detrimento a miséria e a degradação humana nas classes trabalhadoras.

De acordo com Crochik (1998, p. 41),

A tecnologia é trabalho acumulado, suas modificações surgem das contradições sociais; sendo incremento às forças produtivas, colabora para o desenvolvimento daquelas contradições, de um lado, aumentando a riqueza social e o domínio sobre a natureza e, de outro lado, aumentando a

alienação do trabalhador frente ao processo de produção e o acréscimo de mais-valia ao capital.

Crochik (1998, p. 39) salienta ainda que a tecnologia oferece os meios que possibilitam o controle comportamental necessário para a manutenção da ordem positivista:

[...] o progresso da civilização ocidental é devido em grande parte à tecnologia por ela desenvolvida. O controle da natureza, embora não ilimitado, garante para uma parcela dos homens longevidade e conforto material, e o controle do comportamento humano permite a existência de uma sociedade 'ordeira' e 'progressista', tal como propunha e previa o positivismo de Comte.

A tecnologia, base do progresso social, ao ser introduzida na escola não deve ter o mesmo caráter de racionalização que ocorreu no processo de industrialização. É preciso que o aluno esteja consciente que o uso do computador, um dos representantes da tecnologia educacional, na escola permite a formação de um sujeito autônomo, mas que a sociedade capitalista e sua forma de organização para o trabalho, não permite autonomia, e que esta faz parte apenas de discursos ideológicos (WALDOW, 2004).

A escola e o professor não podem ignorar a Revolução Tecnológica. O professor deve utilizar todos os recursos tecnológicos disponíveis no Colégio para dinamizar o processo ensino-aprendizagem e jamais estes recursos deverão ser ignorados pelos educadores. É dever do professor buscar inovações em suas metodologias visando o desenvolvimento integral do aluno, por isso a importância de não ignorar o momento histórico contemporâneo. O aluno deve conhecer e até ter domínio das tecnologias informacionais, mas, ao mesmo tempo deve ter claro que elas não são neutras, sendo assim possuem sempre uma intencionalidade.

O educador, nesse processo, não pode permitir que a tecnologia se torne o objetivo de sua aula, ou que ela substitua a linguagem social, que, conforme Vygotsky (1984) forma a consciência. De acordo com Waldow (2004, p.110),

O poder formativo da Linguagem Social dá ao professor a possibilidade de promover processos de desenvolvimento qualitativamente superiores àqueles que são direcionados pela máquina e sua tecnologia. A qualidade da linguagem utilizada pelo professor em sala de aula terá influência sobre a qualidade do pensamento da criança, cabe, portanto, ao professor ter claro os objetivos pedagógicos de sua prática para direcionar suas interações com os alunos.

O trabalho com a tecnologia educacional mediatizado pela linguagem social da subsídios para a análise sócio histórica da sociedade, levantado suas contradições e desvelando sua ideologia. Se na sua prática educativa o Colégio Estadual de Pato Branco conseguir tal nível de consciência estará atingindo um dos objetivos primordiais da educação que é a formação do cidadão crítico.

Concepção de Ensino-aprendizagem

Diante de uma missão tão relevante o professor deve dar atenção especial à **aprendizagem** levando em consideração que ela

(...) abrange os hábitos que formamos, os aspectos de nossa vida afetiva e a assimilação de valores culturais. Enfim, a aprendizagem se refere a aspectos funcionais e resulta de toda a estimulação ambiental recebida pelo indivíduo no decorrer da vida. (COELHO e JOSÉ, 1999, p. 11)

Sinteticamente, em conformidade com Fonseca (1995, p.124-128) “a aprendizagem constitui uma mudança de comportamento resultante da experiência [...]. É uma resposta modificada, estável e durável, interiorizada e consolidada no próprio cérebro do indivíduo”. O autor acrescenta ainda que “tal modificação do comportamento, provocada pelas experiências passadas, é uma função do sistema nervoso central”.

Frente a uma dimensão tão ampla e para que a aprendizagem se torne significativa é preciso que a mesma provoque uma efetiva mudança no comportamento e amplie cada vez mais o potencial do educando levando-o a perceber a relação entre o que está aprendendo e a sua vida.

Essa disponibilidade exige ousadia para se colocar problemas, buscar soluções e experimentar novos caminhos. O aluno precisa tomar para si a necessidade e a vontade de aprender, isso vem ao encontro da afirmação de Gramsci (1980) de que, deve-se convencer a muita gente que também o estudo é uma profissão e muito fatigante... Processo de adaptação, hábito adquirido com esforço, aborrecimento e sofrimento, mas necessário...

Assim, o aluno precisa estar motivado para aprender, se o professor espera uma atitude curiosa e investigativa, precisa propor atividades que exijam essa

postura, valorizar o processo e a qualidade desse processo e esperar estratégias criativas e originais.

Quando o sujeito está aprendendo, não está em jogo apenas a dimensão cognitiva, mas também a sua autoimagem que é influenciada pelas representações que os professores e seus colegas fazem dele.

Aprender, portanto, é uma tarefa árdua, na qual se convive o tempo inteiro com o que ainda não é conhecido. Para o sucesso do processo é fundamental existir uma relação de confiança e respeito mútuo entre professor e aluno. Em geral, os alunos buscam corresponder às expectativas de aprendizagem quando encontram um clima favorável de trabalho, quando aprendem a respeitar diferenças, a estabelecer vínculos de confiança em uma prática cooperativa e solidária.

Assim, o **ensino** assume um caráter transformador, quando o sujeito que aprendeu modifica a realidade. O ensino deve assumir uma postura dialética possibilitando ao aluno a busca contínua de novos conhecimentos e novas práticas, além de estabelecer o equilíbrio entre teoria e prática.

Assumir esta forma de ensino no campo da educação significa assumir uma postura crítica frente às contradições da forma de organização social vigente, transformando a prática educativa em uma atividade política. Isso porque, “trabalhar um conhecimento científico e político comprometido com a criação de uma sociedade democrática é uma educação política”. (GASPARIN, 2003, p. 8).

Concepção de Avaliação

A **avaliação** escolar deve estar relacionada ao tipo de homem e sociedade que a instituição se propõe a formar. Por se tratar de uma prática educativa libertadora, que visa à transformação e à emancipação, a avaliação deve ter bem claro os seus objetivos e métodos, para que não seja um processo isolado, mas sim intrínseco à prática educativa. Deste modo, o Colégio Estadual de Pato Branco estabelece como paradigma a avaliação formativa de caráter emancipatório. Saul (2000, p. 61) estabelece que “a avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la”. A autora acrescenta ainda que

Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso primordial desta avaliação é fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam sua 'própria história' e gerem suas próprias alternativas de ação.

A principal finalidade da avaliação é garantir a formação integral do sujeito pela mediação da efetiva construção do conhecimento. Esta nova concepção exige uma mudança de postura do professor. O centro de preocupação do professor não estaria vinculado à nota, mas sim à aprendizagem dos alunos, desta forma o papel do professor seria de diagnosticar, investigar, tomar decisões, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno, estabelecer um diálogo educador-educando, analisando o contexto da aprendizagem. Procurando, portanto, avaliar para que o aluno aprenda mais e melhor, propondo, inclusive, estratégias diversificadas de recuperação paralela de conteúdo.

A avaliação, nesta perspectiva, “está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real” (SAUL, 2000, p. 61). Estaria, portanto, iluminando o caminho da transformação.

Além disso, esse paradigma vê na avaliação uma possibilidade de emancipação para os envolvidos no processo educativo. Isso porque,

(...) acredita que esse processo pode permitir que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direção as suas ações nos contextos em que se situa, de acordo com os valores que elege e com os quais se compromete no decurso de sua historicidade. (SAUL, 2000, p. 61)

Cabe ressaltar que os conceitos básicos envolvidos nessa proposta, em conformidade com Saul (2000), são: a emancipação, a decisão democrática, a transformação e a crítica educativa.

Nesta perspectiva a avaliação deixa de ser vista como mensuração, descrição ou julgamento assumindo um caráter formativo. Avaliador e avaliados são vistos como sujeitos da avaliação. O primeiro é responsável pela organização do processo e os segundos são entendidos como coautores e, portanto, com participação ativa

na implementação, interpretação e nas decisões relacionadas à avaliação (SIMÕES,2000).

A avaliação sob esse prisma é vista como processo, e não como produto. É centrada no sujeito e no seu processo de apreensão do conhecimento. Para Bonniol e Vial (2001, p.208)

A avaliação formativa consiste na prática da avaliação contínua realizada durante o processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de melhorar as aprendizagens em curso, por meio do processo de regulação permanente. Professores e alunos estão empenhados em verificar o que se sabe, como se aprende e o que não se sabe para indicar os passos a seguir. A avaliação formativa é um procedimento de regulação permanente da aprendizagem realizado por aquele que aprende.

A avaliação formativa permite o diagnóstico, a problematização e o reencaminhamento das situações de ensinagem. O professor, nessa concepção, tem uma ação reflexiva que questiona e analisa a própria prática avaliativa.

O trabalho docente estará, portanto, orientado para uma atividade significativa, em cuja qual, existe a consciência do papel formador da escola e da necessidade de um trabalho histórico, contextualizado, crítico, bem preparado e com metodologias participativas.

A partir disso, os instrumentos avaliativos apresentam características, elencadas por Vasconcellos (1998). Os instrumentos devem ser:

- a) Reflexivos: que levem o aluno a pensar, a estabelecer relações, superando a repetição de informações;
- b) Essenciais: com ênfase na essência, nos conteúdos fundamentais e significativos;
- c) Abrangentes: deve ser uma amostra representativa do conteúdo trabalhado, para que o professor tenha reais indicadores da aprendizagem do aluno em sua totalidade;
- d) Contextualizados: a contextualização adequada permite a construção da significação do que está sendo solicitado;
- e) Claros: deve ter clareza do que propõe para que realmente explicita a apropriação do conhecimento por parte do aluno;
- f) Compatíveis: o grau de dificuldade e a linguagem devem ser os mesmos utilizados no cotidiano da sala de aula.

Para a implementação de uma prática avaliativa formativa e emancipatória torna-se necessário que o processo de ensino-aprendizagem seja transformador, tendo em vista a libertação.

Concepção de Tempo e espaço pedagógico

A escola preocupa-se com a integração dos alunos de modo que todos estejam ambientados e em harmonia, o que contribui para o processo de ensino e aprendizagem.

A estrutura da escola (tempos e espaços) é organizada a fim de garantir uma proposta pedagógica que considere as especificidades de cada fase do desenvolvimento humano.

Nesta perspectiva a adaptação dos alunos dos anos iniciais, ensino fundamental, médio e profissional é um processo que deve acontecer naturalmente, pois se a aprendizagem é um processo essencialmente social, que ocorre com os adultos e com os colegas, o desenvolvimento é resultado desse processo, e a escola é lugar privilegiado para essa estimulação. A educação passa, então, a ser vista como processo social sistemático de construção da humanidade.

Concepção de Formação continuada

Para atender essa concepção é preciso um novo **professor**, capaz de ajustar sua didática às novas realidades da sociedade, do conhecimento, do aluno e dos meios de comunicação.

Segundo Libâneo (2003) o novo professor precisaria adquirir sólida cultura geral, competência para agir na sala de aula, ter habilidades comunicativas, domínio da linguagem informal e dos meios de informação, habilidade de articular as aulas com as mídias e multimídias.

Ainda, segundo o autor, são necessárias novas atitudes docentes como: assumir o ensino como mediação; modificar a ideia de uma escola e de uma prática pluridisciplinares para uma escola e uma prática interdisciplinares; persistir no empenho de auxiliar os alunos a buscarem uma perspectiva crítica dos conteúdos a se habituarem a aprender as realidades enfocadas nos conteúdos escolares de

forma crítica reflexiva; assumir o trabalho de sala de aula como um processo comunicacional e desenvolver capacidade comunicativa; reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e informação na sala de aula; atender a diversidade cultural e respeitar as diferenças no contexto da escola e da sala de aula; integrar no exercício da docência a dimensão afetiva, desenvolver comportamento ético e saber orientar os alunos em valores e atitudes em relação à vida, ao ambiente, as relações humanas, a si próprio.

Para atingir tal meta é preciso priorizar o investimento na atualização científica, técnica e cultural como ingredientes do processo de **formação continuada**, uma vez que o trabalho docente requer um esforço contínuo de atualização científica na sua disciplina e em campos de outras áreas relacionadas, bem como incorporação das novas tecnologias. A formação continuada tem papel decisivo na atualização e valorização do professor, por isso deve ser incentivada no Colégio, uma vez que a contemporaneidade exige sujeitos capazes de lidar com as transformações que intervêm em várias esferas provocando mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais na escola e no exercício profissional do professor.

5. PLANEJAMENTO - MARCO OPERACIONAL

Para atingir as metas educacionais almeçadas por toda a comunidade escolar que compõe o Colégio Estadual de Pato Branco se faz necessário traçar as linhas de ação que serão fundamentos para uma educação de qualidade. São elas: elaboração do calendário escolar, ações didáticas pedagógicas, ações referentes à flexibilização do currículo, programa de combate ao abandono escolar, direitos das crianças e adolescentes no currículo do Ensino Fundamental, o uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em sala de aula, práticas avaliativas, as legislações vigentes articuladas ao currículo escolar da educação básica, avaliação institucional, periodicidade do Projeto Político Pedagógico e os desafios sócio educacionais.

O Plano de Ação elaborado pelo coletivo escolar estabelece estratégias que visam atender as necessidades de todos os segmentos do Colégio Estadual de Pato Branco.

Dimensão Gestão Democrática

- Realização de reuniões com toda comunidade escolar com atividades culturais.
- Reuniões periódicas com o Conselho Escolar, APMF;
- Desempenhar a liderança democrática, levando todos os envolvidos a entender e cumprir seu papel;
- Incentivar a participação efetiva de todos os membros da comunidade escolar;
- Dinamizar a comunicação entre todos os membros da comunidade escolar;
- Diálogo como instrumento mediador das decisões;
- Atividades culturais, esportivas envolvendo a comunidade escolar;
- Dar suporte e orientações aos alunos quanto a função do Grêmio desenvolvendo ações em conjunto com APMF, direção e coordenação.
- Promover a interação de todos com eventos culturais, treinamentos, e atividades em comum.

- Realizar reuniões periódicas buscando refletir sobre o desempenho, assiduidade, evasão, participação dos envolvidos no cotidiano escolar, possibilidades de atuação profissional.
- Realizar estudos e reuniões com o Conselho Escolar e APMF sobre as condições da estrutura física (sendo já identificado a necessidade de troca de telhado, rede de esgoto, revitalização da quadra externa e cobertura, sistema elétrico e hidráulico, instalação de exaustor na cozinha e acessibilidade).

Dimensão Avaliação

- Trabalhar com avaliação contínua para docentes e discentes;
- Promover constantemente o pensar sobre a avaliação, atendendo as normas e regras vinculadas ao PPP, ao Regimento Escolar e Diretrizes.
- Incluir no processo as avaliações de todos os setores da escola. Fazer análise em conjunto com funcionários, alunos e órgãos colegiados sobre o resultado das avaliações.

Dimensão Prática Pedagógica

- Fazer levantamento de dados das dificuldades apresentadas entre equipe pedagógica, coordenação e professores;
- Fazer acompanhamento dos alunos faltosos e de baixo desempenho;
- Palestras de motivação para professores e alunos;
- Estudar com o grupo escolar as causas do baixo desempenho e buscar práticas pedagógicas que permitam aproveitamento/aprendizagem;
- Desenvolver projetos e buscar parcerias para a preparação dos alunos para a prova Brasil e ENEM;
- Organizar momentos que promovam a integração entre professores e alunos.
- Desenvolver projetos e cursos que possibilitem a todos o maior contato com informações sobre as necessidades especiais.
- Promover cursos e treinamentos interno sobre inclusão digital e tecnológica, promovendo ações de cidadania, combatendo as diferentes formas de discriminação.

- Manter as orientações e cobranças planejadas das rotinas com documentos e demais práticas.
- Informar quanto as dúvidas a respeito dos documentos e ou obrigações como o PTD, livros e outros.
- Parcerias com instituições que possam oferecer formação específico e treinamento.
- Envio das orientações gerais por email e informações referentes a instituição.
- Elaboração de ficha de controle de entrega de documentos.
- Organizar os espaços e horários que todos possam utilizar, firmar parcerias para formação específica aos professores e funcionários que vão utilizar;
- Desenvolvimento de projetos como semana literária, concurso de poesia, espaço música e da arte, feiras de ciências e história, semana farroupilha, show de talentos.
- Firmar parceria com a o curso de Letras da UTFPR e desenvolver cursos de formação de leitores;
- Desenvolver práticas pedagógicas que aproximem a teoria da prática.
- Envolver as coordenações dos cursos técnicos integrado e subsequentes para a realização de projetos, seminários, oficinas e parcerias almejando a promoção da práxis, levando o aluno a perceber as especificidades do curso e aplicabilidade do conhecimento;
- Dar continuidade aos projetos e eventos que são realizados pelo colégio tendo a participação efetiva de todos.
- Buscar parceria com a comunidade escolar para o desenvolvimento de palestras e apresentações culturais.
- Motivar e envolver os alunos nos eventos realizados pela escola – Show de talentos, Gincanas Culturais, Semana Literária.

Acesso, Permanência e Sucesso na escola

- Estreitar laços com as instituições de saúde, segurança e demais secretarias estaduais e municipais, Conselho Tutelar e promotoria pública.
- Acompanhamento permanente dos professores e equipe pedagógica quanto a frequência e motivos das faltas, fazendo os encaminhamentos legais.

- Incentivar a permanência dos alunos do noturno.
- Fazer reuniões em busca de soluções para a evasão e possibilidades de práticas que permitam o sucesso e permanência dos alunos nos cursos escolhidos.
- Palestras de motivação para alunos e professores.
- Conscientização da importância dos estudos.
- Tratar os alunos de forma personalizada, identificando os pontos fortes de cada um e buscar fortalecimento superando as fragilidades.

Ambiente Educativo

- Promover a escola na comunidade envolvendo a todos e mostrando os trabalhos realizados.
- Exposição dos projetos e dos cursos técnicos em praça pública junto com demais entidades governamentais ou não.
- Promover eventos tecnológicos com o curso de Informática e Administração.
- Festa junina interna da escola, dia do estudante, recepção volta às aulas, Semana da Farroupilha, Seminários dos Cursos Técnicos.
- Ampliação dos projetos de esporte e cultura.
- Manutenção do CELEM e ampliar parcerias.

Formação e Condições de Trabalho do Profissional da Escola

- Trabalhar com as reuniões e semanas pedagógicas de forma a atender as necessidades.
- Promover palestras e eventos formativos em parcerias.
- Aproveitar e valorizar o perfil e as potencialidades dos servidores.
- Buscar parcerias com instituições visando oportunizar formação e qualificação aos servidores
- Promover a manutenção o cuidado e a aquisição de equipamentos que dêem melhor condição de trabalho. Organizar o espaço de forma adequada e que garanta a saúde e o bem-estar do profissional.

- Promover palestras que levem os alunos a constituir a consciência do que é público e da necessidade do cuidado e conservação dos espaços e materiais.
- Promover e incentivar a participação de todos em eventos externos. Tanto culturais como científicos, sendo uma forma de valorização e formação pessoal.

5.1 CALENDÁRIO ESCOLAR

Educação Básica:

O Calendário Escolar está fundamentado na legislação educacional partindo dos princípios emanados da Lei nº 9394/1996, art. 23 e 24 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislação vigente.

A lei determina uma carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar a serem cumpridos por todas as instituições de ensino que ofertam a Educação Básica.

Educação Profissional e Técnica de Nível Médio:

Cada Curso deve cumprir a carga horária de acordo com o Catálogo de Cursos, segunda cada habilitação, conforme relação abaixo:

- Curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança, subsequente ao Ensino Médio: carga horária de 1200 horas mais 633 horas de estágio profissional supervisionado, totalizando 1833 horas.
- Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, Integrado ao Ensino Médio: carga horária de 3333 horas.
- Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, Subsequente ao Ensino Médio: carga horária de 1000 horas.
- Curso Técnico em Informática – Programação - Área Profissional: Informática, Subsequente ao Ensino Médio: carga horária de 1000 horas ou 1200 h/a.
- Curso Técnico em Informática – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, Integrado ao Ensino Médio: carga horária de 3333 horas ou

4000 h/a.

- Curso Técnico em Recursos Humanos – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, Subsequente ao Ensino Médio: carga horária de 833 horas ou 1000 h/a.
- Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal, nível Médio: carga horária de 3333 horas ou 4000 hora/aula mais 667 horas ou 800 horas/aula de estágio profissional supervisionado, totalizando 4000 horas ou 4800 horas/aula.

5.2 AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

As ações educativas desenvolvidas no Colégio Estadual de Pato Branco tem como finalidade proporcionar aos educandos uma melhor compreensão dos conteúdos científicos, bem como das diferentes manifestações escolares, sociais e culturais. Busca-se sempre, no desenvolvimento dessas atividades, realizar o aprofundamento ou a correlação com o conhecimento prévio do aluno. O aluno tem, assim, melhores condições de se desenvolver no ambiente escolar e social.

Nesse contexto de avançarmos na oferta de diferentes formas de aprender e como forma de proporcionar a todos o avanço e o desenvolvimento escolar, os alunos do CEPB podem ter acesso aos seguintes programas de atendimento e ações educativas:

5.2.1 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

Aprendizagem é uma mudança na capacidade humana, se manifesta através de uma mudança de comportamento, com caráter de relativa permanência e que não é atribuível simplesmente, ao processo de maturação, mas ocorre quando o indivíduo interage com o meio ambiente. (GAGNE, 1998, p.25).

A SRM busca traçar metas e estratégias de natureza pedagógica para apoiar e complementar o atendimento educacional realizado em classes comuns do Ensino Fundamental e Médio.

A Educação Especial enquanto modalidade da Educação Escolar organiza-se de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva, contemplando as interfaces necessárias, garantindo o seu real papel enquanto processo educativo do aluno e apontando para um novo “fazer pedagógico”.

A sala de recursos é parte integrante da escola e deve seguir as mesmas normas e diretrizes administrativas do estabelecimento onde está inserida. O aluno deverá ser atendido por professor especializado, individualmente ou em grupos de no máximo 10 (dez) alunos de acordo com a faixa etária e nível de escolaridade em período contrário ao que o aluno está matriculado no ensino regular.

O cronograma de atendimento deverá ser organizado pelo professor da sala de recursos junto com a equipe técnico-pedagógica da escola e de acordo com as condições e necessidades de cada aluno não ultrapassando 02 (duas) horas diárias podendo ser atendido de 02 (duas) a 04 (quatro) vezes por semana.

A programação a ser desenvolvida atenderá as necessidades individuais do aluno, tendo como filosofia de trabalho o respeito às diferenças individuais, bem como o direito de cada um em ter oportunidades iguais, mediante atendimento diferenciado.

A programação definida como áreas do desenvolvimento, orientam o trabalho do professor, sem caráter impositivo, na organização das atividades pedagógicas para atendimento individual ou em grupo. Os serviços prestados nessa modalidade não devem ser confundidos com reforço escolar, nem com atividades inerentes a orientação educacional, que estão voltadas à escola com um todo.

Nas intervenções o professor irá utilizar recursos que atendam as necessidades de cada aluno, com vistas a favorecer lhes o desenvolvimento global, o que é indispensável ao êxito nas atividades acadêmicas.

A Sala de Recursos tem caráter preventivo, com um novo olhar sobre a identificação e encaminhamento de alunos para atendimentos especializados, operacionalizando o ensino-aprendizagem proporcionando a superação das dificuldades e obtenção de êxito no processo de aprendizagem no ensino regular.

Para ingresso na sala de recursos, realiza-se uma avaliação pedagógica no contexto do ensino regular, pelo professor da classe comum, professor especializado e equipe técnico-pedagógica da escola, com assessoramento de uma

equipe multiprofissional (externa) e equipe do Núcleo Regional de Educação, quando necessário.

O serviço de Apoio Especializado – Sala de Recursos deverá funcionar de acordo com horário elaborado e organizado pela direção. Para cada 20 horas semanais autorizadas para a Sala de Recursos o professor deverá cumprir uma carga horária diária de 04 (quatro) horas-aula, correspondentes a 50 minutos cada aula, nos 05 (cinco) dias letivos da semana.

O professor da Sala de Recursos terá direito a hora-atividade conforme legislação vigente. A hora-atividade não poderá ser realizada em um só dia e sim distribuída de forma que garanta a oferta de atendimento pedagógico todos os dias da semana.

O horário de atendimento deverá ser em período contrário ao que o aluno está matriculado. Para 20 horas semanais, o número máximo é de 30 (trinta) alunos, com atendimento por intermédio de cronograma.

O atendimento se processa individualmente ou em grupo de até 10 (dez) alunos, organizados preferencialmente por faixa etária, e/ou conforme as necessidades pedagógicas semelhantes dos mesmos.

5.2.2 SALA DE APOIO A APRENDIZAGEM

Destinada à alunos de 6ª ano que apresentam dificuldades de acompanhar a os conteúdos devido ao nível de conhecimento abaixo do esperado e/ou defasagem de conteúdo. É realizado um diagnóstico de conteúdos básicos nas disciplinas de Português e Matemática.

O trabalho da sala de apoio a aprendizagem é desenvolvido em parceria com o SESC, que contrata professores da área para atender os alunos em contraturno escolar.

Os responsáveis pelo aluno assumem o compromisso da assiduidade por meio de assinatura em termo de compromisso. A sensibilização dos pais ou responsáveis sobre a necessidade e importância dos filhos frequentarem a Sala de Apoio é feita pela equipe pedagógica, salientando os benefícios que o programa trará para a aprendizagem dos alunos. Os responsáveis ficam cientes que caso o

aluno não frequente o programa deverão assinar termo de desistência e ficam conscientes dos prejuízos que os filhos terão no desenvolvimento educacional.

A metodologia utilizada pelos professores da sala de apoio deve buscar superar as dificuldades diagnosticadas.

A avaliação será registrada em documento próprio em forma de relatório que será enviado ao Núcleo Regional de Educação com cópia arquivada na instituição de ensino, além dos registros no Livro de Registro de Classe On-Line, este de responsabilidade da equipe pedagógica da escola.

5.2.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O programa de Atividades Complementares acontece em contra turno, são atividades educativas integradas ao currículo escolar que tem o objetivo de ampliar a formação do aluno. O programa está organizado a partir de macro campos que são: Esporte e Lazer (Voleibol e Futsal) e Mundo do Trabalho e Geração de Renda (Empreendedorismo).

As atividades acontecem nas dependências da instituição de ensino com carga horária de quatro/horas aula por semana. Com mínimo de 25 alunos participantes.

A equipe diretiva é responsável pelo acompanhamento das atividades via sistema informatizado da mantenedora. O professor deve possuir formação específica relacionada a atividade que irá desenvolver, será responsável pelo planejamento, pelo desenvolvimento das atividades e avaliação.

As atividades são solicitadas conforme a demanda e realidade escolar no ano letivo. As atividades solicitadas ao NRE/SEED são definidas pelo coletivo da escola com a aprovação do Conselho Escolar.

EMPREEENDEDORISMO

PERÍODO

Anual

FORMAS DE ACOMPANHAMENTO

Pelos professores e equipe pedagógica.

RECURSOS

Recursos humanos e apostilas fornecidas pelo SEBRAE.

ORGANIZAÇÃO

O curso Empreendedorismo teve início no ano de 2018 no Colégio Estadual de Pato Branco e está organizado por turmas, sendo uma turma formada por alunos do 7º Ano do Ensino Fundamental, uma por alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental e uma por alunos do 2º Ano do Ensino Médio e 1º, 2º, 3º e 4ºs anos do curso Técnico em Administração de Empresas. A turma do 7º ano funciona no período da manhã, do 9º ano à tarde e do Ensino Médio e Técnico no período noturno, sendo 4 aulas semanais divididas em dois dias da semana.

OBJETIVOS

- Conhecer o atual mundo dos negócios.
- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade.
- Organizar um Plano de Negócios.
- Elencar o perfil dos clientes.
- Direcionar os jovens empreendedores de como devem se comportar no complexo mercado de trabalho.
- Reconhecer a importância das atividades econômicas.
- Entender a evolução e a distribuição espacial das atividades econômicas
- Identificar as formas de apropriação da natureza, a partir do trabalho e suas consequências econômicas, socioambientais e políticas.
- Perceber como acontece o processo de transformação de recursos naturais e suas consequências para o meio ambiente.
- Reconhecer o meio ambiente como um patrimônio que deve ser usufruído por toda a humanidade.
- Entender os principais problemas urbanos existentes no Brasil.
- Conhecer diversas práticas sustentáveis desenvolvidas no país e no mundo.
- Entender a importância da sustentabilidade para a humanidade.
- Conhecer características do comportamento de um empreendedor social.

- Estabelecer correlação entre cultura empreendedora e os valores éticos, culturais e de cidadania. Competências atitudinais.
- Conviver de forma ética e cidadã com o ambiente e as pessoas ao seu redor.
- Perceber o seu potencial de resolver situações.
- Refletir e identificar-se com comportamentos de empreendedores sociais.
- Posicionar-se de forma crítica e transformadora no seu contexto social.
- Conhecer aspectos do mundo dos negócios por meio da montagem de um empreendimento.
- Compreender etapas de planejamento para concretizar um objetivo.
- Conhecer características do comportamento empreendedor.
- Estabelecer correlação entre a cultura empreendedora e os valores éticos, culturais e de cidadania.

Posicionar-se de maneira autônoma diante de situações que estimulem o seu perfil como jovem empreendedor.

- Predispor-se ao trabalho coletivo para alcançar um objetivo comum.
- Conviver de forma ética e cidadã com o ambiente e as pessoas ao seu redor.
- Perceber o seu potencial criativo de resolver situações.
- Refletir e identificar-se com comportamentos empreendedores.
- Valorizar a cultura local.

Predispor-se a correr riscos calculados.

- Buscar oportunidades e ter iniciativa para implantar um empreendimento.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Os estudantes participarão de palestras, aulas teóricas e práticas, realizarão pesquisas de mercado, planos de ação, buscarão recursos mediante parcerias com empreendedores locais visando a concretização dos seus projetos empreendedores e a realização das feiras do jovem empreendedor.

Serão desenvolvidas atividades em grupo e individual para exercitar o convívio e afinidades comuns, bem como instigar os alunos a buscar em revista, jornais e internet temas relacionados à realidade em que vivem.

Serão desenvolvidos os temas propostos pelo SEBRAE Jovens Empreendedores: Primeiros Passos – Copapelaria e Artesanato Sustentável com a utilização do material de apoio e com metodologia semiaberta. Serão realizadas

atividades lúdicas possibilitando aos estudantes momentos de conhecimento, criação e sensibilização à cultura empreendedora, aprendendo de forma prática e contextualizada. Através das atividades será desenvolvido o espírito empreendedor com o objetivo de que o aluno aprenda a empreender a sua própria vida e a de tomar decisões pois os alunos escolherão qual tipo de negócio irão montar. Através de leituras, debates e reflexões os alunos direcionarão seus esforços e interesses para o setor mais adequado para a oportunidade que identificarem. Será trabalhado com imagens, ilustrações e textos. O exercício da criatividade será constante. O trabalho em equipe será base do desenvolvimento das atividades da atividade, favorecendo aos alunos perceber que todos fazem parte de uma rede de interações para o desenvolvimento de comportamentos empreendedores.

AVALIAÇÃO

Investigação inicial, para saber qual é o nível de conhecimento que os alunos têm a respeito do tema proposto através de alguns questionamentos, posteriormente os conteúdos serão contextualizados com a realidade do aluno inserindo os estudantes em uma prática social mediadora dos processos produtivos, políticos culturais, ideológicos que atendam as necessidades básicas.

FUTSAL

PERÍODO

Anual

OBJETIVOS

- Desenvolver através da prática esportiva, uma consciência participativa, cooperativa e solidária.
- Melhorar as capacidades físicas dos alunos, dando maior qualidade para as equipes.
- Revelar talentos nesta modalidade.
- Preparar os atletas para os Jogos Escolares do Paraná e outras competições.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICOS

O processo ensino-aprendizagem se dará a partir do método parcial para o global, aumentando o nível de complexidade de acordo com a evolução, buscando dentro deste esporte, aprimorar os fundamentos necessários, as técnicas e táticas, tornando os alunos-atletas mais eficientes e competitivos. O trabalho será prático para o desenvolvimento técnico, levando o aluno a adquirir as habilidades específicas do futsal. Aulas teóricas e expositivas serão ministradas para que os alunos compreendam a execução dos sistemas de ataque e defesa, bem como as regras a serem utilizadas nas competições. A montagem do plano de treinamento da equipe inclui atividades motoras que permitem o desenvolvimento do indivíduo de forma geral, através da execução repetida de exercícios, aperfeiçoamento os movimentos específicos com objetivo de consolidar o treinamento. Também serão elaborados torneios internos e jogos amistosos entre equipes convidadas.

AValiação

Será diagnóstica, formativa e continua analisando por meio da observação o grau de apreensão, compreensão e envolvimento nos treinos. Também será observada a frequência dos alunos e seu comprometimento com as atividades propostas.

VOLEIBOL

PERÍODO

Anual

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Justifica-se este projeto, pois o colégio tem uma vocação pela modalidade de Voleibol, sendo que existe um trabalho de mais de vinte anos, onde os resultados têm sido os mais positivos possíveis, contribuindo para o bem-estar e a formação integral de nossos alunos.

- Oportunizar a prática do Voleibol de forma sistematizada, bem como recreativa, com o intuito de aperfeiçoamento técnico e coletivo, como meio de desenvolvimento pessoal e social.
- Incentivar a participação em atividades recreativas e esportivas, com o intuito de ocupar o tempo ocioso desta população no horário contra turno ao período

de aula. Participando de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando as características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais.

- Desenvolver atividades condizentes com a faixa etária do grupo, oportunizando a possibilidade de sucesso em todas elas, tornando as atividades atrativas e de interesse pessoal, que propiciem momentos de alegria e prazer a estes educandos.
- Realizar atividades com graus de dificuldades variadas que possibilitem que mesmos os com mais dificuldades possam realizar com sucesso.
- Favorecer o desenvolvimento de hábitos de atividades físicas continuadas.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO E RECURSOS DIDÁTICOS

Todo o trabalho será organizado na perspectiva da utilização do Esporte como termo educativo, visando o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social, da afirmação de valores e princípios democráticos.

O planejamento das aulas se dará de acordo com as habilidades dos alunos, o professor não deve levar em consideração apenas os aspectos físicos, mas também sociais e pedagógicos que estarão envolvidos nesta atividade. Através dos jogos os alunos serão levados a trabalhar com a estratégia; aprendem a antecipar uma situação; a cooperar na defesa e no ataque; aprendem que o sucesso depende da cooperação e também do mais fraco elo do grupo. Os alunos precisam continuamente de técnicas cada vez mais aprimoradas, e, por certo, as aulas deverão acompanhar este nível de exigência.

Buscamos a formação de equipes que representem o colégio e município em competições locais, regionais e estaduais, portanto nosso trabalho baseia-se também em aspectos técnico e de aprimoramentos táticos.

AValiação

A avaliação será de acordo com as DCEs, priorizando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Levará em consideração as experiências individuais e coletivas, reconhecendo as diferentes realidades dos educandos. O método de avaliação será processual e incluirá a observação e registro do processo

de aprendizagem do aluno diagnosticando os avanços e dificuldades percebidos na apropriação do conhecimento pelo educando. Os instrumentos avaliativos utilizados servirão para redimensionar a ação pedagógica do professor e o envolvimento dos alunos. Avaliação e autoavaliação na lógica formativa, serão realizadas no transcorrer do projeto.

5.2.4 SEMANA LITERÁRIA

Justificativa

A leitura é tão fundamental para a humanidade que a História passa a existir, literalmente, em função do ato de ler. Com o advento da escrita o que era Pré passa a ser História, quando os indivíduos passam a se ligar a outros tempos, espaços e sociedades através da representação de vivências por intermédio de símbolos de maneira quase mágica.

É ela, ainda hoje, a principal forma de acessar o conhecimento acumulado pelos que nos antecederam, através de livros, cartas, diários, documentos; de forma impressa, digital ou pela voz de outros que compartilham suas leituras.

Afirmar que esta atividade é importante e deve ser estimulada, além de uma atitude simplista, soa, e é, clichê. Mas isto não deve ser entendido como uma ideia ruim ou que deve ser abandonada. O que deve acontecer principalmente nas escolas é a passagem da palavra para a ação através de planejamento conjunto e de práticas que considerem diversos aspectos relacionados ao ato de ler e aos espaços de leitura.

O que se quer estimular não é apenas a leitura instrumental para a simples coleta de informações, disto a alfabetização dá conta, o que se quer é a leitura crítica, capaz de fomentar pensamento próprio e análise do conteúdo dos diversos textos. Para isto é necessário, mais do que o simples ato de ler, o debate do lido, a vivência e experimentação do texto, contexto e intertextualidades possíveis.

Com essa visão em mente as Agentes Educacionais e de Leitura do Colégio Estadual de Pato Branco organizam uma semana de atividades ligadas à literatura que vai além do espaço da biblioteca.

Objetivo Geral

Sensibilizar os educandos para os benefícios e prazeres das práticas de leitura.

Objetivos Específicos

- Identificar características da literatura fantástica infanto juvenil;
- Examinar diferenças e similaridades entre poesia e prosa;
- Instigar a criatividade e imaginação;
- Desenvolver a criação poética e a expressão visual.

Metodologia

A Semana Literária é destinada aos alunos do Colégio Estadual de Pato Branco, como proposta fundamental de incentivar os participantes a ter contato com fábulas, contos e poesias, oportunizando momentos de participações artísticas e culturais, promovendo valores essenciais nas inter-relações.

Será desenvolvida por professores, agentes educacionais II, alunos e equipe pedagógica. Apresenta-se como proposta de trabalho a eleição de uma temática ou autor a partir desta escolha será desenvolvido propostas de trabalho com a construção de murais, leituras dirigidas, contação de histórias, criação de poemas, visitas à biblioteca, charadas literárias, oficinas literárias, cine debates, produção de raikais. Os envolvidos dentro da sua prática pedagógica terão a liberdade de construir propostas de trabalho.

Os materiais utilizados em cada atividade serão listados de acordo com a necessidade de cada proposta apresentada. Os recursos humanos serão do próprio quadro de funcionários do CEPB, em horário de trabalho.

5.2.5 A CULTURA GAÚCHA

Justificativa

O Sudoeste do Paraná está localizado na região conhecida como “América Gaúcha” que abrange também os estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, além da Argentina e Uruguai. Nessas localidades, a cultura gaúcha pode ser observada em costumes que caracterizam a sua culinária, vestimentas e hábitos diários.

Diversos acontecimentos políticos, que envolveram lutas e rebeliões, tornaram o povo do Rio Grande do Sul e os seus descendentes fiéis à sua cultura, e isso explica o número grande de Centros de Tradição Gaúcha (CTG) espalhados pelo Brasil e até em outros continentes. Dentre esses acontecimentos destacam-se a Revolução Farroupilha, a Revolução Federalista de 1823 e a Revolução de 1923.

A América Gaúcha foi colonizada principalmente por Italianos, Alemães, e Espanhóis e os hábitos alimentares desses povos marca a culinária gaúcha, que, por ser uma região pecuarista, que desde os primórdios teve a predominância da criação de gado, tem seus pratos típicos construídos a base de carne. As diversas combinações entre a carne, os miúdos e o charque com vegetais como o arroz, a mandioca, a batata, a abóbora e o trigo formam a rica culinária gaúcha que tem como alguns de seus pratos típicos: o Arroz de Carreteiro e o Churrasco.

Além disso, o chimarrão aparece como bebida típica gaúcha e se torna uma tradição entre o povo. A erva-mate dá origem a bebida que é elaborada artisticamente com o uso de cuia, bomba e água quente. Com propriedades estimulantes e digestivas, o chimarrão é muito utilizado na região sudoeste do Paraná, assim como nos três estados do sul do Brasil.

A vestimenta tradicional gaúcha também caracteriza e distingue os hábitos indumentários da América Gaúcha. O traje do gaúcho é composto de botas, esporas, bombacha, guaiaca, camisa, colete, casaco, lenço, barbicacho, pala, poncho, poncho-pala, boina, faixa e alpargatas. Alguns desses elementos são utilizados em ocasiões especiais e de acordo com o clima.

A vestimenta feminina leva em consideração as “virtudes do recato, simplicidade e pudor”, devendo ser simples e graciosa. O vestido de prenda deve ser liso ou com discretos babados, com o comprimento até o peito do pé e as mangas $\frac{3}{4}$. Além disso as prendas usam bombachinhas brancas de tecido fino, meias brancas, sapatos pretos, fichú branco. O cabelo das moças pode ser usado solto ou com uma trança e com uma flor ao lado esquerdo. As senhoras devem tê-lo preso a um coque.

O folclore, que designa o saber popular, da América Gaúcha é riquíssimo. Danças, ritos, cantigas infantis, jogos, lendas e músicas compõem um vasto arsenal de atividades que marcam e caracterizam a cultura regional tornando os costumes gaúchos singulares.

A poesia e a sua declamação em público aparecem como uma arte gauchesca. Considerada por sua força extraordinária de comunicação, através de seus versos e da sua interpretação transmitem-se mensagens ao povo gaúcho.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho tem conquistado gerações de adeptos e o município de Pato Branco não escapa a essas ações. Muitos alunos do Colégio Estadual de Pato Branco participam de CTG, aprendendo aO fato de Pato Branco pertencer a uma região do Paraná onde as tradições gaúchas são preservadas com afinco faz com que a Semana Farroupilha seja comemorada em diversos estabelecimentos públicos e comercias. Sabe-se que a escola faz parte da sociedade e participar das comemorações da Semana Farroupilha permite à escola inserir-se na sociedade e participar dela de forma mais ativa.

Objetivo Geral

- Preservar a cultura de uma parte do Brasil que tem hábitos, costumes, conhecimentos e folclore singulares.

Objetivos Específicos

- Despertar do interesse pela cultura gaúcha que não é característica de apenas um estado, mas de várias regiões que compõem a América Gaúcha.
- Preservar o saber popular gaúcho;
- Conhecer características das indumentárias gaúchas;
- Identificar ritmos e músicas do Sul do Brasil;
- Perceber a cultura como chimarrão, danças e lendas;
- Valorizar os costumes e tradições do Sul do Brasil.

Metodologia

O desenvolvimento da Semana Farroupilha no Colégio Estadual de Pato Branco segue o calendário das festividades deste evento em outras instituições, tendo como ponto de referência o Dia do Gaúcho, comemorado em 20 de setembro.

As disciplinas de História, Geografia, Artes e Português farão uma abordagem educativa sobre a América Gaúcha e sua cultura através de práticas diversificadas nas semanas que antecedem as comemorações da Semana Farroupilha.

Durante as comemorações da Semana Farroupilha todos os educadores e educandos do CEPB terão a liberdade de substituírem o uniforme escolar pela

indumentária gaúcha. Além disso, o chimarrão será permitido, bem como rodas de canto com instrumentos típicos da música gaúcha em momentos de descontração entre as aulas e nos horários de intervalo.

Os alunos, professores, funcionários, pais e demais membros da comunidade escolar poderão realizar a declamação de poesias em locais específicos da escola, com a inscrição da atividade junto à Coordenação Pedagógica Educacional.

Na Semana Farroupilha os Centros de Tradição Gaúcha do município serão convidados a se fazerem presentes com apresentações culturais para os alunos no decorrer do período, conforme calendário a ser estabelecido.

Oficinas sobre a indumentária gaúcha e sobre o chimarrão poderão ser ofertadas pelos CTGs para pequenos grupos de alunos conforme solicitação dos professores das disciplinas que trabalham o conteúdo da cultura gaúcha.

Para encerrar semana de festividades, um prato típico da cozinha campeira gaúcha será preparado e servido aos alunos da instituição. O “Entrevero”, espécie de sanduíche recheado com carnes e legumes, será servido em um momento de festas, onde a cultura gaúcha será lembrada e as tradições regionais preservadas.

5.2.6 MOSTRA DE CIÊNCIAS

Justificativa

A Mostra das Ciências vem sendo desenvolvido neste estabelecimento desde 1993, foi idealizado pelos professores Rejane Pirola (Ciências – ensino fundamental) e Dulce Peruci (Biologia – ensino médio).

O primeiro evento contou com a exposição de trabalhos desenvolvidos em sala de aula nas duas disciplinas. Fez tanto sucesso que continua sendo uma atividade que faz parte da história do colégio com a adesão de todos os professores.

No decorrer dos anos vários trabalhos são desenvolvidos tendo como resultado a exposição na Mostra das Ciências entre eles os relacionados com a Preservação Ambiental: Reciclar é preciso, Lixo: Poluição ou transformação? Horta na escola.

Todas as disciplinas do fundamental e médio desenvolvem conteúdos voltados para a pesquisa. O resultado final do trabalho aparece na exposição dos mesmos.

Objetivo Geral

Despertar o interesse pela pesquisa científica, bem como a consciência crítica sobre temas relacionados com o desenvolvimento sustentável e a cidadania.

Objetivos Específicos

- Oportunizar ao aluno o desenvolvimento e a aquisição de meios para a construção do conhecimento como forma de trabalho;
- Despertar vocações e revelar capacidades, criatividade e habilidades científicas;
- Desenvolver ações criativas sobre problemas reais da vida cotidiana;
- Incentivar a atitude e a educação científicas baseadas nos princípios do método científico: pensar, julgar e agir cientificamente;
- Possibilitar a socialização e o conhecimento de métodos de apresentação de trabalhos valendo-se de novas tecnologias.

Encaminhamento Metodológico

Cada professor desenvolve no decorrer do ano um lema dentro de sua disciplina que envolve a pesquisa e a participação em grupo com a finalidade de expor o resultado na Mostra de Ciências.

Após o trabalho realizado em sala de aula os grupos fazem a inscrição de seus trabalhos e contam também com o apoio e a participação dos pais.

Cada grupo inova na criatividade, tendo como critério a não repetição de experimento.

Em cada série o enfoque do tema é diferente, respeitando o desenvolvimento cognitivo de cada faixa etária.

A exposição acontece de acordo com calendário organizado durante o ano letivo pelos professores envolvidos e conta com a participação de toda a comunidade escolar, e de algumas escolas que fazem a visita.

5.2.7 EXPOSIÇÃO DE PRODUÇÕES PEDAGÓGICAS

Justificativa

Para Saviani (2000. p. 43) “um dos principais aspectos a considerar, currículo em ação, é a organização do tempo e espaços escolares, que diz respeito às condições de ensino-aprendizagem”. Para tanto há que se refletir: se a escola deseja a busca para a formação plena, por parte do aluno, a tendência deve ser a de se aumentar o tempo destinado ao acesso à cultura e cientificidade, nas suas múltiplas manifestações – o que exige diversificação de espaços e recursos. Neste sentido o Colégio Estadual de Pato Branco, juntamente com toda a equipe, propõe a utilização de espaço e tempo para a exposição dos trabalhos realizados em sala de aula, socializando o saber construído.

As práticas que estimulam a construção do conhecimento, a exposição dos trabalhos realizados por parte de professores e alunos valoriza-os enquanto sujeitos que constroem e determinam significados às propostas de ensino. Os espaços de expressão cultural e de exposição de materiais fortalecem as interações e as aprendizagens.

A realização destas práticas pedagógicas diferenciadas favorecem a autoestima, a autoconfiança, “os alunos sentem-se mais motivados a realizarem trabalhos, visto que serão divulgados” , sendo positivo, pois exige do aluno uma postura responsável e comprometida, em que o aluno contextualiza o conhecimento aprendido, articulando-o com sua realidade.

Objetivo Geral

Divulgar e valorizar o trabalho de professores e alunos, bem como revelar talentos e possibilitar maior experiências culturais e científicas no ambiente escolar realizadas pela equipe de professores do ensino fundamental, médio e profissional a partir de trabalhos desenvolvidos com os alunos.

Objetivos específicos

- Incentivar a criatividade e o senso prático dos alunos;
- Estimular a interdisciplinaridade dentro do ambiente escolar;

- Desenvolver projetos em equipe, gerando maquetes, protótipos, cartazes e até peças de arte que serão objetos de avaliação e desenvolvimento da capacidade comunicativa por meio das apresentações e exposições dos conteúdos estudados;
- Desenvolvimento de pesquisas em torno de temas e atividades específicas, valorizando a criatividade, atitude científica e a inovação;
- Destacar a importância da ciência, história, arte, espaços, matemática, cultura, linguagem e tecnologia para a vida e rotina.

Metodologia

O professor desenvolve no decorrer do ano letivo em sua disciplina e conteúdos previstos no Plano de Trabalho Docente. A partir do encaminhamento metodológico organiza exposição nos diversos espaços da escola. O trabalho desenvolvido envolve pesquisa, elaboração de cartazes, maquetes, materiais didáticos, jogos, obras de artes, dentre outros, contando com a participação em grupo ou individual, tendo como finalidade socializar o conhecimento com a comunidade escolar.

As exposições acontecem no decorrer do ano letivo de acordo com a organização dos professores.

5.2.8 VIAGENS DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS - UM NOVO PENSAR - ALÉM DA SALA DE AULA.

Justificativa

O ensino de Ciências Naturais é um importante fator para que o indivíduo entenda o meio em que vive e seu papel no mesmo.

A Visita de Estudo é uma estratégia, que encanta os alunos pelo caráter motivador que constitui a saída do espaço escolar. Contudo, a visita de estudo é mais do que um passeio, é uma situação de aprendizagem que favorece a aquisição de conhecimentos, proporciona o desenvolvimento de técnicas de trabalho, promove a interligação entre teoria e prática, entre a escola e a realidade e facilitam a sociabilidade, tornando desta forma, os conteúdos mais significativos. A visita de

estudo tem múltiplas potencialidades pedagógicas, no contexto de trabalho, os conhecimentos adquiridos, as descobertas que os encantam, tornam mais fácil a compreensão do conteúdo estudado e, ainda, destaca-se a importante relação de proximidade entre professores e alunos. Enquanto instituição que percebe a necessidade de preocupar-se com a questão ambiental, há a necessidade de sair do quadro, sair do papel e ir para a realidade junto com os alunos, tanto no que diz respeito aos conteúdos das disciplinas, quanto ao que diz respeito à educação ambiental, à mudança da realidade socioambiental que o projeto pode ajudar a alcançar.

O uso viagens de estudos pedagógicas nas de aula é mais um recurso que auxilia os alunos na aquisição conhecimento. Desta forma, serão envolvidas as disciplinas de Física, Geografia, História, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia e Língua Portuguesa.

Objetivo Geral

Estimular a ter consciência crítica que amplie a visão de mundo, adquirindo condições de exercitar uma leitura interpretativa dos fatos sociais, das relações intra e interpessoais e dos homens com a natureza.

Objetivos Específicos

- Proporcionar socialização e a interação entre os alunos e o meio;
- Proporcionar ao discente, através da viagem, outra visão e conhecimento de mundo, indo além dos conteúdos aprendidos em sala de aula;
- Construir e relacionar conhecimentos teóricos com a prática;
- Perceber a energia e suas transformações, produção e geração de energia.
- Compreender a Astronomia, teorias da evolução do Universo, observação do espaço, com a utilização de Planetário.
- Verificar na prática os fenômenos físicos, relacionados aos ramos da Física.

Metodologia

Para a organização das viagens de estudos faz-se necessário levar o aluno a compreender a cientificidade dos conteúdos propostos, levando-os a perceber o

mundo em que vivemos e descobrindo assim melhores formas de construir o novo, investigando através do tempo uma Física mais prazerosa.

Serão realizados trabalho extraclases, visitas de campo, viagens de estudo e atividades culturais e sociais, sendo estratégias complementares de aprendizagem.

O planejamento das atividades para o ano letivo do Colégio Estadual de Pato Branco, desenvolve uma programação de viagens de estudo específicas para cada série e vinculadas a conteúdos interdisciplinares. Mostrando que o conhecimento não se restringe somente às paredes da sala de aula, mas sim a qualquer lugar, sendo mediado por profissionais competentes.

No campo dos aspectos didáticos procedimentais, as viagens de estudos pedagógicas será uma experiência que proporcionará ao aluno, fora do ambiente da família e da escola, o uso de sua liberdade, ou seja, um momento em que ele desenvolverá o espírito de responsabilidade, frente a si e aos seus companheiros de viagem, exercitando sua sociabilidade, sua participação, sua liderança, seu respeito ao próximo e uma constante busca de soluções para os problemas novos e sua análise crítica aos padrões morais existentes. É um momento extremamente importante para aprendizagem do aluno, pois conta com a autonomia para construir e reconstruir símbolos. Em primeiro lugar é preciso esclarecer que atividade didático-pedagógica é toda atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, ou seja, que tem como principal objetivo estimular o educando a aprender um determinado tipo de conhecimento em diversas áreas. Dar-se-á ênfase neste texto às atividades extraclasse que se identificam por meio de uma excursão, viagem ou visita técnica. As atividades didático-pedagógicas extraclasse são muito importantes na medida em que são organizadas e inseridas no currículo escolar; por isso acredita-se piamente que o processo ensino-aprendizagem ultrapasse os limites da sala de aula e mais, esta assimilação é capaz de desenvolver plenamente, preparar para viver em sociedade e formar nossos alunos para o exercício da cidadania.

As visitas técnicas serão organizadas de acordo com cronograma construído pelo professor durante o ano letivo.

5.2.9 JOGOS INTER-SALAS

Justificativa

O esporte e o lazer são as mais simples formas de educar, “formar” e propiciar a perfeita integração dos seres humanos entre si, além de permitir de forma natural e harmônica aos indivíduos a interação das diversas nuances, emocional, social, cognitiva e psicomotora. Desta forma, ambos atuam como componentes determinantes para uma vida mais saudável.

As aulas de Educação Física são de extrema importância na formação e no desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras dos alunos. Temos a consciência que o estímulo e o incentivo devem partir do professor, no qual o mesmo deve mediar e orientar tal formação. Dessa forma é importante que se coloque em prática o aprendizado. Com esse pensamento o Colégio Estadual de Pato Branco propõe a realização dos jogos inter-salas, com o intuito de promover a interação social entre os alunos e para que os alunos possam colocar em prática os seus conhecimentos sobre as modalidades desportivas desenvolvidas nos jogos.

Objetivo Geral

Promover a interação social entre os alunos da escola, buscando através de práticas de respeito mútuo frente as

Objetivos Específicos

- Promover interação social entre os alunos da escola.
- Promover atividades visando a quebra de rotina no ambiente escolar.
- Incentivar a prática de atividades saudáveis.
- Promover o respeito mútuo;
- Dar continuidade ao processo pedagógico vivenciado durante as aulas de Educação Física;
- Desenvolver os princípios de integração e participação, considerados como norteadores do esporte educacional;
- Situar a escola também como centro esportivo e cultural, tornando a responsável pela formação ampla do cidadão e da sociedade;

Metodologia

Os jogos serão realizados no segundo semestre do ano letivo, ocorrerão no turno em que os alunos estão matriculados. Poderão participar do evento os alunos que estiverem devidamente matriculados no Colégio Estadual de Pato Branco. Para participar dos Jogos cada turma deverá preencher e entregar a ficha de inscrição, contendo a relação nominal dos componentes das equipes, respeitando o número mínimo de participantes por equipe, discriminado nas regras dos jogos para cada modalidade. As regras e as modalidades esportivas serão definidas pelos professores de Educação Física, conforme a organização definida para o ano vigente.

Espera-se com a realização deste projeto não só oportunizar, mas sensibilizar os alunos envolvidos a adotarem o esporte como uma prática diária de lazer. Por conseguinte, torna-se imprescindível salientar que o jogo esportivo possivelmente auxiliará os discentes em suas dimensões conceitual procedimental e atitudinal referentes a comportamentos e atitudes saudáveis e positivas em relação ao estilo de vida.

5.2.10 FESTA JUNINA

Justificativa

O Brasil é um país rico em acervo cultural, e é de grande importância conhecê-lo, para que possamos compor a identidade de nosso povo. Através das manifestações culturais é que mantemos vivas as tradições e costumes de um povo, preservando deste modo, sua identidade para as gerações que virão. Introduzir o tema Festa Junina visa o resgate das tradições juninas numa perspectiva pedagógica e cultural.

Objetivo Geral

Compreender a história da festa junina, bem como seu valor dentro do folclore brasileiro, assim destacando aspectos sociais e religiosos;

Objetivos Específicos

- Resgatar a memória das Festas Juninas;

- Valorizar e demonstrar atitudes de respeito ao trabalho e ao homem do campo;
- Perceber a importância do trabalho em equipe e a união dos mesmos;
- Enriquecer o conhecimento dos alunos quanto à história das Festas Juninas;
- Distinguir a diferença dos costumes das Festas Juninas no Brasil e no mundo;
- Sociabilizar os alunos;
- Desenvolver o ritmo, compasso e criatividade;

Metodologia

As atividades serão desenvolvidas de forma coletiva e individual com a interação professor e aluno em práticas pedagógicas definidas pelo professor. Dentre as atividades propostas será realizado mostra de danças, brincadeiras, confecção de enfeites e montagem de murais juninos, degustação de comidas típicas da tradição Junina, com data a ser definida pelo coletivo escolar.

5.2.11 CEPB NA COMUNIDADE

Justificativa

A comunidade e a escola são parceiros inseparáveis. Os Cursos Técnicos Profissionalizantes do Colégio Estadual de Pato Branco buscam uma integração com a comunidade. Para tanto se faz necessário derrubar barreiras e aproximar nossos alunos do mercado de trabalho e sua realidade.

Para isso, **na Semana da Enfermagem** e sobre a Coordenação do Curso de Enfermagem, a Escola em parceria com a comunidade local desenvolverá atividades de assistência à saúde, sobre a coordenação dos Cursos Técnico de Administração e Recursos Humanos orientações sobre o mercado de trabalho e suas relações e empreendedorismo, com a coordenação do Curso de Formação de Docentes serão realizadas atividades de letramento e jogos educativos e também com a Coordenação de Informática orientações sobre o uso de TI a alunos e a moradores da comunidade onde a escola está inserida.

Objetivo Geral

Este projeto busca a integração escola e comunidade para fortalecer a educação como agente transformador do seu entorno. Cumprir com a tarefa de construir uma sociedade mais humana, saudável, produtiva, com liberdade e responsabilidade. Isso requer a participação de todos de forma simultânea e com caminhos comuns.

Objetivos Específicos:

- Buscar a integração comunidade/escola com demonstração das atividades e apresentação dos cursos técnicos ministrados no Colégio Estadual de Pato Branco;
- Promover a integração dos profissionais por se tratar de trabalhos que integram os cursos técnicos do Colégio Estadual de Pato Branco;
- Levar ao educando uma forma de aprendizagem holística, fortalecendo valores e atitudes a fim de permitir o desenvolvimento global do ser humano, proporcionando conceitos básicos de forma a oferecer a estes, ferramentas de aprendizagem adequadas e motivadoras;
- Integrar o saber adquirido na escola à realidade local, formando assim profissionais atualizados num universo competitivo em conformidade com o mundo do trabalho;
- Proporcionar informação, cultura e lazer a comunidade local através da participação de parceiros como: Patrulha Escolar, Polícia Militar, Detran e Grupo de Escoteiros Primavera.

Metodologia

O projeto será desenvolvido pelos professores dos diversos cursos técnicos do Colégio Estadual de Pato Branco, junto a seus alunos e servidores do colégio, durante o evento realizado no Pavilhão da Comunidade Jardim Primavera, em 23 de maio de 2017 das 17h30min às 23h00min.

Os integrantes do projeto organizarão o espaço que lhes for destinado, fazendo com que se transforme em um ambiente propício para desenvolver as atividades planejadas.

O projeto contará com a supervisão de professores e participação de alunos dos cursos técnicos previamente instrumentalizados e servidores do colégio que providenciarão os materiais como mesa, cadeiras, panfletos, almofadas, fantasias, etc.

Espera-se, com essa atividade, que os alunos coloquem em prática os conhecimentos adquiridos durante as aulas atinjam os objetivos propostos no projeto.

Os parceiros convidados deverão providenciar seus materiais bem como a montagem e desmontagem, informando a comissão organizadora do evento o que será desenvolvido e o espaço necessário. Para a realização o projeto contará com parceria com Polícia Militar do Estado do Paraná – 3º Batalhão, Patrulha Escolar, Paróquia Nossa Senhora de Fátima, DETRAN – Departamento de Trânsito do Paraná, Secretaria Ciência, Tecnologia e Inovação de Pato Branco Pr, Secretaria de Educação de Pato Branco, Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio a Micros e Pequenas Empresas, ACEPB Associação Empresarial de Pato Branco, Junta Comercial do Paraná, Agência de Pato Branco, Câmara Municipal de Pato Branco, CONSELHO ESCOLAR – APMF – Colégio Estadual de Pato Branco, Grêmio Estudantil – Colégio Estadual de Pato Branco, Grupo de Escoteiros Jardim Primavera. Todos os alunos do ensino fundamental e médio, professores e servidores do CEPB estarão envolvidos com o projeto.

5.2.12 PROJETOS EDUCAÇÃO EM SAÚDE

A Enfermagem é a arte de cuidar, é a ciência cuja essência e característica especial é o cuidado humano, individual, na família ou na comunidade de modo integral e holístico, desenvolve de forma autônoma ou em equipe atividades de promoção, proteção, prevenção, reabilitação e recuperação da saúde de forma humanizada.

Os Projetos são desenvolvidos nas escolas, Instituições em gerais e praça pública e Unidades de Saúde dos Bairros do município de Pato Branco _ PR.

HIGIENE E ALIMENTAÇÃO UM CONTO QUE NÃO FAZ DE CONTA

Justificativa

O processo de crescimento e desenvolvimento da criança envolve fatores que ultrapassam o aspecto físico emocional, pois cada criança é única e tem o seu ritmo de crescimento, desenvolvimento e aprendizagem, portanto faz-se necessário aquele olhar especial de interação e integração do cuidar, e pensando neste olhar que o curso Técnico em Enfermagem propõe cuidados com higiene bucal, corporal e alimentar para alunos da pré-escola e anos iniciais das escolas do Município de Pato Branco

Objetivo Geral:

Fornecer ao aluno das disciplinas de Assistência de Enfermagem à Saúde da Criança e ao Adolescente e Assistência de Enfermagem na Saúde Coletiva um ambiente onde possam transmitir de forma holística e humanizada os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Objetivos específicos:

- Oportunizar condições para que o aluno construa seu conhecimento quanto a educação e saúde através das diversas metodologias existentes.
- Inserir nas ações de enfermagem a prática de atividades lúdicas e brinquedoterapia.
- Contribuir com a formação de políticas pública dos alunos do Curso Técnico em Enfermagem para que melhorem a atenção dada as crianças em idade escolar.
- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, como agente ativo nas ações de enfermagem e pela consolidação de políticas de saúde mais humanas e melhoria da qualidade de vida das crianças em idade escolar.

Metodologia

Para a apresentação do projeto os professores das respectivas disciplinas trabalharão em sala de aula, noções de higiene e alimentação infantil e produção de

material didático pedagógico. Sendo que na socialização dos trabalhos a turma será dividida em grupos por tema: higiene (confeção de roupas, roteiro e montagem do teatro...) alimentação (aquisição de frutas diversas cores, montagem dos pratos....) material didático desenhos para colorir (escova de dente, sabonete....) técnica de lavagem das mãos com tinta guache. A atividade desenvolverá na prática a educação em saúde através do lúdico, utilizando-se de contos e música infantis como a bruxa, fada, princesa e o sapo não lavam o pé, incluído pratos decorados com frutas coloridas no lanche da tarde para os alunos da escola. O projeto tem o intuito de promover ações, que estimulam nas crianças o exercício da higiene bucal e a qualidade da alimentação, visando melhoria de sua qualidade de vida. Estarão envolvidos alunos e professores das disciplinas de Assistência de Enfermagem à Saúde da Criança e ao Adolescente e Assistência de Enfermagem na Saúde Coletiva do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco e Escolas Municipais.

FEIRA DE SAÚDE

Justificativa

A Feira de Saúde é um instrumento de conscientização e sensibilização que os professores e alunos do Curso Técnico em Enfermagem, levam aos alunos e comunidade escolar do Colégio Estadual de Pato Branco, informação em saúde, esclarecimentos, expõem necessidades para a diminuição dos agravos em saúde; demandas para a saúde coletiva de uma comunidade que perpassam pela internalização do conhecimento, incentiva a prática de exercício e a adoção de bons hábitos de higiene, alimentação saudável e qualidade de vida.

Objetivo Geral:

Sensibilizar os alunos para o direito à saúde, estimulando-os na busca da compreensão constante de seus hábitos e prepará-los para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Objetivos específicos:

- Fornecer ao aluno da disciplina de Assistência de Enfermagem na Saúde Coletiva um ambiente que possam transmitir aos alunos do Colégio Estadual de Pato Branco de forma dinâmica os programas de saúde que o SUS oferta a seus usuários.
- Promover a sensibilização dos alunos do Colégio Estadual de Pato Branco com temas de saúde em geral.
- Oportunizar condições para que o aluno do Curso Técnico em Enfermagem construa seu conhecimento quanto à educação e saúde através das diversas metodologias existentes.
- Proporcionar ao aluno do Curso Técnico em Enfermagem um ambiente que ele possa pôr em prática o conhecimento adquirido em sala de aula.
- Contribuir com a formação de políticas pública de Saúde dos alunos do Curso Técnico em Enfermagem.
- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, como agente ativo nas ações de enfermagem e políticas de saúde a comunidade escolar.

Metodologia

Para dar andamento aos trabalhos, inicialmente o professor da disciplina trabalhará cada tema individualmente, após a turma será dividida em grupos de no máximo 04 alunos e sorteado o tema a ser desenvolvido pelo grupo, a socialização dos temas será em forma de box, o desafio é que cada grupo construa o seu box, a fim de avaliar o conhecimento, evolução do tema, desenvoltura, postura, comunicação interpessoal e trabalho em equipe.

Configuração dos temas.

- Doenças sexualmente transmissível,

Orientações sobre DST/AIDS;

Demonstração de colocação do preservativo masculino e feminino.

- Hanseníase.

Sinais e sintomas

Prevenção

- Tuberculose

Sinais e Sintomas

Prevenção

- Saúde bucal

Técnica de escovação dos dentes

Prevenção de cáries

- Tabagismo

Métodos de combate ao tabagismo

Doenças causadas pelo tabagismo

- Saúde do Idoso

Prevenção das doenças que acometem os idosos

Prevenção de quedas

Caderneta de vacina do idoso

- Doenças transmitidas por vetores

Dengue, febre amarela, zika, chikungunya.

- Alimentação

Pirâmide alimentar, calorias de alguns alimentos.

Estarão envolvidos alunos e professores das disciplinas de Assistência de Enfermagem na Saúde Coletiva do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco.

SEMANA DA ENFERMAGEM

Justificativa

Anualmente no mês de maio, entre os dias 12 e 20, o Colégio Estadual de Pato Branco através do Curso Técnico em Enfermagem, realiza a comemoração da semana de enfermagem. A data da comemoração é alusiva às duas precursoras da enfermagem, Florence Nightingale, inglesa que durante a guerra da Crimeia cuidava dos feridos, nascida em 12 de maio, e Anna Nery, brasileira que foi pioneira de enfermagem do país, que morreu em 20 de maio.

Objetivo Geral:

Desenvolver atividades que proporcionem reflexão, discussão e integração entre alunos, professores do Curso Técnico em Enfermagem.

Objetivos específicos:

- Proporcionar um momento de reflexão sobre a profissão escolhida pelo aluno.
- Oferecer ao aluno palestras dos mais variados temas profissionais.
- Promover a autoestima do aluno.
- Estimular o senso crítico, reflexivo e criativo do aluno.
- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco
- Atualizar os alunos e professores sobre gestão em saúde.
- Divulgar trabalhos científicos e relatos de experiência deste campo de atuação profissional.
- Discutir a ética na enfermagem
- Proporcionar atualização em temas importantes para a formação do Técnico em enfermagem.

Metodologia:

- Para o desenvolvimento da semana de enfermagem será convidado profissionais das mais diversas áreas, não somente da saúde, para proferir palestras, dinâmicas, teatro, música, seminários de assuntos que somam o processo de ensino aprendizagem e propiciam uma melhor qualidade de vida pessoal e profissional ao aluno e ao professor do curso Técnico em Enfermagem, apresentação de trabalhos realizados pelos alunos, e um momento de encontro e reencontro de alunos e ex-alunos. Estarão envolvidos Coordenação e professores do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco.

DIGA NÃO! EVITE O PRIMEIRO PASSO**Justificativa**

Prevenção e combate às drogas na escola e comunidade em geral. Uma escola que cumpre seu papel de oferecer uma educação de qualidade proporciona um ensino competente e dá oportunidades de escolhas e participação aos alunos, valoriza seus valores e sua cultura estará sendo, por sua postura e organização,

uma instituição preventiva, na postura de redução de riscos e danos causados pelo uso e abuso das drogas psicoativas.

Objetivo Geral:

Sensibilizar o aluno quanto os malefícios e consequências causadas pelo uso e abuso de drogas psicoativa, com o intuito de reduzir e/ou afastar o aluno do uso de drogas psicoativas.

Objetivos específicos:

- Envolver o aluno, pais e comunidade escolar na busca por ações preventivas contra o uso e abuso de droga psicoativas.
- Proporcionar ao aluno e comunidade em geral um momento de reflexão sobre os malefícios causados pelo álcool e outras drogas ao indivíduo e sociedade.
- Envolver toda a comunidade escolar na contextualização e debate sobre o tema.
- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, como agente ativo nas ações de enfermagem e políticas de saúde a comunidade escolar.
- Propor através das dinâmicas técnicas de autocontrole e resistência às pressões dos companheiros que incentivam o uso de drogas.
- Colocar em prática ações preventivas no combate ao uso e abuso de drogas psicoativas
- Oportuniza ao aluno o desenvolvimento da autoestima, controle de tensões e cidadania.

Metodologia

Os trabalhos iniciarão em sala de aula das referidas disciplinas, com o professor contextualizando o tema álcool, drogas psicoativas, a socialização do tema, dar-se-á por uma abordagem lúdica em forma de labirinto, para alunos a partir dos sétimos anos, que percorrerá o trajeto dividido em sete momentos:

- a) Primeiro momento: o participante fará o caminho das sensações, que o estimulará nas escolhas dos caminhos que deverá trilhar em sua vida, de olhos vendados,

- b) Segundo momento: o participante visualiza e interage com o elenco os efeitos do álcool sobre o indivíduo.
- c) Terceiro momento: o participante é confrontado com a diversidade das drogas psicoativas.
- d) Quarto momento: o participante é introduzido das consequências maléficas que o mundo das drogas proporciona ao indivíduo.
- e) Quinto momento: é apresentado ao participante o resultado final de quem escolhe o caminho das drogas psicoativas.
- f) Sexto momento: o participante é convidado a adentrar no mundo das escolhas boas da vida.
- g) Sétimo momento: faz-se um momento reflexivo sobre as oportunidades de escolhas e estímulo a autoestima, autoimagem e afetividade do participante.

Estarão envolvidos alunos e professores das disciplinas de Assistência de Enfermagem na Saúde Mental e Assistência de Enfermagem a Saúde da Criança e ao Adolescente do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES NAS ESCOLAS E PRÉ-ESCOLAS

Justificativa

Considerando-se que os acidentes são eventos previsíveis e preveníveis, é fundamental o reconhecimento dos fatores envolvidos na sua ocorrência no ambiente escolar, para que se possa atuar de forma preventiva e eficaz, evitando-se os transtornos e lesões causadas por esses agravos, quando se trabalha com crianças é importante preparar-se para lidar com as situações inesperadas; neste caso, o melhor meio de superá-las é a prevenção. Pensando na questão, os professores do Curso Técnico em Enfermagem propõem algumas dicas de primeiros socorros aos professores e futuros professores, que poderão ser proveitosas no dia-a-dia na escola.

Objetivo Geral:

Desenvolver atividades que propiciam e ampliam o processo ensino a aprendizagem dos alunos do Curso Técnico em Enfermagem da disciplina de Assistência de Enfermagem nas Urgências e Emergência, bem como passar noções

de primeiros socorros aos professores e futuros professores das escolas e pré-escolas municipais.

Objetivos específicos:

- Proporcionar aos alunos da disciplina de Assistência de Enfermagem nas urgências e Emergência um ambiente onde possam pôr em prática o aprendizado de sala de aula.
- Apresentar e realizar as manobras de atendimento a vítimas de acidentes nas escolas.
- contribuir para a redução de seus índices de acidentes nas escolas.
- Possibilitar aos profissionais e professores das escolas com noções de primeiros socorros.
- Recomendar supervisão adequada para crianças no perímetro escolar
- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, como agente ativo nas ações de enfermagem e políticas de saúde a comunidade escolar.
- contribuir para a conscientização e mobilização escolar no sentido de modificar as situações de risco e atentado à vida.

Metodologia

- As práticas educativas de primeiros socorros direcionadas aos profissionais e professores da pré- escola, consistem em atividades de estágio desenvolvidas pelos alunos do Curso Técnico em Enfermagem que compõem o conteúdo de atendimento pré-hospitalar da disciplina de Assistência de Enfermagem nas Urgência e Emergências do Colégio Estadual de Pato Branco Para realização das atividades será agendado previamente encontro com a direção da escola, afim de organizar quanto: ao tempo, local, recursos didáticos e quantidade de participantes no evento, onde serão realizadas atividades teóricas- prática com manobras de suporte básico de vida que tratam de situações dos acidentes mais comuns no ambiente escolar como asfixia (engasgo), desmaio, queimaduras, choque elétrico e anafilático, perfurações, cortes, entorses e quedas, parada cardiorrespiratória, ressaltando os riscos, medidas de prevenção e primeiros socorros. Estarão

envolvidos professores e alunos da disciplina de Assistência de Enfermagem nas Urgências e Emergências e escolas municipais e estaduais.

TREM DA VIDA

Justificativa

Se pararmos e prestamos atenção para a violência em toda a sua escala de complexidade, notamos que ela não se limita aos crimes ou agressões de ordem física, mas está no meio de nossas relações familiares, sociais e no cotidiano escolar, envolvendo fatores como a exclusão, a omissão e a indiferença entre seres humanos. Pensando no revês dos fatos é que os alunos e professores das disciplinas de Assistência à Saúde da Criança e ao Adolescente e Assistência de Enfermagem a Saúde da Mulher, propõe a transformação de valores de uma cultura de violência para uma cultura de paz e não violência, com respeito à vida.

Objetivo Geral:

Praticar a não violência, expurgando a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, principalmente frente aos mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes, estendendo a violência contra a mulher.

Objetivos específicos:

- Proporcionar um momento de reflexão da não violência e luta pela paz
- Valorizar e respeitar toda e qualquer forma de vida.
- Ressaltar as coisas simples do cotidiano familiar e da comunidade.
- Praticar a afetividade individual e coletiva.
- Elevar os sentimentos de amor, solidariedade e compaixão para com o ser humano.
- Resgatar as brincadeiras e convívio da infância.
- Mostrar os benefícios e malefícios das tecnologias.
- Oportunizar aos alunos do curso Técnico em enfermagem um ambiente para desenvolver atividade de estágio e prática de comunicação e desenvoltura com o público.

- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, como agente ativo nas ações de enfermagem e políticas de saúde a comunidade escolar e do entorno.

Metodologia:

Os trabalhos serão iniciados na sala de aula como o professor contextualizando o tema violência e paz, evidenciando as nuances de cada tema, para a socialização da atividade proposta da prática de não violência a turma é dividida em cinco grupos, cada grupo trabalhará uma estação do trem da vida que será assim composta:

- a) Primeira estação: Você está vivendo ou sobrevivendo?
- b) Segunda estação: violência e paz na família.
- c) Terceira estação: Qual sentimento que abita no seu coração?
- d) Quarta estação: Aonde você gasta seu tempo?
- e) Quinta estação: Estação do espelho.

Estarão envolvidos professores e alunos das disciplinas de Assistência à Saúde da Criança e ao Adolescente e Assistência de Enfermagem a Saúde da Mulher e Comunidade escolar e do entorno do Colégio Estadual de Pato Branco

AGOSTO AZUL

Justificativa

Desde de 2012, a Secretaria de Municipal da Saúde de Pato Branco organiza ações de promoção à saúde voltada ao público masculino no mês de agosto. Com o intuito de desenvolver a prática de cidadania e o ensino aprendizagem dos alunos do Curso Técnico em enfermagem o Colégio estadual de Pato Branco participa do dia D das ações de cuidado com a saúde masculina através de atividades de enfermagem.

Objetivo Geral:

Proporcionar ao aluno um momento de aprendizagem e integração com a comunidade masculina, a fim de conhecer os problemas de saúde que mais

acometem o homem e praticar ações de enfermagem na prevenção e promoção a saúde do homem.

Objetivos específicos:

- Elevar os sentimentos de solidariedade e cidadania.
- Oportunizar aos alunos do curso Técnico em enfermagem um ambiente para desenvolver atividade de estágio e prática de comunicação e desenvoltura com o público.
- Desenvolver ações de enfermagem na promoção e prevenção a saúde.
- Promover troca de experiências com demais Instituições de saúde e educacional.
- Estimular a conscientização do aluno para as temáticas de relevância na saúde.
- Incentivar o aluno a refletir sobre a saúde do homem, os perigos do câncer de próstata e estratégias para um diagnóstico precoce da doença
- Desenvolver formas de parceria entre a instituição de ensino, Instituição de saúde e população.
- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, como agente ativo nas ações de enfermagem e políticas de saúde a comunidade escolar e do entorno.

Metodologia:

- Os trabalhos serão desenvolvidos na Praça Presidente Vargas, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde em forma de estande, O Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco será responsável pelo preenchimento do formulário de participação masculina, verificação da pressão arterial, e glicemia capilar. Estarão participando professores e alunos das disciplinas de Assistência à Saúde Coletiva do Colégio Estadual de Pato Branco e Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco.

OUTUBRO ROSA

Justificativa

Na década de 1990, nasce o movimento conhecido como outubro Rosa, para estimular a participação da população no controle do câncer de mama. A data é celebrada anualmente, com o objetivo de compartilhar informações sobre o câncer de mama, promover a conscientização sobre a doença, proporcionar maior acesso aos serviços de diagnóstico e de tratamento e contribuir para a redução da mortalidade.

Objetivo Geral

Proporcionar ao aluno um momento de aprendizagem e integração com a comunidade feminina, a fim de conhecer os problemas de saúde que mais acometem a mulher e praticar ações de enfermagem na prevenção de câncer de mama e colo uterino.

Objetivos específicos:

- Elevar os sentimentos de solidariedade e cidadania do aluno.
- Oportunizar aos alunos do curso Técnico em enfermagem um ambiente para desenvolver atividade de estágio e prática de comunicação e desenvoltura com o público.
- Desenvolver ações de enfermagem na promoção e prevenção a saúde.
- Promover troca de experiências com demais Instituições de saúde e educacional.
- Estimular a conscientização do aluno para as temáticas de relevância na saúde.
- Incentivar o aluno a refletir sobre a saúde da mulher, os perigos do câncer de mama, colo uterino e estratégias para um diagnóstico precoce da doença
- Desenvolver formas de parceria entre a instituição de ensino, Instituição de saúde e população.
- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, como agente ativo nas ações de enfermagem e políticas de saúde a comunidade escolar e do entorno.

Metodologia:

- Os trabalhos serão desenvolvidos na Praça Presidente Vargas, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde em forma de tendas, O Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco será responsável pelo preenchimento do formulário de participação da população feminina, verificação da pressão arterial, e glicemia capilar. Estarão participando do projeto professores e alunos das disciplinas de Assistência à Saúde Coletiva e Assistência de Enfermagem a Saúde da Mulher do Colégio Estadual de Pato Branco e Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco.

DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Justificativa

Estamos vivendo um período em que os adolescentes não têm limites, não assumem responsabilidade por seus atos, e a cada dia aumenta o índice de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejada em jovens cada vez mais precoces, o que favorece e a evasão escolar, para que possamos mudar este quadro o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco propõem um trabalho de sensibilização e esclarecimento na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez precoce e indesejada aos alunos do ensino médio e fundamental das escolas estadual.

Objetivo Geral:

Contribuir para a criação de um espaço de reflexão de discussão do tema doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, promovendo esclarecimento aos alunos sobre as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez na adolescência precoce e indesejadas,

Objetivos específicos:

- Levar o aluno a conhecer as formas de transmissão e de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis;
- Conhecer e identificar sintomas que indiquem a presença de uma DST;

- Estimular o aluno da necessidade da busca precoce de auxílio médico para evitar complicações;
- Envolver os alunos no estudo das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez na adolescência e dos métodos contraceptivos, associando esse estudo as medidas de prevenção.
- Orientar os alunos na elaboração de um projeto de pesquisa.
- Sensibilizar o aluno afim de que evite comportamentos de risco como grande número de parceiros e demora em buscar tratamento médico.
- Trabalhar através de palestras as principais doenças sexualmente transmissíveis e as formas de prevenções.
- Trabalhar as principais formas de prevenção da gravidez não desejada.
- Sensibilizar e orientar os alunos quanto a importância de um planejamento familiar.
- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, como agente ativo nas ações de enfermagem e políticas de saúde a comunidade escolar e do entorno.

Metodologia

- O projeto visa contemplar escolas da rede pública estadual, localizadas no município de Pato Branco, inicialmente, será realizada uma visita às escolas para os devidos acertos com a direção. Os assuntos serão abordados de forma simples, sem rigidez de metodologia, nas quais os alunos do Curso Técnico em Enfermagem terão papel de facilitadores, com uma abordagem interativa (parodia, teatro, palestra e dinâmicas), será proporcionado espaços de discussões, para que adolescentes sane suas dúvidas referente as DST e gravidez precoce e indesejada. Estarão participando do projeto alunos e Professores das disciplinas de Assistência de Enfermagem a Saúde da criança e ao Adolescente e Assistência de Enfermagem a saúde da Mulher e as Escolas Estaduais.

CAMPANHA DE VACINAS

Justificativa

Anualmente no Brasil faz-se campanha de vacinas contra a poliomielite, influenza(H1N1), novas vacinas que entram no calendário vacinal e outras de doenças que são preveníveis, afim de prevenir e promover a saúde das crianças, adolescentes idosos e população em geral, o que leva o Colégio Estadual de Pato Branco favorecer e colaborar nas estratégias da Atenção Básica, sobretudo nas imunizações da saúde, em busca de oferecer ações de cidadania e exercício da responsabilidade, Compromisso Social e bem estar da população.

Objetivo Geral:

Contribuir com a população e a saúde das crianças, adolescente, idoso e demais faixas etárias ajudando com o processo aprendizagem, aliando os conhecimentos teóricos prático.

Objetivos específicos:

- Levar o aluno do Curso Técnico em Enfermagem o aprendizado das técnicas de administração de vacina.
- Proporcionar ao aluno do Curso Técnico um ambiente de atuação das ações de enfermagem.
- Promover o aperfeiçoamento das habilidades práticas do aluno.
- Promover uma ponte de ligação entre a formação científico-teórica e as ações do dia a dia.
- Praticar o ato de vacinar e compreender vários aspectos e normas que vão desde a conservação, manipulação, distribuição e transporte dos imunobiológicos até condições adequadas de refrigeração do laboratório fabricante ao momento em que a vacina é administrada.
- Possibilitar ao aluno do Curso Técnico em Enfermagem atualizar e adquirir novos comportamentos e valores.
- Divulgar o Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, como agente ativo nas ações de enfermagem e políticas de saúde a comunidade escolar e do entorno.
- Possibilita ao aluno trabalhar com o público, e com a prevenção às epidemias,

Metodologia:

Os Trabalhos da Campanha são coordenados pela Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco através da Vigilância Epidemiológica e Unidades de Saúde dos Bairros, que forneceu o material e possibilita participação dos alunos do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Estadual no dia D da campanha nacional de vacinação, orientados e acompanhados pelos professores. Ação é realizada em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, conta com a participação dos alunos e professores das disciplinas de Assistência de Enfermagem na Saúde Coletiva e Enfermagem na Vigilância em Saúde do Curso Técnico em enfermagem do Colégio Estadual de Pato Branco, ajudando nas Unidades Básicas de Saúde dos bairros e Praça Presidente Vargas de Pato Branco.

5.2.13 Projetos Curso de Informática

Na área de informática os estudantes precisam ser capazes de visualizar no cotidiano, em todos os setores econômicos a presença dos equipamentos e soluções tecnológicas bem como os usos particulares crescentes de informática presentes na sociedade.

As ações planejadas visam a orientação e preparação dos alunos sensibilizando para as diversas áreas possíveis de atuação abrangendo dentre elas as áreas de hardware, software, manutenção de máquinas e sistemas, implantação e suporte de sistemas, empreendedorismo e também da necessidade constante de atualização e percepção de necessidades.

Os objetivos das ações promovidas são, conforme plano de curso atualizado:

- a) Organizar experiências pedagógicas que contribuam para a formação de sujeitos críticos e conscientes capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem;
- b) Formar profissionais técnicos com capacidade crítica para implementar ações que contribuam para solução dos desafios da convivência homem/natureza de forma a atender as necessidades sociais de forma equilibrada e sustentável;

- c) Oferecer um processo formativo que assegure a integração entre a formação geral e a de caráter profissional de forma a permitir tanto a continuidade nos estudos como a inserção no mundo do trabalho;
- d) Formar para o exercício da cidadania, com entendimento da realidade social, econômica, política e cultural do mundo do trabalho, para a atuação de forma ética como sujeito histórico;
- e) Proporcionar a formação de um profissional para instalação de sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores, desenvolvimento e documentação de aplicações para desktop com acesso à web e a banco de dados, realização e manutenção de computadores de uso geral e, instalação e configuração de redes de computadores locais de pequeno porte.

Neste sentido o curso tem buscado aprimorar as experiências dos alunos do curso oferecendo algumas atividades extracurriculares para complementação da formação e desenvolvimento de uma visão ampla de possibilidades de atuação e bem como fornecer subsídios para futuras tomadas de decisão, conforme segue:

a) Visitas Técnicas

Envolvidos/Parcerias: UTFPR, FADEP, Parque de Ciência Tecnológico de Pato Branco, empresas da área de tecnologia.

Objetivos:

- Observar, participar e arguir conhecimentos teóricos que são aplicados nas atividades de T.I das empresas/parcerias a serem visitadas, assim promover a informação e a atualização sobre as tecnologias. As parcerias são as seguintes:
 - **UTFPR:** Departamento de Coordenação e Gerenciamento de T.I. - COGETI (COORD. E GERÊNCIA DE T.I.) - cabeamento estruturado de redes de computadores, sua infraestrutura (equipamentos ativos e passivos) e softwares de monitoramento de rede.
 - **UTFPR:** Visita Feira de Profissões: palestras sobre Escolha Profissional e Vida Acadêmica e estantes com mostra de trabalhos dos Cursos Ofertados.
 - **FADEP:** Visita na Jornada Acadêmica do Curso de Análise de Sistemas da

FADEP, com participação nos minicursos e palestras ofertados.

- **SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – PARQUE TECNOLÓGICO:** Visita às empresas incubadas no Parque e palestra da área.
- **Empresas da área de tecnologia:** Visita a produção das empresas e seus setores, com foco na visualização da produção e gerenciamento de seus produtos bem como softwares e recursos utilizados.
- **Viagem Técnica CEPB:** Participação nesse projeto específico do CEPB, podendo participar em uma ou mais das 3 viagens propostas:
 - Usinas eólicas de Palmas e IFPR.
 - Usina de Salto Segredo (da empresa COPEL, com apresentação da geração de energia hidrelétrica e o Museu, onde é abordado a ecologia e biodiversidade afetada pela construção da Usina)
 - Viagem Parque da Ciência e UFPR em Curitiba.

Metodologia:

Na preparação de cada visita externa existe uma troca de informações entre a coordenação do curso e os envolvidos (parceiros, secretaria de transporte do município e demais necessários para cada caso) na recepção da visita para articular a programação da visita bem como a pertinência para ambos os lados da atividade. Nesta fase são sugeridos temas, abordagens, datas e horários bem como situado o parceiro do público (faixa etária e nível escolar dos alunos) e suas características.

Discussão prévia entre os professores, sobre os temas que serão abordados nas visitas juntamente com a coordenação de curso. O curso trabalha em sala a preparação dos envolvidos para as visitas bem como a orientação dos pontos que devem ser observados no ambiente externo.

Durante a visita a equipe participa e alerta aos alunos os pontos de maior interesse bem como estimula a integração dos visitantes ao ambiente com questionamentos pertinentes e articulação da realidade com os conteúdos vistos em sala de aula.

No retorno ao colégio e nas aulas seguintes a visita cada professor, dentro de cada disciplina específica, aborda do ponto de vista de formação dos alunos os conteúdos que os alunos puderam visualizar em campo.

b) Feiras e exposições da área

Envolvidos/Parcerias: CEPB na Comunidade, Feira Inventum, Tecsul, UTFPR, FADEP.

Objetivos:

- Elaborar e apresentar aos visitantes das Feiras / Semana Acadêmica, projetos realizados em sala, a saber:
 - **Scratch:** Interface de desenvolvimento em blocos, que visa o primeiro contato com a resolução de problemas via computadores e a programação.
 - **Code.org:** Apresentação de soluções lógicas e bases de programação (estruturas), com design gráfico de personagens e histórias, num visual de jogo, facilitando o entendimento do raciocínio lógico e o desenvolvimento da solução solicitada a cada fase, sendo elas: progressivas de acordo com o que o participante já desenvolveu. No final de cada etapa a interface mostra a codificação (linguagem de programação) gerada para a solução. Plataforma desenvolvida e mantida pelas maiores empresas de T.I. do mundo, acesso em: <https://br.code.org/>
- Participação nas palestras/workshops/minicursos ofertados pelos eventos, contribuindo para a formação profissional/pessoal e desenvolvimento do planejamento de atuação e carreira dos alunos.

Metodologia:

No planejamento da participação em cada evento, existe uma troca de informações entre a coordenação do curso e os envolvidos (parceiros, secretaria de transporte do município e demais necessários para cada caso) colocando-se a par das atividades proporcionadas, meios de inscrição e inscrições, temas desenvolvidos, pré-requisitos para participação e demais alinhamentos necessários para o bom aproveitamento da atividade.

Realizamos reuniões periódicas para discussão prévia entre os professores, sobre os temas que serão abordados nos eventos juntamente com a coordenação de curso. O curso trabalha em sala a preparação dos envolvidos para os eventos bem como a orientação da participação.

c) Seminários e Minicursos

Envolvidos/Parcerias: Equipe CEPB, UTFPR, FADEP, Mater Dei, Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pato Branco.

Objetivos:

- Elaborar e apresentar projetos realizados em sala, a saber:
 - **Produção de Sites:** resultados obtidos da elaboração visual de sites web com apresentação dos selecionados na Semana Acadêmica dos Cursos Técnicos CEPB e CEPB na Comunidade.
 - **Projeto e-commerce:** resultados obtidos da elaboração de sites com e-commerce aplicável com apresentação dos selecionados na Semana Acadêmica dos Cursos Técnicos CEPB e CEPB na Comunidade.
- **Minicurso Arduíno:** parceria com UTFPR para aproximar os alunos dos conceitos de automação e possibilidades de aplicação com Arduíno.
- **Minicurso Robótica:** parceria com Secretaria de Ciência e Tecnologia tendo diversas formas/recursos de aplicação com objetivo de aproximar os alunos dos conceitos de robótica e automação.
- **Minicurso Impressão 3D:** parceria com FADEP visando aproximar os alunos da aplicabilidade de novas soluções, criatividade e empreendedorismo.
- **Seminários/Palestras:** desenvolvimento e aplicação de seminários com a equipe do CEPB bem como a busca de parceiros para temas relacionados a relacionamento interpessoal, empreendedorismo, segurança do trabalho entre outros pertinentes.

Metodologia:

No planejamento da participação em cada evento, existe uma troca de informações entre a coordenação do curso e os envolvidos (parceiros, secretaria de transporte do município e demais necessários para cada caso) colocando-se a par

das atividades proporcionadas, meios de inscrição e inscrições, temas desenvolvidos, pré-requisitos para participação e demais alinhamentos necessários para o bom aproveitamento da atividade.

Realizamos reuniões periódicas para discussão prévia entre os professores e coordenadores sobre os temas que serão abordados nos eventos.

5.2.14 PROJETOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES

OFICINAS 1º ANO FORMAÇÃO DE DOCENTES

Justificativa

As oficinas de criatividade para o curso de Formação de Docentes atuam como espaços de sensibilização artística por meio de ações e estímulos à reflexão, ao convívio e à troca de conhecimento para um aprendizado que privilegia o processo educativo. Assim, as oficinas pretendem oportunizar a cada indivíduo a descoberta de suas potencialidades, construindo instrumentos para sua transposição didática.

Partindo do pressuposto que o processo de apropriação do conhecimento é dialético, é importante ressaltar que o diálogo entre as disciplinas trabalhadas no projeto, possuem interfaces que possibilitarão aos estudantes uma formação teórica sólida que contempla a visão de totalidade, materializada na prática de formação nos Centros de Educação Infantil e nas Escolas que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental. Esta Orientação Curricular apresenta a proposição dos conteúdos das disciplinas específicas para auxiliar a organização do trabalho docente.

Trabalhar com projetos implica refletir sobre a importância da participação dos alunos na construção do seu próprio conhecimento. Os projetos estimulam a introdução de atividades mais dinâmicas na relação ensino-aprendizagem, atividades cooperativas, espaço e voz, e a oportunidade de construção de um mundo melhor, participando desses projetos culturais que tenham significado para sua vida pessoal e profissional

Objetivos:

- Identificar as concepções da linguagem oral e escrita
- Compreender a função social da língua escrita
- Trabalhar a disciplina de Geografia na trajetória histórica
- Compreender a disciplina de Ciências, nas suas respectivas dimensões.
- Reconhecer os objetivos e finalidades do Ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
- Entender que o ensino de História na Educação Infantil tem como eixos norteadores as interações e a brincadeira
- Compreender que o ensino de história nesta etapa de ensino perpassa pela compreensão da ideia de passado e presentes.

Metodologia:

As oficinas são disponibilizadas para todo o Curso de Formação de Docentes, nas dependências do Colégio. Todo o material necessário para a realização do projeto é disponibilizado pela Instituição SESC. Ao término de cada atividade, percebemos a satisfação das nossas educandas, pois além do conhecimento adquirido o material confeccionado durante as aulas, serão de valor importantíssimo para sua trajetória educacional.

SEMINÁRIO DA FORMAÇÃO

Justificativa:

Considerando a importância do nosso curso para a formação do nosso educando e desta feita, ele construir todo o aprendizado para socializar com seu educando, estimulamos a participação dos alunos para a apresentação e representação do conhecimento adquirido e construído durante o ano letivo escolar.

A maior conquista é quando a responsabilidade é compartilhada, sendo assim a escola se torna mais atraente e alegre. O projeto promove o crescimento individual e social, estimulando o saber, o saber ouvir, saber argumentar e a solidariedade. As diferentes etapas do Seminário vão incentivar a capacidade dos educandos de criar, pesquisar, produzir e sistematizar o seu estudo e auto avaliação.

Nosso educando poderá avaliar ao longo de todo processo, mais especificamente durante a apresentação ou explanação dos trabalhos apresentados, identificar o nível de interesse, dificuldade e potencialidade de cada um dos alunos, que por sua vez, estarão aprendendo a enfrentar desafios, superar dificuldades e aprimorar sua criatividade.

A divisão de responsabilidade, a decisão e o comprometimento coletivos alimentam a formação de cidadãos efetivamente capazes de intervir na construção de uma sociedade mais justa.

Objetivos:

- Propiciar troca de experiências entre os alunos do curso
- Reconhecer o papel da “Contação de Histórias” na formação do leitor
- Estabelecer a relação entre produção artística e ensino
- Selecionar adequadamente estratégias e materiais para utilização no processo de ensino e aprendizagem
- Oportunizar a diversidade dos trabalhos desenvolvidos por meio de brincadeiras, canções, contos, lendas e mitos, dentre outros
- Entender que as diferentes metodologias podem ser relacionadas ao uso de materiais pedagógicos em situações práticas

Metodologia:

O Seminário da Formação de Docentes acontece no mês de outubro, alusivo ao mês comemorativo do dia do professor. Durante os dois dias do Seminário, acontecem palestras, oficinas e apresentação dos trabalhos confeccionados durante o ano letivo, nas disciplinas tanto específicas quanto as da base comum.

As palestras são ministradas no salão nobre do Colégio e as demais oficinas e apresentações de teatro e “Contação de Histórias”, e amostra dos trabalhos realizados em sala de aula, acontecem no pavilhão do bairro Primavera, que se situa ao lado do Colégio. Acontece neste momento uma confraternização do Curso unindo todas as turmas.

DIVERSIDADE 2º ANO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES

A Pluralidade cultural, as diversidades, as desigualdades na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Justificativa:

No segundo ano da formação de Docentes são desenvolvidas visitas em instituições que possuem a inclusão, sala de recursos multifuncionais, escolas especializadas, estabelecimentos que ofertem: EJA, Educação Indígena e Educação do Campo.

É significativo que os estudantes participem de seminários, palestras, cursos sobre a cultura afro-brasileira, meio ambiente e sustentabilidade e se envolvam em projetos sociais e alternativos de educação popular. Todas as atividades desenvolvidas a partir dos conteúdos apreendidos deverão servir de base para realização de debates, discussões e socialização desses saberes.

O acompanhamento das atividades nas instituições que ofertam essas modalidades integrará o processo teórico e prático do conjunto de ações realizadas, tendo como embasamento as relações sociais estabelecidas.

A utilização de técnicas de ensino, procedimentos metodológicos e recursos didáticos coerentes com os objetivos propostos; serão ferramentas importantes na construção profissional dos nossos alunos do Curso e com certeza terão maior segurança para sistematizar sua transposição didática.

Objetivos:

- Identificar as principais características das modalidades de Educação, presentes, especialmente no Estado do Paraná
- Conhecer e diferenciar as pluralidades e diversidades presentes no contexto educacional
- Respeitar e ter atitude ética frente às particularidades e desigualdades
- Identificar a natureza do trabalho do professor frente às especificidades das diferentes demandas sociais e políticas
- Compreender os princípios da inclusão
- Entender a função social e cultural da escola no contexto da diversidade

Metodologia:

No 2º ano da Formação de Docentes, nossos educandos conhecem in loco as realidades educacionais nos seguintes espaços: Aldeia Indígena, Quilombolas, Colégio Agrícola, APAES, Cap. e EJA Diversidade e Pluralidade Cultural e Projetos Sociais e alternativos de educação popular.

As viagens acontecem durante o ano letivo. Para cada modalidade um embasamento teórico assim, os alunos possuem conhecimento necessário para posterior visitação.

Nossos educandos vivenciam as diferentes instituições e modalidades de ensino, aprimorando seus conhecimentos, pois qualquer carreira tem desafios específicos, que irão fazer se questionar se foi a melhor escolha. Mas, quando eles se identificam com o curso escolhido, verão que a motivação e a responsabilidade serão o grande diferencial para que continuem se esforçando para atuar no campo educacional.

5.3 AÇÕES REFERENTES À DIFERENCIAÇÃO (Flexibilização/Adaptação Curricular)

Aos alunos regularmente matriculados que apresentam problemas de aprendizagem com atrasos escolares significativos, distúrbios de aprendizagem ou transtornos de desenvolvimento e que necessitem de apoio especializado complementar ou não, terão garantidos ajustes na ação pedagógica quanto a flexibilização e ou adaptação curricular.

Diante da necessidade específica de cada aluno, mediante avaliação pedagógica realizada no contexto escolar. Sempre que se fizer necessária a adaptação ou flexibilização curricular, essa será realizada segundo orientação da professora especialista e equipe pedagógica de acordo com a dificuldade apresentada (transtorno e/ou deficiência). É compromisso da professora especialista e equipe pedagógica orientar os docentes quanto aos meios que melhor permitiram o acesso ao currículo de cada modalidade de ensino.

O atendimento aos estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas será realizado de acordo com a Instrução 10/2017, que estabelece que o adolescente que estiver cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade,

independentemente da idade, deve-se assegurar a possibilidade de continuidade dos estudos por meio do ingresso na escola.

MATRIZ CURRICULAR

ENSINO FUNDAMENTAL

Município : PATO BRANCO		Estabelecimento : PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N	
Período Letivo : 2018-1		Curso : ENSINO FUND.6/9 ANO-SERIE (4039) (4039)	
Turno : Manhã		Código Matriz : 1240379	

Matriz Curricular		Organização da Matriz	Visualização da Matriz				GrupoDisciplina	O (*)
Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Setações					
			6	7	8	9		
1	ARTE (704)	BNC	2	2	2	2		S
2	CIENCIAS (301)	BNC	3	3	3	3		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	2	2	2	2		S
4	GEOGRAFIA (401)	BNC	2	3	3	3		S
5	HISTORIA (501)	BNC	3	2	3	3		S
6	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	5	5	5	5		S
7	MATEMATICA (201)	BNC	5	5	5	5		S
8	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	1	1	0	0		S
9	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	2	2	2	2		S
Total C.H. Semanal			25	25	25	25		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

ENSINO MÉDIO

Município : PATO BRANCO
Estabelecimento : PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N
Período Letivo : 2018-1
Curso : ENSINO MEDIO (9) (9)
Turno : Manhã
Código Matriz : 1240368

Matriz Curricular		Organização da Matriz	Visualização da Matriz				
Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Setações			GrupoDisciplina	O (*)
			1	2	3		
1	ARTE (704)	BNC	2	0	0		S
2	BIOLOGIA (1001)	BNC	2	2	2		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	2	2	2		S
4	FILOSOFIA (2201)	BNC	2	2	2		S
5	FISICA (901)	BNC	2	2	2		S
6	GEOGRAFIA (401)	BNC	2	2	2		S
7	HISTORIA (501)	BNC	2	2	2		S
8	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	2	4	3		S
9	MATEMATICA (201)	BNC	3	3	4		S
10	QUIMICA (801)	BNC	2	2	2		S
11	SOCIOLOGIA (2301)	BNC	2	2	2		S
12	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	2	2	2		S
13	L.E.M.-ESPANHOL (1108)	PD	4	4	4	Lingua Estrangeira Moderna	S
Total C.H. Semanal			29	29	29		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

FORMAÇÃO DE DOCENTES

Município : PATO BRANCO
Estabelecimento : PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N
Período Letivo : 2018-1
Curso : FORM.DOC.ED.INF.ANOS IN.EN.FUN (489) (489)
Turno : Manhã
Código Matriz : 1240371

Matriz Curricular		Organização da Matriz		Visualização da Matriz				
Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações				GrupoDisciplina	O (*)
			1	2	3	4		
1	ARTE (704)	BNC	2	0	0	0		S
2	BIOLOGIA (1001)	BNC	0	3	0	0		S
3	EDUCAÇÃO FISICA (601)	BNC	2	2	2	2		S
4	FILOSOFIA (2201)	BNC	2	2	2	2		S
5	FISICA (901)	BNC	0	0	3	0		S
6	GEOGRAFIA (401)	BNC	3	0	0	0		S
7	HISTORIA (501)	BNC	2	2	0	0		S
8	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	2	2	2	3		S
9	MATEMATICA (201)	BNC	2	2	2	2		S
10	QUIMICA (801)	BNC	0	2	2	0		S
11	SOCIOLOGIA (2301)	BNC	2	2	2	2		S
12	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	0	0	2	0		S
13	CONCEPCOES NORTEADORAS ED.ESP. (1725)	FE	0	2	0	0		S
14	FUND FILOS E SOCIOL DA EDUCACA (1221)	FE	0	0	2	0		S
15	FUNDAMENTOS HIST.EDUCAÇÃO (1743)	FE	2	0	0	0		S
16	FUNDAMENTOS HIST.POL.DA ED INF (1712)	FE	0	2	0	0		S
17	FUNDAMENTOS PSICOL.DA EDUCACAO (1710)	FE	2	0	0	0		S
18	LIBRAS (8137)	FE	0	0	0	2		S
19	LITERATURA INFANTIL (108)	FE	0	0	2	0		S
20	METODOL.DA ALFABETIZACAO (1746)	FE	0	0	2	0		S
21	METODOL.ENS.DE ARTE (1642)	FE	0	0	0	2		S
22	METODOL.ENS.CIENCIAS (1640)	FE	0	0	0	2		S
23	METODOL.ENS.EDUC.FISICA (1641)	FE	0	0	0	2		S
24	METODOL.ENS.GEOGRAFIA (1639)	FE	0	0	0	2		S
25	METODOL.ENS.HISTORIA (1638)	FE	0	0	0	2		S
26	METODOL.ENS.MATEMATICA (1637)	FE	0	0	2	0		S
27	METODOLOGIA ENS LING PORTUGUES (1389)	FE	0	0	0	2		S
28	ORGANIZACAO DO TRAB.PEDAGOGICO (1803)	FE	2	2	0	0		S
29	PRATICA DE FORMACAO (EST.SUPE) (1669)	FE	5	5	5	5		S
30	TRABALHO PEDAG.NA EDUC.INFANTIL (1726)	FE	2	2	0	0		S
Total C.H. Semanal			30	30	30	30		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

TÉCNICO EM INFORMÁTICA - INTEGRADO

Município : PATO BRANCO
Estabelecimento : PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N
Período Letivo : 2018-1
Curso : TEC.EM INFORMÁTICA-INT ET IC (963) (963)
Turno : Manhã
Código Matriz : 1240376

Matriz Curricular		Organização da Matriz	Visualização da Matriz				GrupoDisciplina	O (*)
Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações					
			1	2	3	4		
1	ARTE (704)	BNC	0	0	2	0		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0	0	2	2		S
4	FILOSOFIA (2201)	BNC	0	0	2	2		S
5	FISICA (901)	BNC	0	0	2	0		S
6	GEOGRAFIA (401)	BNC	0	0	0	2		S
7	HISTORIA (501)	BNC	0	0	0	2		S
8	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0	0	2	0		S
8	LINGUA PORT. E LITERATURA (104)	BNC	0	0	0	2		S
9	MATEMATICA (201)	BNC	0	0	2	0		S
10	QUIMICA (801)	BNC	0	0	2	0		S
11	SOCIOLOGIA (2301)	BNC	0	0	2	2		S
13	ANALISE E PROJETOS (4445)	FE	0	0	0	4		S
14	BANCO DE DADOS (4443)	FE	0	0	2	2		S
16	FUND E SUPORTE DE COMPUTADORES (4492)	FE	0	0	3	0		S
18	INTERNET E PROGRAMACAO WEB (4441)	FE	0	0	2	3		S
19	REDES E SISTEMAS OPERACIONAIS (4439)	FE	0	0	0	4		S
19	LINGUAGEM DE PROGRAMACAO (4409)	FE	0	0	2	0		S
Total C.H. Semanal			0	0	25	25		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

TÉCNICO EM INFORMÁTICA - SUBSEQUENTE

Município : PATO BRANCO
Estabelecimento : PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N
Período Letivo : 2018-1
Curso : TEC.EM INFORMÁTICA-SUBS ET IC (918) (918)
Turno : Noite
Código Matriz : 1240373

Matriz Curricular		Organização da Matriz	Visualização da Matriz			GrupoDisciplina	O (*)
Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações				
			1	2	3		
1	ANALISE E PROJETOS (4445)	FE	0	3	4		S
2	BANCO DE DADOS (4443)	FE	0	4	3		S
3	COMPUTACAO GRAFICA (735)	FE	4	0	0		S
4	FUNDAMENTOS DO TRABALHO (3514)	FE	0	0	2		S
5	FUND E SUPORTE DE COMPUTADORES (4492)	FE	4	4	4		S
6	INFORMATICA INSTRUMENTAL (4405)	FE	3	2	0		S
7	INGLES TECNICO (1102)	FE	2	0	0		S
8	INTERNET E PROGRAMACAO WEB (4441)	FE	4	4	4		S
9	LINGUAGEM DE PROGRAMACAO (4409)	FE	4	3	3		S
10	LOGICA COMPUTACIONAL (1348)	FE	2	0	0		S
11	PRATICA DISCURSIVA E LINGUAGENS (294)	FE	2	0	0		S
12	REDES (4484)	FE	0	4	4		S
Total C.H. Semanal			25	24	24		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - INTEGRADO

Município : PATO BRANCO
Estabelecimento : PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N
Período Letivo : 2018-1
Curso : TEC.EM ADMINISTRACAO-INT ET GN (943) (943)
Turno : Tarde
Código Matriz : 1240374

Matriz Curricular		Organização da Matriz		Visualização da Matriz				
Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações				GrupoDisciplina	O (*)
			1	2	3	4		
1	ARTE (704)	BNC	2	2	0	0		S
2	BIOLOGIA (1001)	BNC	0	0	3	2		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	2	2	2	2		S
4	FILOSOFIA (2201)	BNC	2	2	2	2		S
5	FISICA (901)	BNC	0	0	2	2		S
6	GEOGRAFIA (401)	BNC	2	2	0	0		S
7	HISTORIA (501)	BNC	2	2	0	0		S
8	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	2	0	0	0		S
8	LINGUA PORT. E LITERATURA (104)	BNC	0	2	3	2		S
9	MATEMATICA (201)	BNC	2	2	3	2		S
10	QUIMICA (801)	BNC	0	2	0	0		S
11	SOCIOLOGIA (2301)	BNC	2	2	2	2		S
12	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	0	0	2	2		S
13	ADMINISTRACAO DE PROD.E MAT. (4019)	FE	0	0	0	3		S
14	ADM.FINANC.E ORCAMENTARIA (4191)	FE	0	2	0	0		S
15	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (296)	FE	2	0	0	0		S
16	CONTABILIDADE (1801)	FE	0	0	0	2		S
17	ELABORACAO E ANALISE PROJETOS (4177)	FE	0	0	0	2		S
18	GESTAO DE PESSOAS (1513)	FE	0	0	3	0		S
19	INFORMATICA (4404)	FE	3	2	0	0		S
20	INTRODUCAO A ECONOMIA (4017)	FE	0	3	0	0		S

21	MARKETING (4115)	FE	0	0	0	2		S
22	NOCOES DE DIR.E LEG.SOC.TRAB. (4168)	FE	0	0	3	0		S
23	ORGANIZACAO, SISTEMAS E METODOS (4055)	FE	2	0	0	0		S
24	TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO (1474)	FE	2	0	0	0		S
Total C.H. Semanal			25	25	25	25		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE

Município : PATO BRANCO
Estabelecimento : PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N
Período Letivo : 2018-1
Curso : TEC.EM ADMINISTRACAO-SUBS-ET GN (906) (906)
Turno : Noite
Código Matriz : 1240372

Matriz Curricular		Organização da Matriz	Visualização da Matriz			GrupoDisciplina	O (*)
Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações				
			1	2	3		
1	ADM.DA PRODUCAO E MATERIAIS (4190)	FE	0	2	3		S
2	ADM.FINANC.E ORCAMENTARIA (4191)	FE	2	2	2		S
3	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (296)	FE	3	0	0		S
4	CONTABILIDADE (1801)	FE	2	3	0		S
5	ELABORACAO E ANALISE PROJETOS (4177)	FE	0	2	2		S
6	ESTATISTICA APLICADA (4303)	FE	3	0	0		S
7	FUNDAMENTOS DO TRABALHO (3514)	FE	0	0	2		S
8	GESTAO DE PESSOAS (1513)	FE	0	2	3		S
9	INFORMATICA (4404)	FE	2	2	0		S
10	INTRODUCAO A ECONOMIA (4017)	FE	0	2	2		S
11	MARKETING (4115)	FE	0	2	2		S
12	MATEMATICA FINANCEIRA (206)	FE	0	2	2		S
13	METODOLOGIA CIENTIFICA (1717)	FE	3	0	0		S
14	NOCOES DE DIREITO LEG.TRABALHO (295)	FE	0	0	3		S
15	ORGANIZACAO, SISTEMAS E METODOS (4055)	FE	3	0	0		S
16	TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO (1474)	FE	3	2	0		S
Total C.H. Semanal			21	21	21		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SUBSEQUENTE

Município : PATO BRANCO
Estabelecimento : PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N
Período Letivo : 2018-1
Curso : TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS (1230) (1230)
Turno : Noite
Código Matriz : 1240378

Matriz Curricular		Organização da Matriz	Visualização da Matriz				O (*)
Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações				
			1	2	3	4	
1	ANATOMIA E FISIOL.APLIC.A ENF. (3248)	FE	4	0	0	0	S
2	ASSIST.ENFERM.CCA E AO ADOLEC. (3236)	FE	0	0	6	0	S
3	ASSIST.ENFERM.PACIENTES CRITIC (3277)	FE	0	0	0	5	S
4	ASSIST.ENFERM.A SAUDE MULHER (3278)	FE	0	0	6	0	S
5	ASSIST.DE ENFERMAGEM CIRURGICA (3279)	FE	0	0	5	0	S
6	ASSIST.ENFERM.CLINICA (3280)	FE	0	7	0	0	S
7	ASSIST.ENFERM.EM SAUDE COLETIV (3281)	FE	0	5	0	0	S
8	ASSIST.ENFERM.EM SAUDE MENTAL (3282)	FE	0	3	0	0	S
9	ASSIST.ENFERM.EM URGEN.EMERGEN (3283)	FE	0	0	0	5	S
10	BIOSEGURANCA E PROC.DE ARTIG. (3284)	FE	0	4	0	0	S
11	ENFERMAGEM NA VIGILANCIA SAUDE (3285)	FE	0	0	0	4	S
12	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM (3218)	FE	3	0	0	0	S
13	FUNDAMENTOS DO TRABALHO (3514)	FE	0	0	2	0	S
14	INTRODUCAO A ASSIST.EM ENFERM. (3226)	FE	7	0	0	0	S
15	PROC.COMUNIC.INF.EM ENFERMAGEM (3507)	FE	3	0	0	0	S
16	PROCESSO DE TRABALHO EM SAUDE (3227)	FE	0	0	0	3	S

17	PROCESSO SAUDE DOENCA (3509)	FE	3	0	0	0	S
18	ESTAGIO ASSIST.ENF.CCA E ADOLE (3271)	E	0	0	4	0	S
19	ESTAGIO ASSIST.ENF.PAC.CRITICO (3299)	E	0	0	0	5	S
20	ESTAGIO ASSIST.ENF.SA.MULHER (3288)	E	0	0	4	0	S
21	ESTAGIO ASSIST.ENF.CIRURGICA (3287)	E	0	0	4	0	S
22	ESTAGIO DE ASS.ENFERM CLINICA (3289)	E	0	5	0	0	S
23	ESTAGIO ASSIST.ENF.SAUD.COLET. (3290)	E	0	4	0	0	S
24	ESTAGIO ASSIST.ENF.SAUDE MENT. (3291)	E	0	1	0	0	S
25	ESTAGIO ASSIST.ENF.URG.EMERG. (3292)	E	0	0	0	5	S
26	ESTAGIO ENFER.NA VIGIL.SAUDE (3293)	E	0	0	0	2	S
27	ESTAGIO INT.A ASSIST.DE ENFERM (3267)	E	6	0	0	0	S
Total C.H. Semanal			26	29	31	29	

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – PROFESSOR DE APOIO / ATENDIMENTO DOMICILIAR / ATENDIMENTO HOSPITALAR

O atendimento de alunos com necessidades especiais requer estruturação e implantação de apoios e/ou serviços que propiciem sua inserção, permanência e sucesso no processo de aprendizagem, sendo assim, muitas vezes é necessário solicitar adaptações no espaço e no tempo do contexto escolar e do currículo.

No caso de alunos que apresentam problemas graves ou crônicos de saúde e que necessitam de internação e/ou tratamento prolongado, muitas vezes as dificuldades de frequentar às aulas representam empecilhos à aprendizagem e exigem outras formas de organização.

Dependendo das condições apresentadas pelo aluno, o programa de apoio necessário será acionado, constituindo um trabalho integrado com a família. Nesse sentido, a própria legislação assegura o direito aos apoios e serviços, incluindo Professor de Apoio Permanente (PAP), Professor de Apoio em Sala de Aula (PAS), Atendimento Domiciliar e Atendimento Hospitalar.

O Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar tem a função de garantir o direito à educação aos educandos hospitalizados e impossibilitados de frequentar a escola, em virtude de situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, permitindo-lhes a continuidade do processo de escolarização.

O trabalho é desenvolvido com uma equipe de três professores, divididos por áreas do conhecimento, atendendo todas as disciplinas curriculares da Educação Básica. A prática pedagógica do Sareh está voltada para a perspectiva da educação universal e inclusiva, possibilitando ao aluno que se encontra afastado a oportunidade de estabelecer vínculos que contribuem para manter sua identidade escolar e uma rotina de estudo.

Critérios para a solicitação do atendimento:

- Solicitação do médico endereçada à Chefia do Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional/DEEIN requerendo o atendimento domiciliar, contendo período de afastamento, patologia com Classificação Internacional de Doença-CID 10.

- Ofício da direção da escola endereçado à SEED/NRE requerendo o atendimento pedagógico domiciliar, contendo o nome do estudante, série/ano, turma/turno e carga-horária a ser suprida.

De acordo com a Lei 6202/75 e Lei 1.044/69 atribui aos estudantes em estado de gestação, ou situação de impossibilidade de frequentar as aulas o regime de exercícios domiciliares. O início e o fim do período de afastamento devem ser determinados por meio de atestado médico com CRM, carimbo e assinatura, constando a tempo de afastamento e este ser apresentado à equipe diretiva da escola por um responsável pelo aluno no momento do afastamento ou até 72h após a data de início do atestado médico.

A escola irá atribuir a esse aluno, atividades domiciliares, permitindo ao educando realizar estudos e exercícios em casa. É responsabilidade do aluno executar em domicílio, todas as tarefas escolares que forem determinadas pelos professores que ministram as disciplinas da série/ano que está matriculado.

Aos professores cabe a responsabilidade de organizar e encaminhar a equipe pedagógica atividades com os conteúdos básicos de escolarização correspondente a série/ano que o aluno cursa, de acordo com o bimestre ou trimestre e conforme seu Plano de Trabalho Docente.

O responsável pelo aluno tem a obrigação de receber na escola as atividades e devolvê-las respeitando o prazo estabelecido para entrega.

Cabe a equipe diretiva o papel de orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades domiciliares com os professores, responsável e aluno.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou transitórias requer um tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado, teoricamente, por meio de conhecimentos científicos desprovidos de preconceitos e discriminações.

O objetivo desses atendimentos é dar continuidade ao processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, contribuindo para o seu retorno e reintegração à escola.

5.4 PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

A Evasão Escolar é uma realidade em nossas escolas que precisa ser combatida por toda a sociedade e, em especial, pela comunidade escolar e órgãos responsáveis por zelar pelo direito das crianças e adolescentes de frequentar a escola e ter o acesso ao saber sistematizado.

Existe uma série de fatores de ordem social e pedagógica que acabam levando à evasão escolar. Podemos elencar os fatores de ordem social como sendo: o trabalho infantil, a longa distância entre a escola e a casa do aluno, a falta de uniforme e material escolar, entre outras. Há que se destacar os motivos ligados à violência física ou psicológica, à exploração sexual, à gravidez precoce, ao uso e tráfico de drogas e álcool e as desordens familiares que prejudicam o acompanhamento do estudante e desenvolvimento do processo educativo.

O combate à evasão escolar foi (e é) a sua principal meta, entendendo que o acesso à escola e à educação é um direito subjetivo e inalienável através do qual, segundo a LDB (9394/96) e o próprio ECA (Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990), a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

A garantia do acesso à escola para nossos educandos, portanto, é um compromisso de todos: do Estado, da família, do Ministério Público, dos Agentes de Saúde, dos integrantes das Secretarias Municipais, dos Conselhos Comunitários, dos Conselhos de Direitos e Tutelares, dos demais órgãos oficiais, não oficiais e, enfim, de toda a sociedade civil.

Não obstante, o objetivo da Rede de Proteção foi, e continua sendo, pautado na necessidade de:

- Promover a inserção no sistema educacional (Rede Estadual de Educação Básica do Paraná) das crianças e dos adolescentes que tenham sido excluídos, por evasão ou por não acesso à escola.
- Criar uma rede de enfrentamento à evasão e exclusão escolar.
- Esta rede, por sua vez, implica na aproximação dos órgãos oficiais que podem e devem ser buscados pela escola no sentido de oferecer o suporte necessário para mediar a prevenção da evasão, localização do aluno ausente e mediação de ações, para o retorno e permanência do aluno na escola.

Com estes fins, a Secretaria do Estado e Educação assume o papel de mediar o contato com Secretarias do Estado, Ministério Público, Patrulha Escolar,

Conselhos Tutelares no sentido de instrumentalizar a escola sobre as ações que competem a cada segmento e que podem ser buscados por ela, uma vez esgotadas as suas possibilidades de retorno e permanência do aluno.

A Rede de Proteção teve e tem como objetivo acompanhar os casos de evasão de todos os alunos a partir do momento em que apresentem ausência de 5 dias consecutivos e 7 dias alternados. Ao pontuar a necessidade de envolver a todos os alunos da Educação Básica deve-se lembrar que o ECA, nos seus artigos 1º e 2º, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, considerando criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Além das 3 instâncias, bem definidas pelo programa – Escola, Conselhos Tutelares e Ministério Público - conta-se também com as Instâncias Colegiadas que formam o corpo da escola (APMFs, Grêmios Estudantis e Conselhos Escolares), além das associações da comunidade do entorno das escolas, bem como os órgãos do próprio município que têm como seu objetivo garantir os direitos de crianças e adolescentes, entre eles: Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Redes de Proteção Municipais.

É importante que todos tomem conhecimento do que acontece com o aluno, que antes é munícipe, pois como diz a Lei 8069/90, em seu art. 4º: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”; todos somos responsáveis pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O Colégio busca em todos os momentos pedagógicos (Reuniões Pedagógicas, capacitações continuadas, conselhos de classe e demais oportunidades de capacitações), conscientizar a equipe escolar sobre a necessidade de acompanhamento e compromisso em detectar os alunos em situações de evasão escolar. Os alunos são acompanhados durante o ano letivo através do RCO (Registro de Classe *on line*) e demais fichas pedagógicas institucionais, a fim de levantar em tempo hábil o retorno do aluno, não comprometendo seu avanço escolar. A partir da detecção dos alunos em evasão escolar, busca-se tentativas de retorno como: via telefone, bilhetes aos pais enviados por conhecidos, visitas

domiciliares, e se depois de inúmeras tentativas não houver retorno do aluno ao processo educativo, então, conecta-se a Rede de Proteção. Com as informações obtidas pelos documentos internos do Colégio, preenche-se os anexos no sistema SERP (Sistema Educacional da Rede de Proteção), a fim de buscar auxílio para retorno do referido aluno. Importante salientar a necessidade de avaliação caso por caso dos alunos para poder solicitar a intervenção dos programas que auxiliará o mesmo a retornar.

Trabalhar em rede implica tanto em mudanças na prática dos profissionais envolvidos nos casos de suspeita ou violação de direitos, como também investimentos dos gestores em recursos e capacitações periódicas que visem a esta nova estratégia de trabalho. Profissionais com uma boa formação e com oportunidades frequentes de capacitação e aprofundamento teórico-prático, sobretudo na área dos direitos da criança e do adolescente, serão capazes de romper com o isolamento e compartilhar saberes, discutir situações, tomar decisões em conjunto, ou seja, sair das "caixinhas", muitas vezes construídas pelos próprios núcleos de conhecimento. Atuar em rede implica investimento profissional, engajamento e acima de tudo consciência de que o trabalho conjunto e articulado possibilita melhor enfrentamento do fenômeno da violência, assim como, garantir e reparar os direitos de quem foi violado. Somente desta forma, será possível promover novas práticas e superar as fragilidades existentes na rede de atendimento e de proteção à criança e ao adolescente, evitando assim, o retrocesso no atendimento voltado para esta população.

5.5 DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres e o advento da doutrina da proteção integral delineava-se um novo futuro para a infância no Brasil. No entanto, passados mais de 20 anos de vigência do ECA, continuam as discussões relativas aos direitos de crianças e adolescentes. O desconhecimento do

texto legal aliado a uma interpretação inicial equivocada exige um movimento de defesa pela proteção da infância e da lei que a protege.

A partir de 2007 um novo desafio se apresenta as instituições do ensino quando, por força da Lei 11.525, tornou-se obrigatório no ensino fundamental o conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes à luz do ECA.

Dessa forma, todas as escolas públicas e particulares de ensino fundamental, têm por obrigação o oferecimento de conteúdo específicos a seus alunos, referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

A efetiva implantação da Lei 11.525/2007, é fundamental não só para as crianças e adolescentes, mas para o país ter cidadãos conhecedores das normas e leis de uma sociedade os tornam conscientes de seus atos.

Os conteúdos de direitos e deveres de crianças e adolescentes deverão ser estudados nas disciplinas de Ensino Religioso, História e Geografia do Ensino Fundamental. Esses conteúdos também poderão ser disponibilizados pelas instituições de ensino em forma de palestras e formação continuada ofertadas aos professores e agentes educacionais I e II.

5.6O USO DE APARELHOS/EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM SALAS DE AULA

A escola vivencia um momento histórico no qual existem mais dispositivos móveis do que pessoas no planeta (UNESCO, 2014). Apesar de irregular, a presença de celulares e tablets já ocorrem nas escolas públicas e, junto a ela, situações diversas envolvendo a tríade professor-aluno-uso do celular. Esta utilização pode trazer conflitos no interior do espaço escolar e atrapalha a aprendizagem dos alunos. Em face deste cenário, foi publicada a Lei nº 18.118/2014 que proíbe a utilização não pedagógica de qualquer equipamento eletrônico dentro de salas de aula de todo o Paraná. Esta ação foi necessária visto que muitos estudantes utilizam o celular para outros fins, dispersando a atenção e prejudicando a aprendizagem.

É importante observar que a lei proíbe o uso de quaisquer aparelhos/equipamentos eletrônicos para fins não pedagógicos. O professor, se

assim o desejar, pode planejar encaminhamentos pedagógicos com a presença dos celulares (dele e/ou de seus alunos).

O relatório da UNESCO sobre aprendizagem móvel apresenta vantagens destes equipamentos como a portabilidade, facilidade de uso e utilidade, que podem ser aproveitadas para propiciar a aprendizagem. É um equipamento que converge diversas funcionalidades, tais como: registro de voz, imagem, vídeo, calculadora e sua função primordial, que é a comunicação.

A função primordial dos aparelhos móveis não está vinculada ao ambiente escolar, mas é possível fazer a transposição deste uso para torná-lo um aliado da aprendizagem. O professor pode criar encaminhamentos pedagógicos que propiciem a mediação entre o conhecimento de sua disciplina e os equipamentos móveis. Poderá também por meio da exploração, comunicação, troca e reorganização das informações. Os alunos naturalmente têm facilidade na manipulação de seus celulares, mas precisam da mediação do professor para que este dispositivo os ajude na aprendizagem, por isso é importante que os professores também conheçam estes recursos.

5.7 PRÁTICAS AVALIATIVAS

A proposta de avaliação adotada por esta instituição de ensino situa-se no paradigma emancipatório, e visa a descrição, a análise e a crítica da realidade. Neste sentido não se pretende apenas a análise crítica, mas a proposição de alternativas de solução, mediante a reflexão dos participantes do processo. Além disso é oportuno salientar que os critérios avaliativos são embasados levando-se em consideração os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, a atividade crítica, a capacidade de síntese e a elaboração pessoal, sobre a memorização. Também, ressalta-se que a avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados que serão expressos em notas de zero a dez. A nota trimestral será a média aritmética simples das notas obtidas nas avaliações no decorrer do período, não sendo permitido submeter o aluno a uma única oportunidade de aferição do conhecimento e a um único instrumento de avaliação. O

cálculo da média anual mínima, para efeito de aprovação no Ensino Fundamental, médio, profissional seguirá a fórmula:

$$MA = \frac{1T + 2T + 3T}{3} = 6,0 \text{ (seis).}$$

Nos cursos Técnicos Subsequentes em Administração, Enfermagem, Informática e Recursos Humanos o período avaliativo é semestral, sendo organizado por bimestre. A nota bimestral será a média aritmética simples das notas obtidas nas avaliações no decorrer do período, não sendo permitido submeter o aluno a uma única oportunidade de aferição do conhecimento e a um único instrumento de avaliação. O cálculo da média anual mínima, para efeito de aprovação na modalidade de ensino subsequente.

$$MA = \frac{1B + 2B}{2} = 6,0 \text{ (seis).}$$

O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/ instrumentos/ métodos de ensino.

A recuperação paralela de conteúdos é direito dos alunos e dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino-aprendizagem.

A recuperação paralela de nota poderá assumir várias formas como: prova, trabalhos de pesquisa, atividades escritas e/ ou orais, tarefas, entre outras, aplicadas sempre pelo professor. Os resultados das avaliações e recuperações serão registrados no Livro de Registro Online, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do aluno.

Em busca de uma avaliação reflexiva, crítica e emancipatória o Colégio Estadual de Pato Branco adota como **linha de ação**:

- A ênfase na aprendizagem visando à apropriação, internalização e transformação do conhecimento;
- A utilização de instrumentos diversificados, entre eles: atividade escrita, trabalho de pesquisa, prova oral e escrita, com e sem consulta, discussão, debate, portfólio, relatório, atividade em grupo, dramatização, desenho, maquete, entre outros;
- A linguagem utilizada deverá ser clara e o objeto contextualizado;
- A realização da avaliação sócio afetiva, das atitudes, valores, participação,

relacionamento, dentre outros, sem vinculá-la a nota.

- A adoção da autoavaliação como contributo à formação do educando.

Nesta perspectiva o Conselho de Classe tem papel fundamental, promovendo a análise e reflexão pedagógica sobre os resultados e oportunizando a elaboração de ações educativas que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino-aprendizagem. Através das três etapas do Conselho de Classe, a cada trimestre, é possível acompanhar o desenvolvimento educacional dos alunos de maneira mais eficaz. Este processo também oferece ao professor um parecer mais amplo sobre o desempenho da turma, a organização dos conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e os procedimentos avaliativos.

Classificação e Reclassificação

Esta instituição de ensino utiliza como base para organizar o processo de classificação e reclassificação a Deliberação 09/2001 e a Instrução nº08/2017.

No artigo 21 estabelece que a classificação é o procedimento que o Estabelecimento adota, segundo critérios próprios, para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais ou informais.

O artigo 22 orienta como a classificação pode ser realizada, esses procedimentos são adotados por esta instituição para garantir o direito do aluno a realizar tal processo, são eles:

- a) por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento, a série, etapa, ciclo, período ou fase anterior na própria escola;
- b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas do país ou do exterior, considerando a classificação na escola de origem;
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série, ciclo, período, fase ou etapa adequada.

Segundo parágrafo único da Deliberação, fica vedada a classificação para o ingresso na primeira série do Ensino Fundamental.

No artigo 23, a classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes medidas administrativas para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

- a) proceder avaliação diagnóstica documentada pelo professor ou equipe pedagógica;
- b) comunicar ao aluno ou responsável a respeito do processo a ser iniciado para obter deste o respectivo consentimento;
- c) organizar comissão formada por docentes, técnicos e direção da escola para efetivar o processo;
- d) arquivar atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;
- e) registrar os resultados no histórico escolar do aluno.

A Reclassificação é um processo pedagógico que se concretiza através da avaliação do(a) estudante matriculado(a) e com frequência sob a responsabilidade da instituição de ensino que, considerando as normas curriculares encaminha o(a) estudante à etapa de estudos compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrados, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

- a) O processo de reclassificação deverá ser realizado preferencialmente no início do ano letivo;
- b) A instituição de ensino deverá protocolar no NRE o cronograma de ações referentes ao processo de reclassificação com cópia das avaliações diagnósticas das disciplinas e um parecer descritivo do aluno;
- c) A instituição não iniciará os trâmites do processo de reclassificação sem o parecer do NRE.
- d) O estudante ou seu responsável poderá solicitar a reclassificação, cabendo à instituição de ensino analisar a possibilidade de encaminhamento;
- e) Os instrumentos avaliativos deverão contemplar os conteúdos fundamentais correspondentes aos anos de avanço, com base na PPC da instituição;
- f) Para ser beneficiado pelo processo de reclassificação o aluno deverá demonstrar apropriação de conhecimento igual ao superior a 60% em cada um dos instrumentos avaliativos;

- g) A instituição lavrará em Ata das decisões das reuniões referentes ao processo de reclassificação para que sejam arquivados na pasta do aluno juntamente com os procedimentos avaliativos;
- h) O resultado será divulgado em 7 (sete) dias após a conclusão das correções e da validação pelo Conselho de Classe extraordinário convocado para este fim;
- i) O estudante beneficiado pelo processo de reclassificação deverá ser acompanhado pela Equipe Pedagógica da instituição de ensino durante dois anos, quanto à frequência e rendimento de sua aprendizagem;
- j) O resultado final do processo de reclassificação será registrado no Relatório final;
- k) A reclassificação é vedada para o ano inferior ao anteriormente cursado;
- l) É vedada a reclassificação para os cursos de Educação profissional e para a conclusão do ensino Médio;

Cabendo a esta instituição de ensino:

Equipe de direção:

- a) Notificar o NRE sobre o processo de reclassificação do estudante;
- b) Elaborar e acompanhar o cronograma de ações referentes aos procedimentos do processo de reclassificação na instituição de ensino;
- c) Convocar o Conselho de Classe extraordinário para analisar a possibilidade de reclassificação do estudante;

Equipe Pedagógica:

- a) Apresentar e discutir a presente instrução com a comunidade escolar;
- b) Coordenar os procedimentos do processo de reclassificação na instituição de ensino;
- c) Convocar o estudante e seu responsável para orientações sobre os procedimentos adotados no processo de reclassificação, lavrados em Ata;
- d) Reunir-se com professores do estudante para a elaboração do Plano de Trabalho Docente que contemple metodologias, critérios e instrumentos avaliativos, a partir da seleção de conteúdos fundamentais correspondentes

- a todo o ano de avanço, com base na Proposta Pedagógica Curricular da instituição de ensino;
- e) Acompanhar o desempenho do estudante durante todo o processo de reclassificação;
 - f) Organizar as informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe extraordinário;
 - g) Reunir-se com os professores do ano para o qual o estudante foi reclassificado, para ciência e orientação do acompanhamento escolar;
 - h) Acompanhar durante dois anos, o estudante reclassificado no que diz respeito tanto ao aproveitamento escolar quanto à frequência;

Corpo docente:

- a) Encaminhar à Equipe Pedagógica o estudante que demonstrar experiência e desempenho escolar compatíveis com a possibilidade de avanço;
- b) Elaborar, sob a orientação da Equipe Pedagógica, o Plano de Trabalho Docente contemplando metodologias e critérios, bem como instrumentos avaliativos que possibilitem uma análise do desempenho escolar do estudante, a partir da seleção de conteúdos fundamentais correspondentes a todos os anos de avanço, com base na Proposta Pedagógica Curricular da instituição de ensino;
- c) Corrigir os instrumentos avaliativos, diagnosticando seus resultados e atribuindo-lhes valor;
- d) Participar do Conselho de Classe extraordinário analisando a possibilidade de reclassificação do estudante;
- e) Acompanhar o estudante reclassificado no que diz respeito tanto ao aproveitamento escolar quanto à frequência, repassando as informações à Equipe Pedagógica.

Secretaria Escolar:

- a) Lavrar em Ata todos os procedimentos que legalizam o processo de reclassificação em conformidade com a instrução nº02/09- SUED/SEED e registrar nos documentos escolares a reclassificação, conforme a Instrução nº 02/09- SUED/SEED;

- b) Matricular o estudante ao ano compatível com o resultado, após a reclassificação;
- c) Arquivar, na Pasta Individual do estudante, as Atas e instrumentos avaliativos referentes ao processo de sua reclassificação.

6. A LEGISLAÇÃO VIGENTE

6.1 LEI ESTADUAL Nº 17.335/2012

Em caráter estadual, influenciada pela lei municipal curitibana, surgiu em 2012 a Lei Estadual nº 17.335/2012, que Instituiu o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas Escolas Públicas e Privadas do Estado do Paraná.

6.2 LEI ESTADUAL Nº 18.447/2015

A Estadual nº 18.447/2015 institui a Semana Maria da Penha nas escolas estaduais. Segundo a lei, todos os anos, no mês de março, os colégios estaduais realizarão atividades para instituir os jovens sobre a Lei Maria da Penha, que criminaliza e pune atos de violência contra mulher.

6.3 LEI FEDERAL Nº 12.031/2009

A Lei Federal Nº 12.031/2009 determina obrigatoriedade do Hino Nacional nos estabelecimentos de Ensino Fundamental uma vez por semana.

6.4 LEI ESTADUAL Nº 18.118/2014

A Lei Estadual Nº 18.118/2014 dispõe da proibição do uso de aparelhos eletrônicos, durante o horário de aulas para fins não pedagógicos no Estado do Paraná.

6.5 LEI ESTADUAL Nº 18.424/2015

A Lei Estadual Nº 18.424/2015 trata da Instituição do Programa Brigada Escolar – Defesa Civil na Escola.

7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, aborda em diferentes artigos a necessidade da escola manter padrão de qualidade na oferta do processo de ensino e de aprendizagem. No artigo 3º quando declara os princípios da educação, no inciso IX, registra garantia de padrão de qualidade. No artigo 4º, ao referir-se ao dever do estado com a educação, expressa a garantia de padrão de qualidade, no inciso IX, “padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como variedade e quantidade mínimas por aluno de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”.

O trabalho da escola consiste em garantir padrão de qualidade da aprendizagem por meio dos serviços prestados. Assim, deve avaliar o processo e promover intervenções por meio de metas e ações. Neste contexto há a necessidade da promoção da participação de todos os segmentos da escola na discussão e definição dos processos que asseguram o padrão de qualidade almejado.

A avaliação institucional é uma forma de conhecer o que pensam os diferentes segmentos, seus anseios, fragilidades e pontos fortes. A partir dos resultados a gestão tem condições de promover e estimular a melhoria do

desempenho de toda a equipe escolar, estabelecendo a sintonia do trabalho e entre as pessoas.

Avaliação dos docentes e agentes educacionais

Todos os componentes da comunidade escolar serão submetidos à avaliação de desempenho profissional obedecendo os seguintes critérios: Produtividade, Participação, Pontualidade e Assiduidade. A avaliação será presidida pelo diretor, com a presença dos avaliadores, tendo um secretário escolhido entre os presentes que registrará em ata a reunião. Para efeitos de desempenho pedagógico educacionais os profissionais serão levados a refletir sobre a prática através de autoavaliação realizado em momentos destinados a reuniões pedagógicas, com o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Currículo

A avaliação curricular deve proporcionar aperfeiçoamento constante a fim de responder a necessidades reais do sistema escolar, dos alunos e dos professores. É preciso destacar que o currículo tem papel fundamental na concretização do Projeto Político-Pedagógico da escola, assim é preciso constante avaliação a fim de verificar se o mesmo está cumprindo com sua função. Esta avaliação deve acontecer em vários momentos no decorrer do processo através de reflexões acerca do que se almeja, ou seja, se o currículo está proporcionando ao aluno uma educação que o prepare para o futuro através da transmissão de conhecimentos e valores de uma cultura ao mesmo tempo em que desenvolve o espírito crítico.

Neste sentido, visando a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a prática reflexiva da avaliação institucional, estabelecem-se como possibilidades de ação:

- A conscientização acerca da necessidade da comunidade no processo de avaliação da instituição;
- O levantamento dos fatores que dificultam o processo democrático na escola e a busca de soluções para os problemas levantados;

- A discussão permanente acerca dos limites e possibilidades encontrados na prática institucional;
- A consolidação da possibilidade de debate reflexivo entre direção, professores, equipe pedagógica, alunos e pais, visando a concretização de uma prática educativa emancipatória, libertadora e transformadora

8. PERIODICIDADE DO PPP

Por se tratar de uma proposta político-pedagógica de cunho emancipatório, o Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual de Pato Branco não assume caráter estático, mas deve ser considerado como um documento vivo e dinâmico. Sua avaliação, portanto, será constante e, a partir dela, poder-se-á reorientar a prática educativa na instituição.

O Projeto Político-Pedagógico Pedagógica deve ser revisto anualmente face às estratégias utilizadas no diagnóstico, os princípios didático-pedagógicos definidos, o planejamento das ações, as tomadas de decisões coletivas e a execução das ações por todos os segmentos da comunidade escolar.

9. DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS

Sabemos que o conhecimento é produto da realidade social, objetiva, concreta, portanto, os Desafios Educacionais Contemporâneos inseridos na escola e nas políticas educacionais, hoje são marcos legais. Sendo assim, tais leis e lutas históricas e coletivas da humanidade não serão negados pela escola, nos são chamados ao currículo quando fazem parte da totalidade de um conteúdo nele presente e como necessidade para a explicação de fatos sociais, seja por questões de violência, drogas, sexualidade, meio ambiente, idoso, saúde, alimentação, música, história do Paraná, ou por questões das relações étnico-raciais, ou, ainda a Educação Fiscal e de Trânsito como meio de possibilitar o pleno exercício da cidadania.

9.1 Sexualidade

Nossa história é marcada por lutas sociais com intuito de superar discriminações, seja no âmbito étnico-racial, seja no preconceito de gênero e também no de orientação sexual.

A luta pela superação das desigualdades no âmbito da sexualidade, iniciou grandes mobilizações no século XX, tinha por objetivo mostrar a sociedade que o preconceito apoiado na virilidade masculina e da submissão feminina, manifesta-se por meio de ameaças, agressões e constrangimentos.

Atualmente a discriminação por orientação sexual é, muitas vezes, demonstrada com agressões como feito no século passado com as mulheres. Diante da situação do preconceito historicamente enraizado, episódios de discriminação ocorrem na escola, e se refletem como desafios postos pela sociedade. A escola não pode negar tais determinantes e precisa estar preparada para trabalhar com esses desafios, tendo como intencionalidade esclarecer as razões históricas que desencadeiam os acontecimentos e refletir com o coletivo escolar com vistas a superar quaisquer formas de discriminação.

A escola tem a responsabilidade de desempenhar sua função social primeira que é a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos ao longo da humanidade e através dessa mediação possibilitar a construção de novos saberes. Diante da clareza de sua ação na sociedade, organiza os conhecimentos da forma mais adequada as diferentes etapas da formação dos sujeitos, nesse sentido traz o debate social de acordo com o recorte do conteúdo. Sempre com sua intenção pautada na superação das desigualdades.

A escola, por ser espaço contraditório, pode reproduzir ou transformar as relações de desigualdades. Nesse sentido é preciso reconhecer a diversidade e enfrentar o preconceito e discriminação no espaço escolar através da convivência da comunidade escolar e com base a legislação vigente no que diz respeito a **ideologia de gênero ou orientação sexual na educação**. O Decreto PROJETO DE LEI N.º 1.859, DE 2015. Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Art. 1º Esta Lei acrescenta Parágrafo Único¹ ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para prever a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação.

“Art. 3º Parágrafo único: *A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual.’*” (BRASIL, LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. 9394/96– Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.).

Diante a inúmeras discussões presentes no Congresso Nacional nos últimos anos acrescenta O artigo 3º da Lei 9.394/96 da LDB um novo parágrafo, estabelece que o ensino nacional será ministrado com base nos seguintes princípios:

III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;”

Estas determinações constam no contexto da Constituição de 1988, na qual se encontram outros princípios fundamentais que limitam, com razão, porque

qualquer valor e norma social deve ser coerente com os demais valores e normas sociais. **O princípio da liberdade**, mas ele não pode ser estendido até o ponto de constituir-se na violação da liberdade de todos os demais.

Assim, vemos que o Art. 226 da Constituição a Carta Magna estabelece o princípio segundo o qual:

“A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.” E ainda. Artigo 205, que a educação não é somente dever do Estado, mas.

“Direito de todos e dever do Estado e da família”.

Cabe a escola também se inteirar sobre as tomadas de decisão e determinações mundiais dos gêneros.

A partir de uma conferência de Yogyakarta em Pequim, programada para discutir e aprofundar a “Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”, já aprovada em 1979 pela Assembleia Geral da ONU. A comissão organizadora da Conferência de Pequim, habilmente substituiu no documento a ser debatido os conceitos de ‘mulher’ e ‘discriminação contra a mulher’ por ‘gênero’ e ‘discriminação de gênero’, mas de tal modo que, no contexto do documento, todas estas expressões pareceriam significar sinônimos.

Neste sentido, não existiria uma forma natural de sexualidade humana e fazer da heterossexualidade uma norma não seria mais do que reforçar os papéis sociais de gênero.

Como educadores temos a responsabilidade de não contribuir para o aumento da discriminação contra aqueles que não correspondem a um ideal de normalidade na sociedade hegemônica. Porém, fomos socialmente educados para termos atitudes compatíveis com cada gênero, essa pseudo divisão influencia nossas relações sociais e se faz necessário uma análise constante das nossas próprias atitudes.

O preconceito, na escola pode ser manifestado em forma de apelidos, isolamento/exclusão do grupo, perseguição, agressão verbal ou física. A prática pedagógica adotada no CEPB para evitar possíveis manifestações de comportamentos desrespeitosos ou violentos, estará voltada para ações de

conscientização, por meio do conhecimento e reflexão crítica sobre o assunto, ajudando a eliminar tais atitudes, tais práticas devem ser abordadas em todas as disciplinas.

A escola tem se utilizado por práticas pedagógicas que envolvam:

Palestras com profissionais das diferentes áreas que possam contribuir com os temas:

Área do Direito:

1. Violência Doméstica contra a Mulher _ Lei Maria da Penha;
2. Violência contra animais;
3. Racismo _ Legislação;
4. Homofobia_ Diversidade cultural de alunos homossexuais (gênero).

Um desafio para muitos educadores é ter um olhar de reflexão sobre a sexualidade, para além do biológico, perceber que a sexualidade manifestada de forma carregada de preconceito gera desigualdade e violência. Para que essas questões sejam abordadas em sala de aula de maneira fundamentada, buscamos subsídios teóricos nos momentos de capacitação, reuniões pedagógicas e em conversas na hora-atividade. Tendo sempre a clareza de um enfoque não fragmentado e superficial e sim trabalhado na dimensão do conteúdo. Compreendendo que os desafios educacionais são parte da realidade histórica, social, política e econômica.

A educação sexual no Brasil foi inserida nas escolas a partir dos anos 60, por meio das Diretrizes e Bases da Educação, que visava orientar os adolescentes por meio de programas de saúde, surgindo a partir dos anos 90 uma nova abordagem sobre a educação sexual pautada nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN (BRASIL, 1997) que definiram a orientação sexual como um dos temas transversais que devem perpassar toda concepção e estruturação do ensino fundamental e médio em nosso país.

A educação sexual propõe ensinar e explicar situações ligadas ao sexo, buscando esclarecer algumas das muitas dúvidas dos jovens sobre preservativos, DSTs, organismo masculino e feminino, anticoncepcionais e gravidez. A orientação sexual por sua vez, é um tema que procura relacionar a sexualidade do indivíduo

com seu contexto social e ao mesmo tempo visa contribuir em uma sensação de bem estar no desenvolvimento dessa sexualidade.

A orientação sexual é de fundamental importância na atualidade e principalmente no espaço escolar, visto que a idade média da primeira relação sexual entre os jovens está entorno dos 15 anos, portanto, se faz necessário que a escola prepare seus alunos para poder viver essa experiência com prazer e responsabilidade, para isso se faz necessário que a escola rompa com alguns tabus e preconceitos de ordem cultural e pessoal que sonda as escolas.

A educação sexual na escola; A sexualidade faz parte e está presente na vida de todo ser humano, pois esta contribui na construção social de cada sujeito. A todo o momento as escolas se deparam com novas exigências referentes a se saber trabalhar com a sexualidade, não só por meio das atitudes de seus alunos, mas também através de sua fala e sua prática.

Falar sobre sexo ainda hoje, agrega muita polêmica e, apesar de todas essas exigências, falar sobre sexualidade é invadir um solo fértil em tabus e reticências. Muito se fala em discutir a sexualidade, porém pouco se discute. De acordo com o PCN de Orientação Sexual: A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, por meio das relações familiares.

Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças e os adolescentes assumam. (BRASIL, 1997, p.83). Desse modo, a sexualidade está presente diariamente na vida de jovens e adolescentes, pois ela não aponta apenas a parte biológica, mas também se encontra nos aspectos históricos e culturais, criando valores, “[...] cabendo à escola abordar os mais diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade, visando auxiliar o aluno a construir em si, uma autorreferência por meio da reflexão” (BRASIL, 1997, p. 83). Diante de tantas formações contrárias que os jovens se deparam em seu cotidiano, acerca da sexualidade, faz-se necessário que a escola, enquanto espaço de reflexão e de formação de saberes e valores oportunizem discussões, que favoreçam hipóteses para defesa e reflexão de nossos jovens perante sua própria sexualidade e, também, responda às suas constantes indagações.

É preciso para que isto ocorra que os professores estejam informados e que tenham domínio, sobre o que abordam. Para tanto, os professores devem possuir

formação específica, para que possam passar para as crianças, os adolescentes, os jovens e até mesmo os adultos, informações que contribuam ao desenvolvimento e exercício de sua sexualidade com prazer e responsabilidade. A escola deve buscar acrescentar valores aos seus alunos, e junto com os educadores mais uma vez tenta mostrar de forma delicada e precisa que essa sexualidade, deve atuar em seu próprio benefício e não contra eles, como muitos jovens e adolescentes pensam.

Dessa forma, seja qual for a visão sobre o assunto, é importante ainda que se possa manter uma relação de compreensão e aceitação de sua própria sexualidade. Nessa perspectiva, espera-se que o professor possua conhecimento sobre o tema, para levar a seus alunos informações claras e adequadas, estabelecendo uma relação de confiança entre os mesmos, respeitando a opinião dos alunos e seja ainda aberto e flexível ao diálogo quando necessário. A sexualidade faz parte da vida de todo ser humano, e não há como discutir tal fato.

O cotidiano escolar se depara a todo instante com a cobrança de saber lidar com a sexualidade, não só por meio das atitudes dos alunos, mas também e especialmente através de sua fala, gestos, crenças, olhares e outras formas de manifestações. Isso foi constatado na nossa pesquisa quando solicitamos que os alunos definissem o que era sexualidade. Por diversas vezes eles respondiam com expressões diversas que iam desde a questão do ato sexual, gênero, até a opção sexual de cada um. Isso só mostra que realmente os estudantes não conhecem de fato o seu verdadeiro significado, e por não conhecerem procuram esclarecer do jeito que entendem ou que ouviram ou viram através de meios de comunicação como TV, internet e jornais. “Todas essas questões são trazidas pelos alunos para dentro da escola. Cabe a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa. [...]” (BRASIL, 1997, p. 77).

9.2 VIOLENCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

A escola enquanto instituição de ensino e por se tratar de um espaço que abrange uma enorme diversidade de convivência social, tem se preocupado com a projeção da Violência, que por vezes, se manifesta no espaço escolar. Tal preocupação, tem como norte ações conjuntas entre escola e outras instituições

que respondem pelos casos de violência as crianças e adolescentes. Daí a necessidade prevista no Projeto Político Pedagógico da escola de fazer menção ao assunto.

A violência é, antes de tudo, uma **violação dos direitos humanos fundamentais**, manifesta-se sob diversas formas, nos mais diferentes espaços e em todas as classes sociais, afetando a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Os maus-tratos, abuso ou violência doméstica, que se configuram como campo de atuação dos pediatras, são mais visíveis nas camadas populares empobrecidas que, utilizando os serviços públicos de saúde como ambulatórios e serviços de emergência, de assistência social e outros, conferem maior visibilidade a esses eventos. Nas classes economicamente favorecidas, o sigilo que envolve as agressões é garantido em consultas particulares, seja com médicos, psicólogos e outros profissionais em serviços privados.

Os **maus-tratos sofridos na infância e adolescência**, fases da vida de maior vulnerabilidade, por serem praticados, em sua maioria, no âmbito intrafamiliar, são encobertos por um complô de silêncio, justificado, muitas vezes, pelas alegadas inviolabilidade do lar e não invasão da sua privacidade. Esses argumentos dificultam a atuação preventiva e o adequado encaminhamento das vítimas, podendo se perpetuar por meses e anos. Cabe ao pediatra, médico encarregado pelo acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente, incorporar em sua anamnese, exame físico e, fundamentalmente, na escuta empática da família e do seu paciente – crianças e adolescentes, elementos que possam subsidiá-lo para afastar ou suspeitar e/ou confirmar um caso de violência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente oferece importante instrumento para que a sociedade e o Estado possam, reconhecendo o protagonismo desses sujeitos, buscar superar as formas de violência que prejudicam o seu crescimento e desenvolvimento e, portanto, o desenvolvimento social.

A Carta Magna e as normativas internacionais, como a Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança, a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1990 (ratificada pelo Brasil e outras 192 nações), no seu Artigo 3º, estabelece que:

"todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança".

Consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8069/90 a garantia da criação de condições de exigibilidade para os direitos dessa população. Expressam juridicamente a estes sujeitos a proteção prioritária pela sua condição peculiar de pessoas em período de crescimento e desenvolvimento, na perspectiva da proteção integral. O ECA, em seu Artigo 5º, dispõe que:

"nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

Nas últimas décadas no Brasil se amplia as instituições normativas e jurídicas de proteção a crianças e adolescentes que garantem, ao menos na letra da lei, seus direitos humanos fundamentais.

O atual Direito Constitucional da Infância e Adolescência, expresso no Brasil pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 227, prescreve:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". (CF, 1988).

No que concerne à Saúde, o ECA apresenta artigos que vão do 7º ao 14, e outros, como os Artigos 87, 130 e 245, dirigidos aos maus-tratos e às penalidades que constam da lei em caso de descumprimento da obrigatoriedade da notificação ao Conselho Tutelar.

O ECA prevê, ainda, a participação da sociedade por meio dos conselhos de direitos e tutelares, sendo imprescindível a referida parceria para o atendimento das vítimas.

A existência do arcabouço jurídico-institucional não exclui outros pressupostos que, a serem respeitados, levam a uma sociedade mais solidária e, em consequência, menos violenta, a saber: recursos no orçamento público para as políticas voltadas à infância e adolescência; garantia do pleno funcionamento dos conselhos de direitos e tutelares e criação destes onde eles ainda não existirem; ampliação do acesso à educação infantil de qualidade; melhora da qualidade do ensino fundamental; ampliação e melhoria do atendimento pré-natal; assegurar a ampliação da licença-maternidade para 6 meses a todas as mulheres do país; respeito às diversidades e a todas as pessoas em quaisquer circunstâncias.

Para Cecília Minayo (2006), a violência tornou-se um problema de saúde pública por ser um fenômeno sociohistórico; a violência não é, em si, uma questão de saúde pública e nem um problema médico típico. Mas ela afeta fortemente a saúde porque:

Provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem número de agravos mentais e emocionais;

- ✓ Diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades;
- ✓ Exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde;
- ✓ Coloca novos problemas para o atendimento médico preventivo ou curativo;
- ✓ Evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos.

Abaixo o organograma da natureza da violência no sentido de auxiliar o mapeamento das dimensões e situar a escola nas possíveis manifestações e possíveis encaminhamentos a atendimento e prevenção.

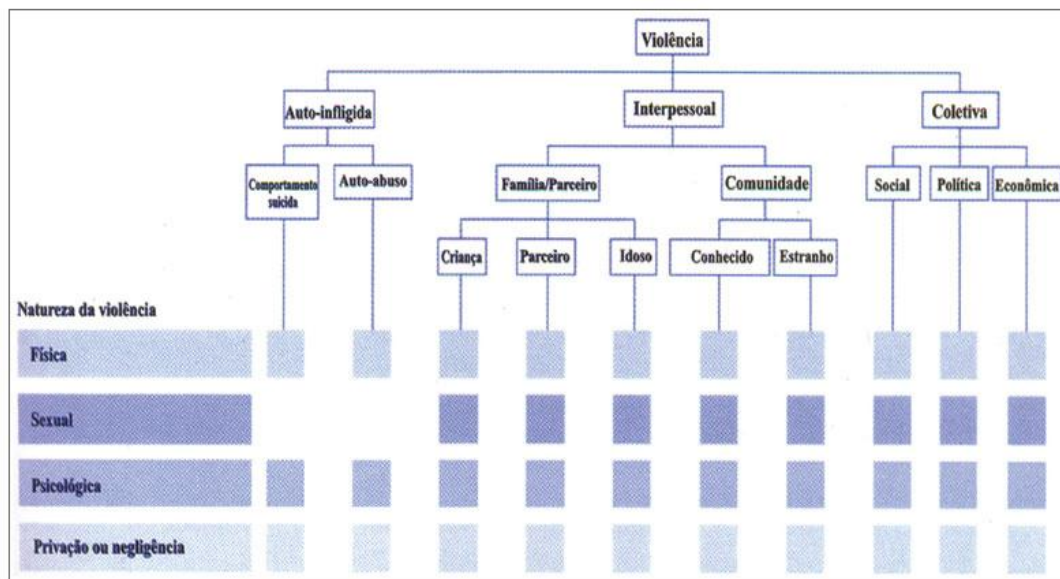


Figura nº 1. Tipologia da violência segundo OMS, 2002. Tipologia da Violência.

As sociedades têm submetido crianças e adolescentes a inúmeros tipos de violência, sendo a de cunho doméstico uma das mais comuns. Trata-se de uma violência intra-classes sociais e que permeia todas as classes sociais. Segundo Azevedo; Guerra, 1993

Violência intrafamiliar designa a violência que ocorre na família, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio. *A violência doméstica*, por sua vez, não se limita à família. Envolve todas as pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico, vinculadas ou não por laços de parentesco. E a *violência contra a mulher*, embora ocorra frequentemente no espaço doméstico e familiar, não se restringe a ele. É perpetrada por parentes e não-parentes, dentro e fora do domicílio. (AZEVEDO & GUERRA, 1993).

Como está pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo". A violência doméstica configura-se como: a - Violência física corresponde ao uso de força física no relacionamento com a criança ou o adolescente por parte de seus pais ou por quem exerce de autoridade no âmbito familiar. Esta relação de força baseia-se no poder disciplinador do adulto e na desigualdade adulto-criança. A literatura é muito controversa em termos de quais atos podem ser considerados violentos:

a simples palmada no "bumbum", agressões com armas ou instrumentos e até a imposição de queimaduras, socos, pontapés, entre outros. A falta de consenso sobre atos e comportamentos considerados violentos se relaciona ao fato do tema estar amplamente permeado por

A partir das considerações de ordem teórico-conceituais e dos dados apresentados, estabelecem-se linhas de ação que possam propiciar a criação de políticas de saúde para se enfrentar o problema. Trata-se essencialmente de uma proposta de formação a ser implementada nas equipes multiprofissionais de saúde, abrangendo as áreas de ensino, pesquisa, assistência e extensão de serviços à comunidade. São previstas as seguintes linhas de ação:

O Ensino considera-se que é estratégico o papel das escolas de 1º e 2º graus na prevenção e identificação dos casos, e que é obrigatória a notificação por parte dos profissionais de educação, nos casos envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos (ECA, art. 245). Dessa forma, aponta-se a necessidade de se incluir, como conteúdo programático nos cursos de Formação em Ação promovidos pela Secretaria de Estado de Educação _ SEED capacitar os professores quanto o tema da violência contra crianças e adolescentes, possibilitando enfrentar adequadamente o problema. Ressalta-se a importância da inclusão do tema nos currículos escolares que deverá ser trabalhado nas diferentes disciplinas quando o conteúdo oportunizar, viabilizando aos alunos a conscientização dos seus direitos, a prevenção e a identificação de situações de violência.

Lembrando que, a nossa escola possui o Curso Técnico de Enfermagem de nível Médio, o qual desenvolve projetos de treinamento e reciclagem para a identificação, tratamento e prevenção dos casos de violência contra crianças e adolescentes, quando é o caso.

9.3 USO INDEVIDO DE DROGAS

Se fizermos uma retrospectiva histórica do uso de drogas iremos perceber que esta história é bem antiga. O haxixe é fumado na Ásia a muitos séculos. Os índios de alguns países da América do Sul sempre mascaram – mascam – folhas de coca para atenuar suas dores.

A droga não era símbolo de nada, apenas ajudava as pessoas miseráveis a sobreviver e sofrer um pouco menos.

O álcool também era e é visto ainda, como uma “solução” para amenizar problemas. É a droga preferida dos mendigos a fim de que os mesmos pudessem suportar as noites de frio; também é usado como remédio para a dor de cotovelo, para facilitar a socialização. O álcool também simboliza vitórias, é usado para todo o tipo de comemoração de coisas boas, de sucesso.

No século XX se observam mudanças em relação às drogas. Elas foram se transformando em símbolo de status. (No século passado esse processo já existia com o álcool e o tabaco).

As propagandas de cigarro, por exemplo, eram sutis e inteligentes. Cada vez mais associávamos o uso de uma determinada marca aos símbolos de masculinidade, de riqueza e status sociais.

Com as bebidas alcoólicas, ocorria a mesma coisa. Os astros do cinema tomavam um “trago” de bebida forte cada vez que tinham que dar uma notícia grave e quando recebiam uma notícia boa ou não.

O esquema da propaganda, de associar liberdade sexual, sensação de superioridade e de vaidade foi usada também em relação as drogas proibidas. No cinema dos anos 60 e 70, novos heróis, liberados e irreverentes, apareciam fumando maconha. Nos anos 80 passamos a ter informações dos efeitos da cocaína e que as estrelas do rock cheiravam esta droga constantemente. É evidente que as propagandas se aproveitaram da enorme necessidade que o jovem tem de se afirmar para lhe vender todo tipo de mercadoria.

Tratar sobre a problemática das drogas implica considerar que elas estavam, estão e estarão presentes no cotidiano social e cultural da humanidade. Além disso, estudos demonstram a disseminação de novas drogas, a precocidade de seu uso e sua associação com atos valentes. Percebe-se o quanto o assunto drogas é polêmico e a necessidade de preparo para abordar tal tema no campo educacional.

Prevenir o uso indevido de drogas constitui ação de inquestionável relevância nos mais diversos contextos sociais – escola, família, comunidade, empresa, dada a complexidade da questão e os prejuízos associados ao abuso e à dependência de substâncias psicoativas.

A escola é uma das instituições que abriga a maior parte das crianças e dos adolescentes de uma comunidade ou município. Frequentemente é na fase escolar que o adolescente tem o primeiro contato com o mundo das drogas. O problema é que o uso precoce de drogas pode afastar o adolescente de seu desenvolvimento normal, impedindo-o de experimentar outras atividades importantes nessa fase da vida.

A adolescência é um período marcado por inúmeras transformações e importantes. No entanto, fatores como o uso de drogas podem transformar o adolescente em um adulto problemático com sequelas irreversíveis para o desenvolvimento de sua vida futura. O consumo de drogas nessa fase pode trazer sérias consequências físicas e/ou psíquicas para o desenvolvimento, como déficits cognitivos, problemas físicos, envolvimento em acidentes e infrações.

A curiosidade natural dos adolescentes é um dos fatores de maior influência na experimentação de álcool e drogas, ao lado de fatores externos, como a opinião dos amigos e a facilidade de obtenção dessas substâncias. O adolescente vive o presente, busca realizações imediatas e os efeitos das drogas vão ao encontro desse perfil, proporcionando o “prazer” passivo e imediato.

É urgente uma discussão mais crítica e politizada sobre o tema drogas. É preciso considerar uma prática escolar fundamentada numa relação dialógica entre professores e alunos e destes com o mundo. Assim o trabalho desenvolvido deve seguir uma perspectiva crítica, histórica e pedagógica que visem descobrir maneiras diferentes de pensar sobre as drogas.

O trabalho pedagógico sobre a prevenção ao uso indevido de drogas deve aproximar as discussões da realidade local, considerando necessidades e dificuldades da própria escola.

Hoje a escola está apoiada pelo programa da Patrulha Escolar Comunitária promovido em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná SEED em ação na rede de proteção à criança e ao adolescente. Este programa tem sido muito eficaz, pois nele atuam profissionais especializados a enfrentar as situações que possam se apresentar no espaço escolar e em suas mediações.

O Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) foi criado no Paraná para atender as comunidades escolares com os Programas Patrulha Escolar Comunitária (PEC) e Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

(Proerd) e tem por finalidade o desenvolvimento da ampla rede de proteção à criança e ao adolescente por meio da educação preventiva sobre drogas e violência, seja pela aplicação dos Programas citados, ou pela realização da atividade especializada de policiamento que prevê a antecipação aos atos delituosos, sempre com o fim de transformar o ambiente escolar pela mudança de atitudes.

Temáticas abordadas no currículo:

- Conceito de sociedade contemporânea;
- Concepção de educação, mundo, escola, homem, sociedade, injustiça, desigualdade social, pobreza, racismo, preconceito e discriminação;
- Criminalidade e drogas crescente entre mulheres;
- Conceitos de drogas, uso indevido, dependência, tolerância, síndrome de abstinência;
- O papel da mídia no uso indevido de drogas;
- Preconceito e discriminação aos usuários de drogas;
- Atos de violência associados ao uso indevido de drogas.
- Cada um é responsável pelas suas escolhas;
- Educação como meio de tornar as comunidades menos vulneráveis as drogas e ao crime.

METODOLOGIA

É fundamental um trabalho articulado entre as instituições públicas e destas com a sociedade civil organizada e com a comunidade escolar para assumir um processo preventivo frente às drogas.

Propõe como metodologias preventivas ao uso indevido de drogas:

- Debates
- Filmes
- Palestras com profissionais capacitados
- Estudos de texto sobre sociedade, drogas e violência
- Pesquisas
- Entrevistas a profissionais que convivem com usuários, familiares de usuários;
- Cartazes, faixas de conscientização;

- Teatro sobre o tema

- Seminários

O trabalho será desenvolvido no decorrer do ano letivo, em todas as disciplinas e exposição dos trabalhos desenvolvidos na Semana de 20 a 25 de setembro.

Sendo nesta semana intensificada as discussões sobre o assunto. Utilizando a primeira aula do dia, nos três turnos, para reflexão sobre o tema.

9.4. EDUCAÇÃO FISCAL/TRIBUTÁRIA

Com abrangência Nacional, o Programa de Educação Fiscal/tributária focaliza alunos e professores das escolas de ensino fundamental e médio.

A partir do enfoque na educação como mecanismo de transformação social, será norteadada pelos princípios políticos, estéticos e éticos das Diretrizes Curriculares Nacionais, pela legislação educacional vigente e pela autonomia das instituições de ensino.

A Educação Fiscal e tributária deve tratar da compreensão do Estado, suas origens, seus propósitos do controle da sociedade sobre os gastos públicos.

O Programa de Educação Fiscal deve estar comprometido com a construção da cidadania, solidariedade, ética, transparência, responsabilidade fiscal e social.

Além disso, ter a missão de estimular a mudança de valores, crenças e culturas do indivíduo, na perspectiva da formação de um ser humano integral, como o meio de possibilitar o pleno exercício da cidadania. Esta temática será abordada nas diversas disciplinas propostas.

Encaminhamento Metodológico que poderá ser desenvolvido em todas as disciplinas, quando o conteúdo oportunizar.

- Textos sobre o tema exposto;

- Vídeos;

- Conscientização – ação;

- Pesquisas;

- Debates;

- Enquetes;

- Visita a uma sessão da Câmara Municipal;
- Cartazes;
- Faixas;
- Participação grêmio estudantil.

9.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Lei Federal 9.795/99, DEC. n 4201/02)

Para dar início às discussões e para fomentar a ação do professor na Educação Ambiental é importante o conhecimento de documentos que amparam a inserção das questões ambientais no currículo escolar, tais como:

- Código Florestal (1965) que estabelece no artigo 43 a semana florestal a ser comemorada obrigatoriamente nas escolas e outros estabelecimentos públicos.

- Política Nacional de Meio Ambiente (1981). Artigo 2º, inciso X, da Lei 6938 de 1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente.

- Constituição Federal (1988) – O capítulo VI, dedicado ao meio ambiente tornou a Educação Ambiental dever do Estado.

- Constituição do Estado do Paraná (1989), Capítulo V, Art. 207, Parágrafo 1º, item X, responsabiliza o Poder Público em “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

- Agenda 21 (1992) – criada na Rio 92 e no capítulo 36, propõe um esforço global para “conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicos e comportamentos, em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisões.”

- Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996). O artigo 26, inciso 1º obriga o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”.

- Lei 9795/99 e Decreto 4281/02 – Institui a Política Nacional de Educação Ambiental regulamentada pelo decreto em 2002.

- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental – Encontra-se no Conselho Nacional de Educação, em análise, esta proposta conjunta dos gestores federais da Educação Ambiental.

Esses documentos permitem orientar o professor quanto a questão legal da educação ambiental. Torna-se necessário que mais do que informações e conceitos a escola se proponha a trabalhar com atitudes, formação de valores, comportamentos ambientalmente corretos aprendidos na prática do dia-a-dia, como por exemplo hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes dentro e fora da escola.

Considerando que o ambiente é também uma construção humana a abordagem dos conteúdos devem permitir atuar na realidade a fim de modificá-la.

A escola é um espaço privilegiado de conscientização e educação permanente e continuada da questão ambiental.

Mas a escola não é a única a formar possível o sonho da conscientização ambiental é preciso uma política estruturante que propicie a todos e a cada pessoa tornarem-se educadoras ambientais de si próprias atuando nas suas comunidades.

Na educação escolar é preciso que o professor pense na educação ambiental sob uma perspectiva provocadora, tendo como premissas o exercício da cidadania quanto ao acesso aos bens ambientais, enfocando o caráter coletivo de sua responsabilidade pela sustentabilidade.

Encaminhamentos Metodológicos

- Textos sobre o tema;
- Filmes, documentários;
- Pesquisas;
- Debates;
- Enquetes;
- Cartazes e faixas;
- Reaproveitamento de material reciclável na escola.

Cada disciplina poderá abordar o tema utilizando metodologias diversificadas no decorrer do ano letivo.

No dia 05 de junho, dia do meio ambiente, poderá ser feito o dia da consciência ambiental com exposições sobre o tema.

O Colégio Estadual de Pato Branco oferta em sua estrutura um espaço denominado “Jardim Literário”, com intuito de propiciar momentos ao ar livre para leituras, debates, dinâmicas, meditações, enfim aulas diversificadas em um lugar

diferenciado para que o educando possa motivar-se, buscando o prazer e o gosto pelo conhecimento e ao ato de ler.

9.6 HISTÓRIA DO PARANÁ (Lei nº 13.381/01)

A assembleia legislativa do Estado do Paraná decretou a Lei nº 13.381/2001, a qual torna obrigatória no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública o ensino de História do Paraná. Estudar a História local e regional é de suma importância para que a partir de suas peculiaridades, possamos entender melhor a História Geral, partindo do micro para o macro. Conhecendo nossa história regional é possível um melhor entendimento de nossa história nacional. A História regional não foi amplamente abordada até as últimas duas décadas do século XX, sendo alvo de críticas por sua semelhança com a “história relato” e ou positivista, mas com o movimento historiográfico dos Annales, houve uma renovação e ampliação dos campos e territórios do historiador. Essa mudança de pensamento concretizou-se em trabalhos mais sistematizados de cunho regional que se apropriaram do conceito de região para uma abordagem mais aprofundada de seus pressupostos teóricos-metodológicos.

Compreendemos que para podermos conhecer o mundo devemos começar pela “nossa casa”. Conhecendo a História do Paraná, é possível dissolver as distâncias entre a história local e a história do Brasil.

Baseando-se nesses conceitos, compreenderemos a importância que o estudo da História do Paraná nas diversas disciplinas, desenvolvendo um processo de conhecimento mais amplo e significativo, possibilitando ao aluno identificar e entender a construção histórica regional e qual a sua relevância para a construção da História Nacional, entendendo também seu papel na sociedade em que está inserido.

9.7 MÚSICA (Lei nº 11.769/08)

Esta lei altera a Lei 9394/96 que passa a vigorar acrescido o inciso 6º, na qual estabelece que a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo na educação básica. Sendo assim, as escolas teriam 3 (três) anos para se adaptarem a

partir da data da publicação que se deu no dia 18 de agosto de 2008. Mas esta aprovação mediante o veto do Art. 2º, no qual desobriga que o professor tenha formação específica em Música, sob a alegação que nenhuma das disciplinas que estão no currículo da LDB tem esta especificidade.

No Estado do Paraná, os conteúdos de Música sempre estiveram presentes nas orientações para o trabalho pedagógico com a disciplina de Arte na Educação Básica e muitas ações foram desenvolvidas para a implementação e valorização, tais como:

- A Construção das Diretrizes Curriculares Estaduais de Arte para a Educação Básica que contempla entre as áreas de Arte, a Música e seus respectivos conteúdos com encaminhamento metodológico;
- Elaboração do Livro Didático Público de Arte, para o Ensino Médio, com cinco capítulos referentes ao Ensino da Música;
- Realização de Simpósios de Arte para professores da rede estadual de ensino com minicursos que discutissem o ensino da Música na sala de aula, entre outras ações.

É importante salientar que a realização de três concursos públicos, possibilitou a contratação de professores de Arte, com habilitação em Música, Dança, Teatro e Artes Plásticas/Visuais, entre outras licenciaturas relacionadas à Arte.

Dessa forma, foi grande o aumento de professores contratados para trabalhar com Arte em todas as áreas relacionadas: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. Reiteramos que os conteúdos de Música são obrigatórios, mas não exclusivos, a serem trabalhados na aula de Arte.

9.8 EDUCAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO DIGNO E SAUDÁVEL: UMA QUESTÃO CURRICULAR (Currículo Escolar e o Art. 22 do Estatuto do Idoso).

Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

O documento, vigente desde janeiro de 2004, veio ampliar direitos que já estavam previstos em outra Lei Federal, de nº 8842, de 04 janeiro de 1994 e também na Constituição Federal de 1988 e dessa forma se consolida como

instrumento poderoso na defesa da cidadania dos cidadãos e cidadãs daquela faixa etária, dando-lhes ampla proteção jurídica para usufruir direitos sem depender de favores, amargurar humilhações ou simplesmente para viverem com dignidade.

Nos seus 118 artigos, o Estatuto do Idoso assegura uma série de direitos aos maiores de 60 anos. Conheça alguns deles:

- Atendimento preferencial, imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- Fornecimento gratuito de medicamentos pelo Poder Público, especialmente os de uso contínuo, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação;
- Proibição de discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade;
- Criação de cursos especiais para idosos, com inclusão de conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna;
- Descontos de 50% em atividades culturais, de lazer e esporte;
- Proibição de discriminação do idoso em qualquer trabalho ou emprego, por meio de fixação de limite de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos específicos devido à natureza do cargo;
- Fixação da idade mais elevada como primeiro critério de desempate em concurso público;
- Estímulo à contratação de idosos por empresas privadas;
- Reajuste dos benefícios da aposentadoria na mesma data do reajuste do salário mínimo;
- Concessão de um salário mínimo mensal para os idosos acima de 65 anos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família;
- Prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos;
- Gratuidade nos transportes coletivos públicos aos maiores de 65 anos, com reserva de 10% dos assentos para os idosos;

- Reserva de duas vagas no sistema de transporte coletivo interestadual para idosos com renda mensal de até dois salários mínimos, com desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas;
- Reserva de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados.

O Estatuto prevê ainda punição para quem:

- Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias ou aos meios de transporte, por motivo de idade;
- Deixar de prestar assistência ao idoso, ou recusar, retardar ou dificultar que outros o façam;
- Abandonar idosos em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres;
- Expor em perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes, privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo e inadequado;
- Apropriar-se ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro tipo de rendimento do idoso;
- Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente;
- Coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração.

Dessa forma, o conteúdo do Estatuto do Idoso deverá de forma interdisciplinar dispor sobre papel da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Levar os alunos conhecer os vários aspectos que perpassam essa fase de vida como as questões biológicas, sociais, econômicas e psicológicas. Discutir de forma interdisciplinar a temática havendo a necessidade de atingir a consciência dos jovens de cuidados e respeito para com os idosos.

Num modo geral todas as disciplinas da Base Comum Disciplinar , bem como as da Base Específica dos Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes, tem

possibilidades de trabalhar a temática com exposições fotográficas, linhas do tempo, depoimentos, visitas á Casas de Repouso, Asilos, Palestras afins, debates, leituras de textos e revistas informativas, gráficos, tabelas, relatórios de pesquisas bibliográficas, documentários, enfim inúmeras possibilidades de conhecimentos e/ou aprofundar os conhecimentos acadêmicos do alunado.

Mas o que se tem em mente é a necessidade de trazer a discussão ao currículo e a âmbito escolar.

A avaliação das atividades propostas serão realizadas através da pesquisa, apresentação, debates, visitas de estudos, pesquisas para levantamento de dados, atividades complementares e demais critérios avaliativos conforme proposto no Regimento Escolar.

9.9 HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA (Lei 10.639/2003)

De acordo com a Lei 10.639/03, em seu artigo 1º, a Lei 9394/96, passa a ser acrescida dos seguintes artigos 26-A, 79-A e 79-B. Tais artigos versam:

Art. 26^A – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes á História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-A (VETADO).

Art. 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional de Consciência Negra).

Atualmente, calcula-se que 400 mil índios ocupam o território brasileiro, principalmente em reservas indígenas demarcadas e protegidas pelo governo. São cerca de 200 etnias indígenas e 170 línguas.

Cumprir a lei é responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro junto com diretrizes, pareceres e resoluções.

É preciso lembrar que convivem no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro, africano e indígena e um padrão estético e cultural branco europeu. O fato de a população brasileira ser composta de diferentes etnias, não tem sido suficiente para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil é necessário decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. É preciso compreender que a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos, negros e índios, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projetos conjuntos para a construção de uma sociedade justa, igual e equânime.

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações têm como objetivo fortalecer a diversidade e despertar a consciência negra. Entre os negros e índios, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem; para os brancos, poderão permitir que identifiquem a participação e a importância da história e da cultura dos negros e índios do seu jeito de ser, viver, e de se relacionar.

Poderão ser trabalhados nas disciplinas de arte, literatura e história conteúdos referentes à colonização do Brasil como a vinda dos europeus e como foram tratados os povos indígenas que já estavam aqui. O contato com o homem branco fez com que muitas tribos perdessem sua identidade cultural. Por isso se faz necessário retomar o estudo da colonização do Brasil.

Para isso, há necessidade de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimento, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes etnias, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas, na busca da equidade para a construção de uma sociedade mais justa e sem preconceito.

Cada professor dentro de sua disciplina desenvolverá metodologias voltadas para atividades referentes a cultura africana e afrodescendente visando alcançar os objetivos propostos para esta atividade.

Numa etapa posterior organizar uma exposição com o resultado dos trabalhos que poderá ser realizada no dia 20 de novembro em homenagem ao Dia da Consciência Negra.

O Colégio participa ativamente de atividades da Equipe multidisciplinar, capacitação *on line* ofertada pela SEED, com intuito de ter mecanismos de conscientização e ações eficazes para evitar situações desiguais de oportunidades á alunos afrodescendentes e indígenas.

9.10 – HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA (Lei 11.645/2008).

A Lei 11.645/2008 de 10 de março de 2008, tem por finalidade incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, com o intuito de normatizar a obrigatoriedade da inclusão da temática no currículo do Ensino Básico, Público e Privado das questões que permeiam a Cultura afro brasileira e indígena.

Tendo como objetivos principais a valorização do povo afrodescendente e indígena, bem como o respeito ao legado deixado pelos mesmos e a pessoa descendente desses povos.

O conteúdo programático desta Lei se refere aos diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como:

- O estudo da história da África e dos africanos;
- A luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil;
- A cultura negra e indígena brasileira;
- O negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Cada professor dentro de sua disciplina desenvolverá metodologias voltadas para atividades referentes a cultura indígena visando alcançar os objetivos propostos para esta atividade.

Os professores das diversas áreas precisam construir um novo olhar sobre a história nacional e regional/ local e ressaltar a contribuição dos indígenas na Constituição da nação brasileira. Viabilizar estudo sobre as comunidades indígenas que já estava no Brasil antes da vinda dos imigrantes e da colonização Brasileira.

Para isso, é necessário qualificação, estudo e pesquisa por parte dos profissionais da Educação, afim de direcionar positivamente as relações humanas no sentido de oportunizar convivência harmônica, podendo discutir e corrigir posturas, atitudes e palavras preconceituosas para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

9.11 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (Lei Federal n ° 9.503/97)

Sabendo do importante papel transformador da sociedade que a Escola e a Educação possuem, nos últimos anos, dentro das Políticas Educacionais o “trânsito” tem sido abordado como um desafio sócio educacional para colaborar na formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis. Nessa compreensão a Escola e seus pares necessitam:

- Compreender a circulação como forma de participação no espaço público, utilizando os conhecimentos adquiridos para colaborar na construção de uma mobilidade e acessibilidade mais equitativa, democrática e solidária;
- Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas em circulação, favorecendo o convívio em uma sociedade pluralista;
- Sensibilizar-se pela necessidade de justiça, na construção de um espaço de circulação mais equitativo;
- Repudiar as injustiças e discriminações, adotando, no dia-a-dia, atitudes de colaboração e solidariedade na circulação;
- Utilizar e valorizar o diálogo ao compartilhar o espaço de circulação;
- Respeitar a si próprio, por meio da confiança em sua capacidade de escolha de decisões na circulação, capacidade essa que deve legitimar normas morais e valores éticos;

- Valorizar a circulação que favoreça a preservação da vida e a garantia do direito de ir e vir de todo o cidadão;
- Adotar atitudes responsáveis pelo próprio bem-estar e pelo bem-estar de todos com quem compartilha cada momento da circulação.

As temáticas acerca da Educação Trânsito direcionam-se às disciplinas com conteúdos afins, possibilitado que os educandos sejam capazes de:

- Conhecer o espaço onde vivem, tendo a oportunidade de vivenciá-lo e de observá-lo, analisando e refletindo sobre suas características físicas e sociais;
- Compreender o trânsito como a necessidade e o direito que todos têm de locomover-se no espaço;
- Compreender o trânsito como um espaço importante de convivência social para estabelecer relações de respeito mútuo e de cooperação;
- Adotar atitudes de respeito ao espaço público, preservando-o e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes;
- Adotar, no dia-a-dia, atitudes de respeito às normas de trânsito, buscando sua plena integração com o espaço público;
- Assumir posições frente a situações ocorridas no trânsito, emitindo opiniões fundamentadas na legislação e segundo seu próprio juízo de valores;
- Compreender a relação existente entre o trânsito e a poluição atmosférica, sonora e visual, criando e apoiando políticas de preservação ambiental;
- Posicionar-se frente à necessidade do uso de equipamentos de segurança no trânsito, valorizando sua própria vida e de outras pessoas;
- Conceber o trânsito como um espaço público no qual todos têm o direito de ir e vir e estar manifestando atitudes de repúdio frente a situações que impeçam o exercício desse direito;
- Exigir seus direitos enquanto pedestres, passageiros e ciclistas, questionando comportamentos que não respeitem os seus direitos de transitar com segurança.

Tendo em mente como estratégia de ação realização de palestras, leituras informativas, documentários, oficinas para obtenção de conhecimento acadêmico e prático em relação ao tema. Pretendendo que esses alunos sejam multiplicadores

em seu contexto social, sensibilizando seu entorno social podendo melhorar o convívio entre as pessoas.

9.12 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O Decreto 7.037/09, aprova o Programa Nacional de Direitos Humanosⁱⁱ em consonância com as diretrizes, objetivos e ações programáticas estabelecidos pelos órgãos responsáveis.

Segundo o Decreto será implementado de acordo com os seguintes eixos orientadores e suas respectivas diretrizes:

I - Eixo Orientador I: Interação democrática entre Estado e sociedade civil;

a) Diretriz 1: Interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa;

b) Diretriz 2: Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática;

c) Diretriz 3: Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação;

II - Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos:

a) Diretriz 4: Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório;

b) Diretriz 5: Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento; e

c) Diretriz 6: Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos;

III - Eixo Orientador III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades:

a) Diretriz 7: Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena;

b) Diretriz 8: Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação;

c) Diretriz 9: Combate às desigualdades estruturais; e

d) Diretriz 10: Garantia da igualdade na diversidade;

IV - Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência:

a) Diretriz 11: Democratização e modernização do sistema de segurança pública;

b) Diretriz 12: Transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal;

c) Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos;

d) Diretriz 14: Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária;

e) Diretriz 15: Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção das pessoas ameaçadas;

f) Diretriz 16: Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas e medidas alternativas à privação de liberdade e melhoria do sistema penitenciário; e

g) Diretriz 17: Promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos;

V - Eixo Orientador V: Educação e Cultura em Direitos Humanos:

a) Diretriz 18: Efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos;

b) Diretriz 19: Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras;

c) Diretriz 20: Reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos;

d) Diretriz 21: Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público; e

e) Diretriz 22: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos; e

VI - Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade:

a) Diretriz 23: Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado;

b) Diretriz 24: Preservação da memória histórica e construção pública da verdade; e

c) Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia. BRASIL, Decreto, 7.037/09 de 21 de dezembro de 2009 e Deliberação n^o 02/2015).

Uma proposta de currículo para trabalhar os direitos humanos, seja a que nível for, dependem dos conhecimentos que os profissionais envolvidos obtêm, dos valores que interiorizamos e das competências que desenvolvemos. Sendo necessário desenvolver nos alunos conhecimentos básicos trabalhados nas disciplinas afins da temática, e/ou onde se fizer necessário discorrer sobre esses direitos, devido a transgressão dos mesmos por alguém; Temas direcionados aos Direitos Humanos como:

Conceitos fundamentais - a humanidade/ o ser humano; pessoa; natureza humana; a dignidade da pessoa humana; as qualidades essenciais. - Necessidades humanas; necessidades e direitos humanos; direitos naturais; as características dos direitos humanos (universais, inalienáveis, interdependentes e indivisíveis); direitos e deveres.

Princípios e Valores - Liberdade; autonomia; respeito; reciprocidade; cuidado; igualdade; justiça; não discriminação... Valores cívicos; democráticos; a diversidade; o pluralismo; a igualdade de oportunidades; a cidadania...

Violação por direitos não reconhecidos; violação por direitos negados; violações por direitos dificultados ou restringidos, situações de discriminação; a guerra, os refugiados; os desempregados; os trabalhadores ilegais... - as questões dos direitos humanos na escola, no bairro, na comunidade, no país, no mundo... A promoção dos direitos humanos Ações concretas, campanhas...

Instrumentos jurídicos Versões simplificadas da declaração universal dos direitos humanos e da convenção internacional dos direitos da criança; da convenção europeia dos direitos do homem.

Instituições ONU, Unicef, Altos Comissariados da ONU, UNESCO, Conselho da Europa, Tribunal Europeu dos direitos humanos, Amnistia Internacional, Provedoria de Justiça...

A abordagem pedagógica de programa de educação para os direitos humanos, deve ser consistente do ponto de vista dos conhecimentos, competências e atitudes a desenvolver e motivadora do ponto de vista das práticas, das estratégias e atividades a realizar. O aluno tem que dar valor às questões e aos temas que abordam, sentirem que é algo que tem a ver com eles, sobre o que podem opinar, discutir e intervir.

Para um trabalho ativo e participativo, fundamentalmente centrado nas competências e nas atitudes, utilizando metodologias e estratégias que permitam aprendizagem da autonomia, da responsabilidade, do respeito, da tolerância, da solidariedade, do consenso e da ação consciente e empenhada; - Abrangente e integrada, considerado a educação para os direitos humanos como um todo, sem isolar as questões, uma vez que todas as situações têm razões e enquadramentos múltiplos, com consequências e implicações diversas; - Aberto e flexível, sem rigidez, respostas feitas ou soluções fáceis, até por que surgem todos os dias no cotidiano das turmas, das escolas, dos bairros, do país e do mundo, notícias e acontecimentos que podem e devem ser debatidas e estudadas.

Enfim, o Colégio Estadual de Pato Branco deve propiciar um trabalho afinco para desenvolver o convívio humanitário entre os pares que convivem no espaço escolar, bem como preparar os educandos para uma vida em sociedade.

Incomodá-los no sentido de não transgredir o direito do outro e lutar pelos seus. Para isso um trabalho efetivo deve ser constantemente enriquecido para que as futuras gerações possam lutar contra as injustiças sociais.

9.13 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Lei 11.947/09)

De acordo com a Lei 11.947/09, em seus artigos 1º e 2º, pautam a temática sobre os cuidados alimentares e nutricionais da comunidade escolar, bem como a

conscientização e orientação sobre as posturas adequadas para uma alimentação saudável.

A escola tem extrema importância na formação dos hábitos alimentares de seus alunos, e a partir de suas aulas o professor pode apresentar vários alimentos saudáveis às crianças, seus valores nutricionais e as consequências para a vida humana de escolhas do que nos alimentamos.

Outra forma de despertar a atenção do alunado para uma alimentação saudável é estudando os rótulos dos alimentos. A partir dos rótulos podemos saber o que determinado alimento tem como ingrediente, e se ele realmente é saudável ou não. Por exemplo, peça a seus alunos que levem rótulos de alimentos variados para a sala de aula, e a partir de um rótulo, como o de um biscoito de morango, peça que eles pontuem quantos alimentos com sabor “morango” eles conhecem. Em seguida faça alguns questionamentos, como: “Todos esses alimentos foram feitos com morango?”; “Será que a cor ou o sabor desses alimentos foram feitos em laboratórios químicos?”; “Se eu consumir esse produto, o que estarei consumindo?”; “Esse alimento é importante para o desenvolvimento do meu corpo?”; “Esse alimento é saudável?”. Esses e outros questionamentos podem ser feitos para todos os rótulos, e a partir das respostas dadas pelas crianças o professor pode falar sobre a importância de se consumir alimentos naturais, pois eles possuem inúmeros nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo.

Procurando despertar os alunos para uma alimentação saudável, a escola pode desenvolver discussões no qual os professores de todas as áreas podem trabalhar. Por exemplo: na História, os professores podem pedir a seus alunos que pesquisem sobre os hábitos alimentares ao longo dos séculos, e o que mudou; qual o país de origem de cada fruta e hortaliça; qual a influência da cultura na produção e consumo de certos alimentos etc.

Em Língua Portuguesa, os professores podem pedir que os alunos confeccionem cartazes sobre alimentação saudável; redações enfatizando a importância de uma dieta alimentar balanceada e os problemas causados pela má alimentação; poemas e poesias sobre alimentação; pesquisa sobre os hábitos alimentares da comunidade em que vivem, entre outras atividades.

Na matemática, o professor pode trabalhar com seus alunos as porcentagens dos alimentos mais consumidos na escola ou comunidade; como medir os

ingredientes de uma receita e depois prepará-la; fazer uma pesquisa sobre os índices de subnutrição e obesidade no Brasil, e confeccionar gráficos que representem esses índices etc.

Na geografia, o professor pode trabalhar sobre quais fatores influenciam no crescimento e desenvolvimento de frutas e hortaliças; como as frutas e hortaliças produzidas em uma região são transportadas para outras regiões; qual a influência do clima e do solo na produção das hortaliças e frutas etc.

10. REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 3ª ed. Ars Poética. São Paulo 1994.

AZEVEDO, M.A. & GUERRA, V.N. (1988). **Pele de asno não é só estória... um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: EDITORA ROCA.

AZEVEDO, M. A., & Guerra, V. N. A. (1993). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez.

BOCK, Ana Mercês Bahia. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. -- **Psicologias**. Editora Saraiva. 14ª edição. São Paulo. 2008.

BONIOL, J.J; VIAL, M. **Modelos de avaliação: textos fundamentais**. Porto Alegre: Artimed, 2001.

EDLER CARVALHO, Rosita. Educação inclusiva: com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação,2004.

BRASIL. LDB 9394/96: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. Decreto nº 3.298/99. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999

_____. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 aprova o **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3** e dá outras providências. Brasília, 21 de dezembro de 2009. Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=O+Decreto+7.037%2F09%2C+aprova+o+Programa+Nacional+de+Direitos+Humanos&rlz>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

_____. **Lei nº 11.525. Brasília, 25 de setembro de 2007. Disponível em** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11525.htm. Acesso em 04/09/2017

_____. Lei Nº10.172, Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, 09 de janeiro de 2001.

_____. Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da criança e do adolescente.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação especial – MEC; SEESP, 2001

_____. Ensino Fundamental de Nove Anos. 2ª Edição. Brasília, 2007.

CASTANHEIRA, Maria Lucia. MACIEL, Francisca Izabel. **Alfabetização e Letramento na Sala de Aula**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: Ser, Saber e Fazer**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

CROCHIK, José Leon. **O computador no ensino e a limitação da consciência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

EDUCAÇÃO. Instrução nº. 10/2017 – SUED/SEED Estabelece normas e procedimentos para garantir o atendimento escolar aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e aos egressos do Sistema de Atendimento Socioeducacional. Curitiba, 24 de abril de 2017.

_____. Instrução nº 06/2017-SUED/SEED - Organização da hora-atividade nas instituições de ensino da rede pública estadual de ensino do Paraná, que ofertam os Ensinos Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Escolas Especializadas Conveniadas. 30 de janeiro de 2017.

_____. Ensino Fundamental de Nove Anos. Curitiba 2010.

FONSECA, V. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 27.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GAGNÉ, Robert. **Como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro: Ao Livro Teórico, 1998.

GASPARIN, João Luís. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Vol. 3: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GIKOVATE, Flávio. **Drogas: opção de perdedor**. São Paulo: Moderna, 1992.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1989.

JOSÉ, E. da A. & COELHO, M. T. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 4.ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

MARX, Karl H. **O Capital**. I. 1, v. 1. São Paulo: Difel, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p. (Coleção Temas em Saúde).

MOREIRA, Vital (Org.). **Compreender os Direitos Humanos Manual de Educação Para os Direitos Humanos** 3ª edição em Língua Inglesa: European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy (ETC) Graz, 2012.

OLIVEIRA, Pêrsio dos Santos de. **Introdução à Sociologia**. 24.ed. São Paulo: Ática, 2001.

PALANGANA, Isilda Campaner; BIANCHETTI, Lucídio; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. **Autonomia Individual e Sociedade Capitalista**. Comunicações. Piracicaba: UNIMEP, ano 9, n. 1, jun. 2002.

PARANÁ. Lei nº 18118/14. Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos /equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná. Curitiba, 24 de junho de 2014. Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&cod.Ato=123359>. Acesso em 04/09/2017

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 16/99- Regimento Escolar

_____. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 14/99 – Indicadores para elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica em suas diferentes modalidades.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória: Desafio à Teoria e à Prática de Avaliação e Reformulação de Currículo**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 33.^a ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SIMÕES, G. A. G. **A avaliação do desempenho docente: contributos para uma análise crítica**. Lisboa: Texto Editora, LDA, 2000.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto. 2006.

UNESCO Policy Guidelines for Mobile Learning, publicado em 2013 pela **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura** (UNESCO), 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France. A tradução para o português desta publicação foi produzida pela Representação da UNESCO no Brasil, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: concepção dialético-libertadora da avaliação escolar**. 11.ed. São Paulo: Libertad, 2000.

_____. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6.ed. São Paulo: Libertad, 2005.

_____. **Avaliação da aprendizagem:** práticas de mudança – por umas práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1998.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola:** um desafio ao educador. São Paulo: EPU, 2000.

VYGOTSKY, Lev Seminovitch. **A formação social da mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1984.

WALDOW, Carmem. **Tecnologia na Educação:** Linguagem LOGO e Linguagem Social. Maringá: UEM, 2004. (Dissertação de Mestrado)

[HTTP://www.diaadia.pr.gov.br/cge/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44](http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44). Acesso em 02/09/2010

http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_03/052.pdf. Acesso em 04/09/2017

<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=862>. Acesso em 04/09/2017

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=2964&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em 04/09/2017

<https://proflaviahistory.wordpress.com/historia-do-parana-lapa-pr/>. Acesso em 04/09/2017

<http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/PanoramaEnsinoMusical.pdf>. Acesso em 04.09.2017

<https://www.google.com.br/search?q=PROJETO+DE+LEI+N.º+1.859%2>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

<http://www.igc.fd.uc.pt/manual/pdfs/Indices.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

ⁱ Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=PROJETO+DE+LEI+N.º+1.859%2>. Acesso em: 18 de abril de 2018.